UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa

Iara Lucia Marcondes

OS CONSULTÓRIOS GRAMATICAIS: UM ESTUDO DE PRECONCEITO E INTOLERÂNCIA LINGÜÍSTICOS

São Paulo

2008

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa

OS CONSULTÓRIOS GRAMATICAIS: UM ESTUDO DE PRECONCEITO E INTOLERÂNCIA LINGÜÍSTICOS

Iara Lucia Marcondes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Profa. Dra. Marli Quadros Leite

São Paulo

2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Serviço de Biblioteca e Documentação da FFLCH/USP
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Marcondes, Iara Lucia
Os consultórios gramaticais: um estudo de preconceito e intolerância lingüísticos/ Iara Lucia Marcondes; orientadora Marli Quadros Leite. – São Paulo, 2008.
179f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Língua Portuguesa – Séculos XX – XXI 2. Lingüística. 3. Preconceito Lingüístico 4. Intolerância Lingüística I.Título

FOLHA DE APROVAÇÃO

Iara Lucia Marcondes
Os consultórios gramaticais: um estudo de preconceito e intolerância lingüísticos

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH/USP.
Área de concentração: Língua Portuguesa

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Valéria Gil Condé
Instituição: FFLCH/USP Assinatura:_____

Profa. Dra. Vanda Maria da Silva Elias
Instituição: PUC/SP Assinatura: _____

Profa. Dra. Marli Quadros Leite
Instituição: FFLCH/USP Assinatura: _____

Ao pequeno Igor, que, de alguma forma,
mostrou-me a razão da vida e o porquê
devemos lutar para atingir nossos
objetivos.

AGRADECIMENTOS:

À Profa. Dra. Marli Quadros Leite, pela orientação cuidadosa e pelo apoio incondicional.

Aos meus pais, Mário e Nazaré, pois sem eles, eu jamais teria chegado até aqui.

Aos meus familiares César, Odete e Geilza, que sempre acreditaram em meu potencial e me apoiaram.

Ao Marcelo pelas leituras incessantes de meus textos, pelo debate amigo e pela compreensão e apoio nos momentos mais difíceis desse percurso.

Aos amigos Alexandre, Eduardo, Marcos e Dayse Mara, que sempre me auxiliaram da maneira que era possível a cada um.

Ao grupo de terapia do Posto de Saúde-Escola Samuel B. Pessoa, que muitas vezes ouviu meus lamentos e me deu apoio e encorajamento.

À CAPES, pela bolsa de mestrado.

“Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro”

Oswald de Andrade

“A palavra é o fenômeno ideológico por excelência”

Mikhail Bakhtin

“A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social”

Mikhail Bakhtin

RESUMO:

Consultórios Gramaticais são textos metalingüísticos formados por perguntas e respostas sobre as regras prescritas pela gramática tradicional. Esse gênero discursivo, veiculado no início do século XX na mídia impressa, atualmente, é propagado também na internet, todavia, os consultórios gramaticais da internet, ao mudarem de suporte, não se modificaram suficientemente para serem considerados um novo gênero. Assim, podem ser classificados como um gênero tradicional com suporte digital. Esta dissertação tem como principal objetivo caracterizar os consultórios gramaticais como gênero discursivo, observar o discurso metalingüístico presente nos enunciados desse gênero e levantar as marcas de intolerância e preconceito lingüísticos nos enunciados dos consultórios gramaticais. Utilizamos como método de pesquisa a Análise do Discurso e como base teórica a Teoria da Enunciação e a Teoria dos Gêneros Textuais. Os principais autores referidos neste trabalho são: Maingueneau (2004); Authier-Revuz (1990) e Bakhtin (1992). O corpus para a pesquisa é composto por consultórios gramaticais impressos no início do século XX e por consultórios digitais, veiculados atualmente na internet. Os consultórios do início do século XX que foram analisados neste trabalho são de autoria de Candido de Figueiredo, Napoleão Mendes de Almeida e Mário Barreto. Já os sites com seções de consultas gramaticais que foram utilizados para a pesquisa são *Sua Língua* de Cláudio Moreno, *Por Trás das Letras*, de Hélio Consolaro e *Gramática On Line* de Dílson Catarino. Com a pesquisa, confirmou-se a hipótese de que as marcas de preconceito e intolerância lingüísticos é uma característica do gênero consultório gramatical.

PALAVRAS-CHAVES: intolerância lingüística; preconceito lingüístico; metalinguagem; gênero discursivo; análise do discurso

ABSTRACT:

Consultórios Gramaticais are metalinguistic texts constituted by questions and answers about rules dictated by the traditional grammar. This gender of discourse, popular in the early XXth century among readers of printed media, today, is propagated also in the internet, however, the *consultórios gramaticais* in the internet, when changed their media support, don't changed themselves sufficiently to be considered another gender. Therefore, they may be classified how a traditional gender with digital media support. The main aim of this dissertation is to characterize the *consultórios gramaticais* how a gender of discourse, to observe the metalinguistic discourse in the enunciations of this gender and to make evident the linguistic intolerance and preconception marks in the enunciations of the *consultórios gramaticais*. The research method we used was the Discourse Analysis; the theoretical basements were the Enunciation Theory and the Theory of the Textual Genders. Maingueneau (2004); Authier-Revuz (1990) and Bakthin (1992) are among the main works studied here. The *corpus* for the research is compound by printed *consultórios gramaticais* in the early XXth century and by digital *consultórios gramaticais* found recently on internet. The *consultórios gramaticais* of the early XXth century that were analyzed in this work were compound by Cândido de Figueiredo, Napoleão Mendes de Almeida and Mario Barreto. The sites with sections of grammatical questions that were used in this research were *Sua Língua,* found by Cláudio Moreno, *Por Trás das Letras,* by Hélio Consolaro and *Gramatica On Line,* by Dílson Catarino. This research has confirmed the hypothesis that the linguistic preconceptions and intolerance marks are a characteristic of the *consultórios gramaticais* gender.

KEYWORDS: intolerance linguistics; prejudice linguistic; metalanguage; gender of discourse; speech analysis.

Sumário:

Introdução 4

Capítulo 1. Contextualização dos Consultórios Gramaticais 7

1.1. Breve História do Português Brasileiro 7

1.2. Os Consultórios Gramaticais do Início do Século XX e seus principais consultores 13

1.2.1. Cândido de Figueiredo 14

1.2.2. Napoleão Mendes de Almeida 18

1.2.3. Mário Barreto 20

1.3. A "Volta" dos Consultórios Gramaticais 24

Capítulo 2. Os Consultórios Gramaticais como Gênero Discursivo 27

2.1. Os Gêneros do Discurso 27

2.2. Os Consultórios gramaticais na Internet 28

2.2.1.1. Os consultores e seus consultórios gramaticais na Internet 31

2.2.2. Consultórios Gramaticais X Colunas Metalingüísticas, Crônicas e Artigos 33

2.2.3. Gêneros Digitais X Gêneros tradicionais com suporte digital 39

2.2.4. Estratégias do Discurso 41

2.2.4.1. Consultórios Gramaticais do Início do Século XX 42

2.2.4.2. Consultórios Gramaticais na Internet 62

Capítulo 3. O Discurso Metalingüístico nos Consultórios Gramaticais 83

3.1. O enunciado dos Consultórios Gramaticais 83

3.1.1. As Perguntas e as Respostas em Diferentes Modalidades de Consultórios Gramaticais 83

3.1.1.1. O Par Conversacional Pergunta/Resposta nos Consultórios Gramaticais da Mídia Impressa (Século XX) 84

3.1.1.1.1. Perguntas 84

3.1.1.1.2. Respostas 94

3.1.1.2. O Par Conversacional Pergunta/Resposta nos Consultórios Gramaticais da Internet (Séculos XXI) 96

3.1.1.2.1. Perguntas 96

3.1.1.2.2. Respostas 103

3.1.2. A Temática dos Consultórios Gramaticais 104

3.2. Mudança de suporte e sua repercussão no gênero: o caso dos consultórios gramaticais 116

3.3. Marcas de Preconceito e Intolerância Lingüísticos nos Consultórios Gramaticais 120

3.3.1. Concepções de Preconceito e Intolerância 121

3.3.2. O Preconceito e a Intolerância Lingüística 125

3.3.3. Estudo de Casos de Preconceito e Intolerância Lingüística nos Consultórios Gramaticais 132

3.3.3.1. Intolerância e Preconceito Lingüístico nos Consultórios Gramaticais Impressos no Início do Século XX 132

3.3.3.1.1. O Preconceito Lingüístico 133

3.3.3.1.2. O Discurso Intolerante 139

3.3.3.2. Os Consultórios Gramaticais na Internet e o Discurso Preconceituoso e Intolerante 150

3.3.3.2.1. O Antigo Preconceito nos Consultórios Gramaticais Veiculados na Moderna Mídia, a Internet 151

3.3.3.2.2. Intolerância Lingüística nos Consultórios Gramaticais da Internet..... 161

CONSIDERAÇÕES FINAIS 166

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: 169

ANEXOS: 174

Introdução

Consultórios Gramaticais são textos metalingüísticos compostos por perguntas e respostas sobre a norma tradicional prescritiva da língua portuguesa. Os interlocutores desses textos são denominados consultores e consulentes, sendo estes os falantes comuns que, preocupados com o "bom" uso lingüístico, fazem perguntas sobre a língua portuguesa àqueles que, em geral, são ou professores de português ou gramáticos e por isso assumem a função de sanar as dúvidas de seus consulentes.

Nosso objetivo é, além de caracterizar os consultórios gramaticais, observar como a língua e os fatos lingüísticos são tratados nesses enunciados, buscando detectar e analisar casos de preconceito e intolerância lingüísticos nesse gênero discursivo.

O projeto segue a tendência contemporânea de se estudar a intolerância em suas diversas matizes, pois esse é um problema que, apesar de ter surgido há séculos, afeta o mundo moderno e a paz mundial. Acreditamos que a intolerância deva ser combatida e que refletir sobre ela é o ponto de partida para se combatê-la. Assim, ao estudarmos a intolerância lingüística na metalinguagem do português do Brasil, pretendemos explicitar antigos preconceitos acerca da nossa língua e provocar então, a reflexão sobre o assunto.

Utilizamos como método de pesquisa a Análise do Discurso e como base teórica a Teoria da Enunciação e a Teoria dos Gêneros Textuais. Assim, os principais autores referidos neste trabalho são: Maingueneau (2004); Authier-Revuz (1990) e Bakhtin (1992).

O corpus desse trabalho é constituído por consultórios gramaticais impressos, veiculados em jornais e revistas do início do século XX, e de consultórios gramaticais digitais, veiculados atualmente pela internet. Foram escolhidos, nesta dissertação, como exemplos de consultores, com trabalhos publicados no início do século passado, os seguintes gramáticos: Candido de Figueiredo, Napoleão Mendes de Almeida e Mário Barreto.

Acreditamos ter conseguido formar, com a análise de algumas obras desses gramáticos, um *corpus* bastante representativo das consultas gramaticais do início do

século XX, pois a produção desses três consultores obteve, em sua época, lugar de destaque entre os estudiosos da língua portuguesa. Os livros desses autores, consultados e utilizados em nossa dissertação foram: *Falar e Escrever: Novos Estudos Práticos da Língua Portuguesa ou Consultório Popular de Enfermidades da linguagem, Lições Práticas da Língua Portuguesa, O que se não deve dizer: Bosquejos e Notas de Filologia Portuguesa* de Candido de Figueiredo; *Questões Vernáculas* de Napoleão Mendes de Almeida e *Últimos Estudos* de Mário Barreto.

Além desses livros, também utilizamos, em nosso trabalho, os consultórios gramaticais de Mário Barreto publicados nos números 5, 9 e 12 da *Revista de Língua Portuguesa*, dirigida por Laudelino Freire.

A parte do *corpus* que representa os consultórios gramaticais digitais, veiculados atualmente na internet, é composta por seções de consultas gramaticais de três diferentes sites. Esses sites são: *Sua Língua* de Cláudio Moreno; *Por Trás das Letras* de Hélio Consolaro e *Gramática On Line* de Dílson Catarino.

Entre os diversos critérios formulados para selecionar os sites com consultas gramaticais digitais está a importância desses sites para o assunto e o grande número de acessos a seus enunciados metalingüísticos. Desse modo, escolhemos, para nossa pesquisa, sites que aparecem com grande freqüência nas dez primeiras páginas dos sites de busca *Google* e *Cadê*, pois esses foram colocados nas primeiras páginas dos sites de busca justamente por serem considerados bastante relevantes para o assunto. Além disso, seus consultórios gramaticais, por ter grande visibilidade e ser facilmente acessado, provavelmente, também são mais lidos e consultados, que sites com menor visibilidade nos sites de busca.

Os enunciados presentes nos consultórios gramaticais, veiculados em jornais e revistas do início do século XX, foram analisados e comparados aos enunciados dos consultórios atuais da internet, para que obtivéssemos uma definição mais precisa do que são consultórios gramaticais e do discurso de seus participantes, consultor e consulente.

O projeto que resultou nesta dissertação está atrelado ao grande projeto do grupo de "Estudos de Intolerância" do LEI – Laboratório de Estudos da Intolerância, atualmente integrante dos Institutos do Milênio, C.N.P.q, e, desse modo, faz parte dos

trabalhos desenvolvidos pela equipe que estuda a intolerância lingüística nesse projeto temático.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, fizemos uma breve contextualização dos consultórios gramaticais nos dois momentos em que esse gênero discursivo mais foi escrito que são: o final do século XIX/início do século XX e as duas décadas finais do século XX, juntamente com esta primeira década do século XXI.

Nesse capítulo também tecemos considerações sobre os consultores Candido de Figueiredo, Napoleão Mendes de Almeida e Mário Barreto e sobre seus respectivos consultórios gramaticais.

No segundo capítulo, falamos sobre os consultores Cláudio Moreno, Hélio Consolaro e Dílson Catarino e sobre seus sites e suas seções de consultórios gramaticais. Além disso, procuramos caracterizar os consultórios gramaticais como um gênero discursivo. Assim, comparamo-los a outros gêneros gramaticais afins, discutimos as diferenças entre gêneros digitais e gêneros tradicionais com suporte digital e demonstramos algumas estratégias discursivas presentes tanto nos consultórios gramaticais impressos no início do século XX quanto nas consultas digitais, veiculada atualmente na internet.

Por fim, no terceiro e último capítulo, analisamos o par conversacional ou adjacente pergunta/respostas nos consultórios gramaticais, as temáticas desenvolvidas nesse tipo de trabalho metalingüístico e a repercussão da mudança de meio e situação histórica no gênero consultório gramatical. Ainda nesse capítulo, definimos preconceito e intolerância lingüísticos e procuramos detectar e analisar as marcas desse tipo de preconceito e intolerância nos enunciados dos consultórios gramaticais do *corpus*.

Capítulo 1. Contextualização dos Consultórios Gramaticais

1.1. Breve História do Português Brasileiro

Sabemos que o português falado no Brasil difere do europeu e que isso ocorre por terem as duas variedades lingüísticas se desenvolvido em espaços diferentes, com histórias distintas. Desse modo, ao dissertar sobre o desenvolvimento e a consolidação do português americano, tentaremos versar brevemente sobre alguns fatos históricos que contribuíram para a formação dessa língua.

Teyssier (1997:93-97) dividiu a história do português brasileiro em três períodos: do período colonial até à chegada de D. João VI (1808); da chegada de D. João VI (1808) à Independência (1822); e Brasil independente (desde 1822). Seguiremos, portanto, essa divisão em nossa breve explanação sobre a história do português brasileiro.

No período colonial, o português, o índio e o africano constituíram a base da população brasileira, que a influenciou culturalmente, porém, é a cultura portuguesa do colonizador que deixou no país mais marcas culturais.

Em todo esse período, o Brasil permaneceu essencialmente rural, pois as duas capitais sucessivas, Salvador e Rio de Janeiro, possuíam apenas funções políticas, administrativas e religiosas e não desempenhavam grande papel intelectual. Um exemplo disso é que o Brasil colonial não possuía tipografia, nem universidade e, desse modo, dependia culturalmente da metrópole.

Até a segunda metade do século XVIII, as línguas de comunicação, que conviviam lado a lado no Brasil, eram: o português, trazido pelos europeus; e a língua geral, que era a simplificação e gramaticalização, feita pelos jesuítas, da principal língua indígena da região costeira, o tupi.

Após esse período, no entanto, a língua geral entrou em decadência. Entre as

razões para esse declínio estão a chegada de grande número de portugueses, que vieram em busca de ouro e o Diretório criado pelo Marquês de Pombal, em 1757, que proibiu inicialmente o uso da língua geral no Pará e no Maranhão e estendeu essa proibição para todo o país, a partir de 1758.

Com a expulsão dos Jesuítas do Brasil, em 1759, a língua geral perdeu seus principais defensores. Cinqüenta anos mais tarde, já não se praticava essa língua, da qual restaram apenas algumas palavras integradas ao português brasileiro e muitos topônimos.

Ainda segundo Teyssier (1997:95-96), também são do século XVIII os primeiros escritos, que mencionaram as diferenças entre o português europeu e o brasileiro e apontaram características específicas do português americano. Alguns desses textos foram: *Compendio de Orthographia* (1767), de Frei Luís do Monte Carmelo e *Grammatica Philosophica* (1822) de Jerónimo Soares Barbosa.

Podemos observar ainda que também são dessa época as primeiras caracterizações lingüísticas de personagens brasileiros no teatro português. Exemplos de peças em que isso ocorre são: *O miserável Enganado* de 1788 e *O Periquito ao ar* ou *O Velho Usuário* de Manuel Rodrigues Maia (comédia encontrada em um manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, copiada em 1818, mas que reproduz um texto anterior).

O segundo período da história do português brasileiro é muito importante, em razão de dois principais fatos que impulsionaram o progresso material e cultural do Brasil no século XIX. Os fatos são: a chegada de D. João VI ao Brasil em 1808, fugido de Napoleão Bonaparte; e sua estadia no país até 1821. Foi nesse período, por exemplo, que foram criadas as primeiras bibliotecas e universidades de nosso país.

Com a independência do Brasil em 1822, iniciou-se o processo de busca da identidade nacional e com isso as diversas discussões sobre a língua portuguesa falada no país, pois como diz Teyssier (1997:111):

> A questão da língua não é, no Brasil, apenas uma controvérsia de gramáticos: é um problema nacional da mais alta importância. Após a Independência, muitos brasileiros pensavam ser impossível haver uma nação original, com sua cultura e com literatura própria, sem língua original.

Naquele momento, as discussões acerca da língua nacional brasileira envolveram tanto a sociedade cultural brasileira quanto a portuguesa. As opiniões se dividiam e foi formado, então, dois grandes grupos, que podem ser classificados como *inovador* e *conservador*.

Entre os pertencentes da corrente inovadora estavam os estudiosos que apontavam diferenças entre o português europeu e o americano e que defendiam o direito de os brasileiros usarem a língua portuguesa de forma original. Havia, no entanto, os inovadores mais radicais, que acreditavam na existência de uma língua brasileira, dissociada da língua portuguesa européia.

O primeiro trabalho brasileiro sobre as diferenças entre o português americano e o português de Portugal foi escrito em 1824 ou 1825 e é de Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca. Esse texto foi feito para o *Atlas Etnográfico do Globo (1824 - 1825),* de Adrien Balbi e mais tarde divulgado pelo gramático João Ribeiro em seu artigo "Antigüidade dos Brasileirismos" do livro *A Língua Nacional,* no qual transcreve parte do trabalho de Pedra Branca.

O texto de Pedra Branca marcou a história do português americano e as diferenças entre o português europeu e o português brasileiro nunca mais deixou de ser tema de escritos brasileiros.

Os escritores do romantismo brasileiro, Gonçalves Dias e José de Alencar, também defenderam as diferenças entre o português americano e o português europeu e o direito assegurado aos brasileiros de usarem sua língua de forma original.

Em 1857, Gonçalves Dias, em sua carta ao Dr. Pedro Nunes Leal, posicionou-se contra o conservadorismo de alguns estudiosos portugueses e brasileiros, que censuravam a originalidade nos escritos brasileiros em nome da soberania da língua portuguesa européia. Esse literato justificou as diferenças entre o português brasileiro e europeu ao dizer que ".em distâncias tão consideráveis como são as do Brasil, o teor da vida muda: e os homens que adotam esta ou aquela maneira de viver, formaram uma linguagem própria sua, mais expressiva e variada" (DIAS,1978:37). Gonçalves Dias afirmou ainda que mesmo "sem querer, havemos de modificar altamente o português" (DIAS, 1978:38).

Outro literato do romantismo que dissertou sobre o português brasileiro foi José

de Alencar. Esse escritor, no entanto, ficou mais conhecido como defensor da originalidade nos escritos brasileiros que Gonçalves Dias, pois se dedicou com maior profundidade a esse assunto. Entre os textos de Alencar sobre o tema, um dos mais famosos é a resposta desse escritor à Pinheiro Chagas, na conhecida querela entre Alencar e Chagas. Com a publicação de *Iracema* em 1865, seu autor foi alvo, no Brasil e em Portugal, de muitas críticas tanto de Pinheiro Chagas quanto de outros defensores da língua pura. O romancista era acusado de escrever em um português incorreto.

O "problema" que mais irritava os defensores da homogeneidade lingüística para Portugal e Brasil era o da colocação dos pronomes átonos, praticada de forma diferente nos dois países. Pinheiro Chagas ao criticar Alencar, em seu *Novos Ensaios Críticos*, estendeu a crítica aos escritores brasileiros de modo geral, pois disse:

> O defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente é a falta de correção na linguagem portugeza ou antes a mania de tornar o BRASILEIRO UMA LÍNGUA DIFERENTE DO VELHO PORTUGUEZ por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações grammaticaes, que (tenham cautela) chegarão a ser risiveis se quizerem tomar as proporções duma insurreição em regra contra a tyrannia de Lobato (apud SANCHES, 1940:22)

Em 1870, no "Postscripto" à segunda edição de *Iracema*, Alencar respondeu às críticas de Pinheiro Chagas e defendeu o direito de o escritor brasileiro expressar-se com certa originalidade. O romancista não pretendia escrever em uma língua diferente do português europeu, buscou apenas escrever em um português mais próximo da língua usada no Brasil, pois percebeu que a língua portuguesa se modificara no continente americano. Desse modo, em seu texto, criticou o purismo conservador de Pinheiro Chagas, que, segundo Alencar, via a língua como imutável: "Na opinião do Sr. Pinheiro Chagas a gramática é um padrão inalterável, a que o escritor se há de submeter rigorosamente..." (ALENCAR, 1978:74)

Esse sentimento nacionalista e o antilusitanismo do pós-independência não afetou apenas os integrantes da escola literária romântica brasileira, mas também alguns filólogos da língua portuguesa no Brasil. Esses passaram a repudiar tudo o que era herança portuguesa em nossa língua e a interpretar grande parte das diferenças entre o português americano e o português europeu como influencias de línguas indígenas e

africanas.

Segundo Teyssier (1997: 115), os "indianistas" buscavam, nas línguas indígenas do tronco tupi, explicações para diversos traços específicos da fonética, da morfologia e da sintaxe do português brasileiro. Já os "africanistas" passaram a sentir a presença africana em toda parte, particularmente na fonética.

Os exageros dessas duas correntes lingüísticas levaram-nas a cometer demasiados erros analíticos. Posteriormente, filólogos, como Serafim da Silva Neto, bradaram contra esses exageros e fizeram uma revisão crítica das análises feitas prematuramente pelos "indianistas" e "africanistas".

Na literatura, pode-se dizer que após os brados nacionalistas dos escritores românticos em prol da língua nacional veio a reação clássica. Como observou Sobrinho (1977:94), para exemplificar essa renascença do gosto pelos clássico, podemos citar dois nomes, Machado de Assis e Rui Barbosa, pois os dois escritores "corporificavam uma fase de profunda identificação do idioma com a tradição clássica".

Esse escritor, para descrever aquele momento de restauração idiomática, pós-romantismo, citou a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, pois esse órgão tem como objetivo "zelar pela pureza" do idioma e reagir contra os fatores da diversificação" e o nome de diversos escritores que se preocupavam com a uniformidade lingüística do português. Entre esses escritores estavam Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, Rui Barbosa e Euclides da Cunha.

Também, naquele momento, muitos gramáticos basearam-se na literatura clássica para definir as normas gramaticais e foram publicados diversos clássicos portugueses, como os que se encontram em *Clássicos esquecidos* e *Estante clássica,* iniciativas editoriais, respectivamente, de Solidônio Leite e Laudelino Freire.

Naquele contexto, os debates e as polêmicas sobre a língua nacional brasileira ainda eram intensos e freqüentemente, no Brasil e em Portugal, publicavam-se textos a favor ou contra a conservação lingüística, que criticavam ou elogiavam algum escrito brasileiro. Tais manifestações de crítica ou elogio, muitas vezes, eram respondidas pelo escritor em questão.

Um exemplo disso foi a publicação da *Réplica* de Rui Barbosa, texto escrito em 1903, com objetivo de responder às críticas feitas por Carneiro Ribeiro à redação do

Código Civil Brasileiro, na qual Barbosa utilizou, segundo seus opositores, linguagem bastante conservadora e artificial. Com a publicação da *Réplica*, podemos dizer que seu autor passou a ocupar o pedestal da reação conservadora e tornou-se, para seus aliados, símbolo da correção gramatical e para seus opositores, símbolo de conservadorismo e artificialismo lingüístico.

Outra iniciativa conservadora criada naquele momento foram os consultórios gramaticais veiculados em revistas e jornais da época. Consultório gramatical são textos metalingüísticos apresentados na forma de perguntas e respostas sobre a norma tradicional prescritiva da língua portuguesa. Os interlocutores desses textos são denominados consultores e consulentes. Estes são os falantes comuns que, interessados em falar e escrever "corretamente", mandam por escrito suas dúvidas àqueles que, em geral, são professores de português ou gramáticos e, por isso, assumem a função de sanar as dúvidas de seus consulentes.

Os termos consultórios gramaticais, consultores e consulentes, já eram utilizados no final do século XIX e início do século XX. Exemplos disso são: o subtítulo do livro *Falar e Escrever* (1929) de Cândido de Figueiredo, que é *Novos Estudos Práticos da Língua Portuguesa ou Consultório Popular de Enfermidades da Linguagem*; o título da seção de perguntas e respostas da *Revista de Língua Portuguesa,* que era "Consultas" e o prefácio do livro *Questões Vernáculas* (1939) de Napoleão Mendes de Almeida, no qual o autor se dirigiu primeiramente "aos consulentes" e agradeceu-lhes pelas diversas cartas enviadas à redação do *O Estado*.

Alguns dos mais famosos consultores gramaticais da época são Cândido de Figueiredo, Napoleão Mendes de Almeida e Mário Barreto, dos quais ainda falaremos em 1.2 desse capítulo.

Na segunda metade do século XX, no entanto, após o conservadorismo lingüístico pós-romântico, com o advento do Modernismo, a questão lingüística, segundo Teyssier (1997: 112), voltou a ser discutida, pois o movimento modernista, assim como o romantismo, na busca da identidade nacional brasileira, recusou a tradição portuguesa e buscou a originalidade brasileira.

Desse modo, os modernistas da primeira geração (1922 a 1930) rebelaram-se contra a gramática tradicional, baseada no português lusitano e buscaram escrever em

uma língua mais próxima da linguagem falada no Brasil. A relação entre o modernismo e a inovação lingüística brasileira, ainda será discutida no final deste capítulo.

1.2. Os Consultórios Gramaticais do Início do Século XX e seus principais consultores

Os consultórios gramaticais surgiram no final do século XIX e foram muito populares nesta época e no início do século XX. Podemos dizer que esse tipo de trabalho lingüístico, que preza o uso "correto" da língua, juntamente com outras formas textuais, fez parte da reação conservadora que enfrentou as inovações lingüísticas pregadas pelos escritores do romantismo brasileiro.

Alguns dos principais consultores gramaticais daquela época, conforme já mencionamos, são: Cândido de Figueiredo, Napoleão Mendes de Almeida e Mário Barreto.

Como a obra desses escritores é vastíssima, optamos por tratar, com maior enfoque, de três livros de Cândido de Figueiredo, os quais possuem consultas gramaticais, por considerá-lo um dos mais importantes e polêmicos consultores gramaticais da época; do livro de Napoleão Mendes de Almeida, que reúne seus consultórios gramaticais, veiculados primeiramente na seção de consultas gramaticais do Jornal O Estado de São Paulo; e do último livro de Mário Barreto, publicado após sua morte e que contém textos escritos no final da década de 20.

Esses livros são: *Lições Práticas da Língua Portuguesa, O que se não deve dizer* e *Falar e Escrever* de Cândido de Figueiredo; *Questões Vernáculas* de Napoleão Mendes de Almeida; e *Últimos Estudos* de Mário Barreto.

Além desses livros, ao falarmos das publicações de Napoleão Mendes de Almeida, citaremos também a *Gramática Metódica da Língua Portuguesa;* a *Gramática Latina* e o *Dicionário de Questões Vernáculas*. As duas gramáticas serão mencionadas, no presente trabalho, por serem muito conhecidas atualmente, e o *Dicionário de Questões Vernáculas*, por ser uma compilação das colunas metalingüísticas de Almeida. Também mencionaremos a Revista de Língua Portuguesa

(RLP), na qual Mário Barreto trabalhou como consultor gramatical no início da década de 20.

1.2.1. Cândido de Figueiredo

António Cândido Pereira de Figueiredo nasceu em 19 de setembro de 1846 em Beira Alta, Portugal. Aos treze anos, escreveu uma descrição de sua aldeia que foi publicada na revista Almanaque. Assim, podemos perceber sua forte inclinação aos estudos literários. Viveu em sua terra natal até 1861, ano em que se mudou para Viseu, com o objetivo de estudar no liceu dessa cidade. Segundo Cabañas (2005:21), Figueiredo foi aprovado com louvor no exame de português do liceu graças ao seu talento literário.

Aos 21 anos formou-se no curso superior de Teologia "e, por falta de recursos econômicos, admitia a vida eclesiástica mesmo sem vocação" (Op.cit.:23). Vivia, no entanto, dividido entre a carreira eclesiástica e as letras. Em Janeiro de 1868, com a ajuda de seus amigos e do pai, publicou seu primeiro livro, *Quadros Cambiantes*.

Ainda segundo informações de Cabañas (2005:23), pudemos saber que esse livro teve tão boa aceitação que o chefe do partido reformista do distrito, João Mendes, que era um homem rico e influente, decidiu financiar os estudos de Figueiredo na Universidade de Coimbra. Assim, Figueiredo iniciou o curso de direito.

No segundo ano de faculdade, no entanto, Figueiredo enfrentou sérias dificuldades financeiras para continuar o curso, pois, por problemas econômicos e familiares, João Mendes não pode mais financiar seus estudos. Algum tempo depois, o universitário passou a receber auxilio financeiro da poetisa D. Mariana Angélica de Andrade, conhecedora e admiradora de seus poemas. Figueiredo e a poetisa passam a ser amigos e confidentes.

Cabañas (2005:24) ainda relata que, durante os anos de faculdade, Figueiredo publicou outro livro, *Poema de Miséria*, e manteve-se próximo aos literatos e jornalistas. Dessa forma, colaborou na revista *Folha*, importante revista acadêmica da

época, ajudou a fundar a *Revista*, órgão de uma corporação literária e científica e assumiu a direção e a gerência do Instituto, nos três últimos anos de faculdade.

Em julho de 1874, Figueiredo conclui o curso de direito e após a formatura casou-se com D. Mariana Angélica de Andrade, sua protetora financeira nos anos de faculdade. Por ter recebido ordem eclesiástica, Cândido de Figueiredo teve que entrar com processo de pedido de dispensa pontifica para receber a autorização da igreja para casar-se.

Foi inspetor extraordinário das escolas do distrito de Coimbra, arquivista do Ministério da Justiça e trabalhou na Direção Geral do Registro Civil e Estatística. Como jornalista, empregou-se no *Jornal da Noite*, substituiu um amigo por algum tempo no Jornal *Correspondência de Portugal*, fundou a revista literária *Cenáculo*, foi diretor do *Diário de Portugal* e fundou e dirigiu os jornais *A Capital* e *O Globo*. Também abriu um escritório de advocacia e seguiu a carreira jurídica, porém nunca deixou as atividades literárias e jornalísticas.

Em 1880, Figueiredo, após enfrentar várias doenças graves, ficou cego. Ainda segundo Cabañas (2005:26), o escritor, naquele momento, "Profundamente deprimido, pois não podia mais ler nem escrever, isolou-se em sua casa. Com o tempo, entretanto, desenvolveu a habilidade de escrever, mesmo sem a visão.". Contrariando as previsões médicas, após muitos meses, Cândido de Figueiredo começou a recuperar a visão.

Mal havia superado o problema da cegueira, em novembro de 1882, outro drama aconteceu na vida de Figueiredo, a morte de sua esposa, a poetisa Mariana Angélica de Andrade, com quem teve duas filhas, Rosalina e Corina. Algum tempo depois, casou-se com Antónia Piedade Serrano e dessa união teve quatro filhos: Flávia, Reinaldo, Octávio e Dora. (Cabañas, op.cit.)

Sabemos ainda que Cândido de Figueiredo escreveu também o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* e foi um dos precursores dos consultórios gramaticais e um de seus representantes mais famosos e respeitados. Graças a seus escritos sobre a língua portuguesa foi membro da *Academia das Sciências de Lisboa* e da Academia Brasileira de Letras. Publicou também muitos livros, nos quais compilou artigos já publicados na imprensa, escreveu novos textos e divulgou os consultórios gramaticais.

No final do século XIX e início do século XX, seus livros sobre a norma

tradicional da língua portuguesa eram bastante vendidos e tiveram diversas edições. Alguns desses livros são: *Lições Práticas da Língua Portuguesa* (3 volumes); *Problemas da Linguagem* (2 volumes); *O que se não Deve Dizer* (2 volumes); *Os Estrangeirismos* (2 volume); *Falar e Escrever* (3 volumes); *A Ortografia no Brasil* (1 volume); *O Problema da Colocação dos Pronomes* (1 volume) e *Vícios da Linguagem Médica* (1 volume).

Os livros, *Lições Práticas da Língua Portuguesa* (volume I), *O que se não Deve Dizer* (volume I) e *Falar e Escrever* (volume III), analisados para o presente trabalho, possuem, entre os escritos, diversas consultas gramaticais. A seguir falaremos sobre cada um desses livros.

Lições Práticas da Língua Portuguesa, obra publicada em três volumes, com primeira edição no primeiro semestre de 1891, teve tiragem de mil exemplares e foi esgotada em poucas semanas. Foi reeditada, então, em setembro de 1891 em segunda edição e em 1904 e 1911 em quarta e quinta edições, respectivamente.

No "Antelóquio" da primeira edição do primeiro volume de *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, Cândido de Figueiredo mostrou-se incomodado com as "incorreções lingüísticas" veiculadas pela imprensa, deu a si o nome fictício de Caturra Junior e explicou como surgiu e em que consiste o livro em questão:

> Viu isto Caturra Junior, um ingênuo e obscuro cultor da língua pátria, e consagrou algumas horas de ócio ao respigo das numerosas incorreções, que passam, sem contestação nem reparos, através do jornalismo e do povo que lê.
>
> Essa colheita, com as respectivas correções, foi o assunto de algumas dezenas de cartas que, divulgadas pela imprensa, acarearam a mais lisonjeira aceitação, e sugeriram consultas, dúvidas e discussões, que dilataram o plano do autor, e converteram o seu trabalho num curso regular de linguagem prática (Figueiredo, 1911: 6).

Assim, *em Lições Práticas da Língua Portuguesa (1911)*, primeiro volume, Figueiredo compilou tanto suas cartas, escritas com o pseudônimo de Caturra Junior e dirigidas ao redator do jornal Português, em que comentou as constantes incorreções lingüísticas na mídia (revistas e jornais), quanto as cartas dos leitores, com suas respectivas respostas. Acreditamos que as cartas publicadas nesse livro foram recebidas e respondidas por Figueiredo enquanto produzia seu trabalho de crítica à imprensa.

Por haver, no primeiro volume *de Lições Práticas da Língua Portuguesa (1911)*, aqui analisado, a interlocução entre Caturra Junior (Cândido de Figueiredo) e os leitores, que lhe escreviam para fazer-lhe perguntas ou comentários sobre a norma prescritiva formal da língua portuguesa, podemos dizer que parte desse livro já se constituía como um consultório gramatical.

No livro *O que se não deve dizer*, que teve primeira edição em 1903 e terceira e quinta edições, respectivamente, em 1916 e 1929, Figueiredo mesclou novamente artigos em que comentou problemas lingüísticos, como por exemplo, os constantes artigos que discutiam ortografia (tema recorrente na época, como já mencionamos), com textos típicos dos consultórios gramaticais, em que ele respondia a perguntas dos leitores (consulentes).

No "prefácio" da primeira edição do primeiro volume de *O que se não deve dizer)*, denominado "Em vez de Prefácio", o autor justificou o título desse livro, quando disse que esse poderia ser o título de qualquer uma de suas obras, pois tudo que havia feito nos últimos anos era apontar "o que se não deve dizer ou escrever". Em seguida, falou sobre o subtítulo "Notas de Filologia", justificado, segundo ele, pela variedade e natureza dos estudos desse livro. Dessa forma, apontou a não uniformidade dos textos presentes nessa obra.

O primeiro volume de *O que se não deve dizer* (1929) se divide em duas partes, denominadas "Princípios e Fatos" e "Crítica Suave", a primeira parte é composta por artigos e consultórios gramaticais e a segunda, por respostas a diversas críticas feitas ao consultor por outros estudiosos da linguagem ou por falantes comuns. "Princípios e Fatos" inicia-se na página 13 e termina na página 183 e "Crítica Suave" vai da página 187 à página 306.

O livro seguinte de Figueiredo, *Falar e Escrever*, possui os seguintes subtítulos: "Novos Estudos Práticos de Língua Portuguesa" e "Consultório Popular de Enfermidades da Linguagem". O segundo subtítulo do livro sugere que temos um livro quase inteiro de consultórios gramaticais, em que os consulentes fizeram perguntas sobre os usos "corretos" e "incorretos" da língua portuguesa e o consultor Figueiredo, ao respondê-las, apontou os problemas (enfermidades) de nossa língua.

*Falar e Escrever***,** que é um livro constituído por três volumes, com primeira

edição em 1906, segunda e quarta edições, respectivamente, em 1917 e 1929, também pode ser considerado uma retomada de *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, como o primeiro subtítulo do livro sugere, pois muitas das características de um livro aparecem no outro.

1.2.2. Napoleão Mendes de Almeida

Outro estudioso que despendeu parte de seu tempo com os consultórios gramaticais foi o, já citado, Napoleão Mendes de Almeida. Segundo Silva (2005:06), esse autor nasceu no dia 8 de janeiro de 1911, na cidade de Itaí, interior de São Paulo. Fez os estudos primários nas Escolas Reunidas de sua terra natal. Estudou depois no Liceu do Sagrado Coração de Jesus, escola de ensino bastante tradicional de São Paulo, capital. E, em seguida, cursou o Instituto Salesiano de Pedagogia e Filosofia de Lavrinhas e a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, localizado na capital paulistana.

Foi professor de português e latim em diversos estabelecimentos de ensino particular de São Paulo e fundou o primeiro curso por correspondência. Também com base nas observações de Silva (2005:06), sabemos que os cursos de português e de latim por correspondência de Napoleão Mendes de Almeida são realizados a mais de setenta anos. Após a morte de Almeida, esses cursos passaram a ser dirigidos por sua esposa, Lisette Mendes de Almeida.

Almeida, aos vinte e cinco anos de idade, foi convidado pelo redator-chefe do jornal *O Estado de São Paulo*, Léo Vaz, a escrever um artigo para o jornal todas as semanas, pois o escritor mostrou dois artigos seu ao jornalista Júlio de Mesquita Filho, que os estudou e os aprovou. Desse modo, substituindo o falecido João Ribeiro, o professor passou, a partir de 1936, a ter uma coluna semanal no jornal *O Estado de São Paulo*.

Napoleão Mendes de Almeida deixou que Léo Vaz desse o nome da coluna e este intitulou-a de *Questões Vernáculas*, pois era de seu conhecimento que havia em um jornal de Paris, *La Voix de Paris,* uma coluna metalingüística intitulada *Questions*

Vernaculaires. Almeida escreveu as colunas para *O Estado de São Paulo* por mais de quarenta e cinco anos.

O Professor escreveu também muitos livros sobre a Língua Portuguesa. Entre eles, podemos citar: *Antologia Remissiva*; *Crase, Colocação de Pronomes Oblíquos, Infinito Pessoal*; *Dicionário de Erro*; *Correções e Ensinamentos da Língua Portuguesa*; *Ortografia Oficial: decreto-lei 292*; *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*; *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*; *Gramática Latina*; *Dicionário de Questões Vernáculas* e Q*uestões Vernáculas*.

A *Gramática Metódica da Língua Portuguesa,* que está na 44ª edição[1], teve primeira edição em 1943 e foi lançada pela editora Saraiva, que ainda é responsável por sua publicação. As muitas edições dessa gramática comprovam a boa aceitação dessa pelos leitores.

Silva (2005:09) afirma ainda, com base em escritos do próprio Napoleão Mendes de Almeida, que essa gramática nasceu do curso de português por correspondência de Almeida, pois o curso, por possuir a estrutura de uma gramática, exigiu que ela fosse feita, já que o professor não estava satisfeito com as gramáticas já existentes no mercado. Da mesma forma, sua *Gramática Latina* também nasceu de seu curso de Latim por correspondência. Essa gramática, igualmente à portuguesa, foi bem aceita pelos leitores e está na 28ª edição[2].

O conjunto de consultas gramaticais e de colunas metalingüísticas[3] de Almeida, veiculadas periodicamente aos domingos e quartas-feiras no jornal *O Estado de São Paulo*, na seção "Questões Vernáculas", foi compilado e publicado no livro de nome idêntico à seção, *Questões Vernáculas*. Essa obra tem três volumes e a segunda edição é de 1939. Conforme o autor explicou no prefácio desse livro, os textos compilados para a obra foram organizados em ordem cronológica, ou seja, aparecem no livro na ordem em que foram publicados no jornal *O Estado de São Paulo*.

Em outro momento, Napoleão Mendes de Almeida compilou novamente os

---

[1] Essa informação foi retirada de Silva (2005), desse modo, pode estar desatualizada.
[2] Informação também retirada de Silva (2005).
[3] No presente trabalho, estamos considerando consultórios gramaticais e colunas metalingüísticas como diferente gêneros gramaticais. A classificação desses textos em gêneros gramaticais será feita no capítulo seguinte.

textos escritos para *O Estado de São Paulo* e publicou então o *Dicionário de Questões Vernáculas*. Diferentemente do que o nome sugere, Silva (2005:35) em sua obra, explicou que esse trabalho de Almeida não pode ser considerado um dicionário, por não se ater às definições de vocábulos e utilizar os verbetes para topicalizar o assunto a ser tratado.

O *Dicionário de Questões Vernáculas* recebeu esse nome por estar organizado como um dicionário, ou seja, com os temas dos textos metalingüísticos em ordem alfabética.

1.2.3. Mário Barreto

Também se destacou por seus consultórios gramaticais, Mário Castelo Branco Barreto, que nasceu em 1879 no Rio de Janeiro e morreu em 1932 nessa mesma cidade, após ser atropelado por uma bicicleta. Barreto foi catedrático de Português no Colégio Militar, professor interino de Literatura no Colégio Pedro II, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

Escrevia para muitos jornais e revistas cariocas, nos quais dissertava sobre a língua portuguesa ou respondia a perguntas (consultas gramaticais). Reuniu seus trabalhos em livros e editou-os com os seguintes títulos: *Estudos de Língua Portuguesa* (1903); *Novos Estudos de Língua Portuguesa* (1911)*; Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa* (1914); *Fatos de Língua Portuguesa* (1916); *De Gramática e de Linguagem* (1922); *Através do Dicionário e da Gramática* (1927) e *Últimos Estudos* (1944), obra póstuma.

O livro *Últimos Estudos* foi editado sobre a direção de Basílio de Magalhães e Cândido Jucá (filho) pela Epasa e possui apresentação e índice de Cândido Jucá (filho). Nesse livro foram reunidos artigos, que haviam sido veiculados primeiramente nos jornais *País* e *Correio da Manhã* e na *Revista de Cultura*. Essa obra divide-se em três seções: "Vários", com quatro textos da *Revista da Cultura* e um texto do *Correio da Manhã*; "A Nossa Língua", com vinte e cinco textos da *Revista da Cultura* e dois textos

do jornal *País* e "A Sra. Gramática", que traz textos exclusivamente veiculados no jornal *Correio da Manhã.* Todos os trabalhos presentes nesse livro foram escritos entre 1927 e 1931.

Percebe-se também, ao analisar o conjunto de textos de *Últimos Estudos (1944)*, que a maior parte desses trabalhos pode ser classificada como consultório gramatical, por se constituir de respostas dadas por Barreto as perguntas dos consulentes. Temos, no entanto, na seção "Vários", diversos tipos de textos, entre eles, duas respostas a consultas, dois artigos e uma resposta a um crítico. Na seção "A Nossa Língua", por outro lado, todos os textos são respostas a consultas de leitores e em "A Sra. Gramática" todos os textos são artigos, que analisam pontos lingüísticos da Língua portuguesa. O livro possui, então, quarenta e cinco textos: vinte nove consultórios gramaticais; quinze artigos; e uma resposta a um crítico.

Além dos jornais e revistas já citados, Mário Barreto, por volta de 1920, foi consultor também da *Revista de Língua Portuguesa*, dirigida por Laudelino Freire, outro renomado estudioso da língua portuguesa.

Entre os colaboradores efetivos da *Revista de Língua Portuguesa* (RLP) nos anos de 1920 a 1925, destacam-se Cândido de Figueiredo, Carolina Michaelis, João Ribeiro, Julio Nogueira, Leite de Vasconcelos e Said-Ali.

Como já foi mencionado, a RLP possuía um consultório gramatical permanente, que tinha como objetivo sanar as dúvidas dos leitores, conforme é explicado no início da seção:

> A Revista de Lingua Portuguesa, no pensamento de ser util aos seus leitores, recebe Consultas àcerca de questões que interessem ao idioma vernáculo; e, com empenho de acertar, procurará dar-lhes adequada resposta. Essas questões ou duvidas deverão ser-lhe endereçadas em forma concisa e clara, sem meticulosidades impertinentes e importunas, nas quaes realmente se encerrem pontos por esclarecer. Dest`arte para satisfazer a cada consulente, será incumbido um dos eminentes collaboradores, que se não furtarão de concorrer com as suas luzes para a elucidação das duvidas. (Revista de Língua Portuguesa, maio de 1920, n.5, p. 145)

Em 1920/1921, essa seção tinha como consultores principais, os colaboradores da revista, Mário Barreto e Pedro Pinto, porém, também foram consultores da *Revista de Língua Portuguesa*, nesse período, Cláudio de Sousa, Silva Ramos (consultores na revista de número 11), Carlos Góes, Castro Lopes e o próprio Laudelino Freire

(consultores da revista número 8).

Percebemos, no entanto, que os consultórios gramaticais de Mário Barreto, escritos no final da década de 20, conforme mencionamos neste trabalho, parecem possuir idéias lingüísticas menos conservadoras que as consultas de Figueiredo, elaboradas entre o final do século XIX e a primeira década do século XX. Podemos, então, falar em um enfraquecimento das idéias lingüísticas presentes nos consultórios gramaticais, pois após a década de 30 do século XX, tanto os consultórios gramaticais quanto as constantes polêmicas acerca da língua perderam espaço e foram escritas e publicadas na mídia em menor quantidade.

Muito provavelmente, a corrente literária Modernista, iniciada no Brasil, com a semana de 22, teve influência na questão lingüística brasileira, pois acreditamos que as idéias lingüísticas pregadas pelos modernistas, principalmente por Mário de Andrade, surtiram efeito sobre literatos e gramáticos, tais idéias, porém, só foram consolidadas anos após sua difusão.

Mário de Andrade, assim como quisera fazer o romântico Alencar, tentou demonstrar as diferenças entre o português brasileiro e o europeu e observou a importância dos literatos brasileiros escreverem de forma mais próxima à fala de seu povo. Segundo Leite (1999:155/156), Alencar e Andrade, no entanto, possuíam objetivos diferentes. Aquele, entre outras coisas, pretendia alcançar um público mais amplo ao utilizar uma linguagem mais próxima da realidade brasileira e este objetivava destruir o apego de brasileiros à cultura portuguesa e exaltar a cultura brasileira.

Na visão de Antônio Cândido (1976:112), esses movimentos literários, romantismo e modernismo, representaram fases culminantes na literatura brasileira, pois mudaram os rumos da história cultural do país. Apesar de essas duas escolas literárias terem em comum o nacionalismo e a busca da identidade nacional, esse autor acredita que entre a fase romântica e o início do modernismo houve um lento processo de maturação de nossa personalidade nacional.

Desse modo, para Cândido (1976:111), no romantismo, nos auto-afirmamos através da oposição e da crítica à cultura portuguesa. Porém, nessa fase, nossa rebeldia contra o português recobria ainda certa dependência cultural em relação à pátria mãe. Já o modernismo representou o rompimento da relação Brasil/Portugal e assinalou o fim

da posição de inferioridade do Brasil, perante sua ex-metrópole. Nesse movimento, se atacou menos a cultura portuguesa, pois a partir do momento que nos separamos dela, nos tornamos independentes, não mais tivemos necessidade de atingi-la, a ela passamos a ser indiferentes.

Também para Teyssier (1997:112), o modernismo significou uma certa independência cultural brasileira, pois segundo esse autor

> ...após a conquista da independência política em 1822, o Brasil esperou um século – até 1922 – para reivindicar a independência cultural. É evidente que essa ruptura com o passado e essa busca da autenticidade brasileira encontravam na questão da língua um ponto de aplicação particularmente rico.

Ainda segundo Teyssier (1997:113), através desse movimento, o fim dos tabus sobre a linguagem brasileira se constituiu, pois, para o autor, a abertura lingüística realizada pelos modernistas foi definitiva. Tal autor afirma, no entanto, que o nível de libertação lingüística atingiu os diversos autores do modernismo e pós-modernismo de forma variada.

Já Leite (1999:147) afirma que há muita polêmica acerca da efetiva repercussão do modernismo na norma lingüística brasileira. Porém, para a autora, é fato concreto que o modernismo "contribuiu para a implantação de uma norma lingüística mais próxima da realidade brasileira" (1999:157). Isso não significa, no entanto, "que a língua praticada no Brasil tenha conquistado posições definitivas em relação a sua descrição e normalização (1999:157).

Acreditamos que a discussão sobre identidade nacional brasileira, presente no movimento modernista, contribuiu bastante para a consolidação da independência cultural de nosso país. E pensamos ser uma conseqüência desse processo a implantação de uma norma lingüística brasileira mais próxima do falar concreto do nosso povo.

A consolidação da independência cultural brasileira e o amadurecimento da idéia de identidade nacional em nosso país, todavia, não foi uma conquista apenas do modernismo, mas também dos diversos grupos que discutiram esse assunto no decorrer das primeiras décadas do século XX e transformaram a sociedade brasileira para que ela passasse a aceitar melhor a si mesma e a sua forma americana de falar. Desse modo,

podemos dizer que as diversas reflexões sobre a língua nacional, feitas a partir da independência política do Brasil, juntamente com o movimento modernista de 1922, propiciaram a aceitação de uma norma lingüística brasileira, mais próxima de nossa realidade. Sabemos, porém, que as idéias de língua e identidade nacional ainda é um assunto bastante em voga em nossa sociedade.

1.3. A "Volta" dos Consultórios Gramaticais

Conforme já mencionamos, houve, após a década de 30 do século passado, um enfraquecimento das idéias presentes nos consultórios gramaticais e das polêmicas lingüísticas. Assim, diminuiu o interesse pelos consultórios gramaticais e o número de publicações desse gênero lingüístico entre as décadas de 40 e 70.

Nos dias atuais, no entanto, podemos facilmente observar, na mídia, diversos trabalhos que versam sobre pontos gramaticais da língua portuguesa e visam a sanar as dúvidas mais freqüentes dos falantes. Muitos desses trabalhos, veiculados na internet, podem ser considerados consultórios gramaticais modernos, pois possuem a mesma forma de apresentação dos tópicos gramaticais dos consultórios antigos. Ou seja, utilizam também as perguntas dos interlocutores como "mote" para explicações gramaticais e possuem além do formato pergunta/resposta, o consultor e o consulente como par enunciativo.

Acreditamos que trabalhos metalingüísticos, como os consultórios gramaticais, voltaram a ser bastante procurados pelos falantes de português e produzidos na mídia em grande quantidade, entre as décadas de 80 e 90 do século XX. Naquela época, tivemos o início do programa "Nossa Língua Portuguesa" apresentado por Pasquale Cipro Neto na T.V. Cultura de São Paulo, esse programa é um dos mais famosos trabalhos desse gênero.

Muitos apresentadores desses programas, como o, já citado, Pasquale Cipro Neto e Sérgio Nogueira, do "Programa da Palavra" da rede Sesc/Senac de televisão, não possuem apenas um programa desse gênero. Além de aparecerem em programas de televisão e rádio, escrevem também colunas gramaticais, veiculadas em jornais, revistas

e internet e publicam livros e manuais de regras de "bom uso" do português.

Pasquale Cipro Neto, por exemplo, além de seu programa *Nossa Língua Portuguesa,* também é colunista do jornal *Folha de São Paulo,* autor do livro *Inculta & Bela,* que é uma coletânea de suas colunas escritas para o jornal e responsável pelo site também denominado *Nossa Língua Portuguesa.* Sérgio Nogueira, além de seu programa televisivo, escreve colunas metalingüísticas para o jornal *Extra* e é autor dos livros *Língua Viva I, II, III, IV* e *V*.

Não sabemos ao certo quais foram as causas do aumento do interesse por esse tipo de trabalho nos anos 80, porém, apontamos como possíveis causas desse fenômeno, além do natural interesse do usuário da língua pelo conhecimento da tradição lingüística, a democratização da educação secundária do final da década de 60 e a popularização contínua dos meios de comunicação de massa em nossa sociedade. Além disso, há a dualidade normativa da língua portuguesa do Brasil que provoca no usuário a sensação da não saber a própria língua. Esse sentimento impele o falante a procurar "instrumentos milagrosos" que prometem fazê-lo "falar melhor".

Segundo Azanha (1987:31), entre os anos de 1968 e 1970, na administração de Ulhoa Cintra, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo elaborou um projeto político de expansão do ensino ginasial, pois a situação exigia a democratização e universalização desse grau de escolaridade. O projeto possuía como principais medidas a expansão das vagas nos cursos ginasiais e a unificação e diminuição do grau de dificuldade dos exames de admissão (exame obrigatório, na época, para se cursar a escola ginasial).

O problema pedagógico que medidas com essa, implantadas na época em todo o Brasil, encontraram foi a falta de preparação do professorado para essa nova clientela, pois essas medidas foram impostas aos professores, sem adequá-los à nova realidade da escola pública. Dessa forma, a escola, ao não se reorganizar para receber os novos alunos e ao tentar aplicar os métodos pedagógicos antigos à nova clientela, criou uma crise educacional, que acarretou a queda na qualidade do ensino público.

Para Soares (1993:68), um fenômeno, que surgiu nas últimas décadas e é designado de "crise da linguagem" e definido como uso inadequado e deficiente da língua materna, possui estreita relação com a chamada democratização do ensino, pois

segundo essa pesquisadora, tal fenômeno tem surgido em todos os países em que houve uma aceleração no processo de democratização do ensino.

A explicação de Soares (1993:68/69) para o fenômeno é que:

> A escola, que até então se destinava apenas às camadas socialmente mais favorecidas (...) sempre privilegiou – e, a despeito da democratização do ensino, continua a privilegiar – a cultura e a linguagem dessas classes que (...) são diferentes da cultura e da linguagem das classes desfavorecidas. Não se tendo reformulado para seus novos objetivos e sua nova função, a escola é que vem gerando o conflito, a crise, que é resultado de transformações quantitativas – maior número de alunos – e, sobretudo, qualitativas – distância cultural e lingüística entre os alunos a que ela tradicionalmente vinha servindo e os novos alunos que conquistaram o direito de também serem por ela servidos.

Desse modo, acreditamos que a escola, por não saber lidar com a distância lingüística entre a norma culta, que deve ser aprendida na instituição escolar, e a norma inculta, internalizada pelos alunos das camadas menos privilegiadas da sociedade, criou um "fosso lingüístico" entre essas variantes do português. Enquanto os falantes do português inculto acreditar que nunca conseguirão falar "corretamente", esse "fosso lingüístico" não poderá ser ultrapassado por esses falantes.

Diante dessa incapacidade da escola de resolver os problemas gerados pela democratização da educação da década de 60, surgiu na sociedade a idéia de crise ou caos lingüístico, juntamente com as falsas premissas de que o português é uma língua muito difícil e de que grande parte da população não sabe falar a própria língua ou se expressa de forma errada e contribui, desse modo, para a corrupção lingüística.

Enquanto milhares de usuários da língua ocupam a posição desconfortável de "ignorantes lingüísticos", por não dominarem a norma culta e acreditarem não saber falar a própria língua, a mídia gera diversos trabalhos, que tem como principal objetivo resolver os problemas lingüísticos dos falantes do português. É nesse contexto que os modernos consultórios gramaticais são veiculados nos vários meios de comunicação de massa, existentes na sociedade contemporânea.

Sabemos ainda que, em nossa sociedade, os meios de comunicação de massa popularizaram-se nas últimas décadas do século XX e atualmente, ocupam um papel fundamental de geradores de entretenimento e conhecimento. Desse modo, Preti (1999:23/24) afirma que em momentos de massificação do saber e de informatização do

lazer e do conhecimento, em que a cultura se uniformiza, a presença da mídia como detentora da sabedoria aumenta cada vez mais.

Assim, acreditamos que os usuários de nossa língua, ao buscar ascensão social e empregos, procuram os diversos trabalhos metalingüísticos oferecidos pela mídia com o objetivo de se tornarem falantes da norma culta.

Por isso pensamos ser a popularização dos meios de comunicação de massa, juntamente com sua aceitação como fonte de conhecimento, mais um fator que, unido à idéia de "caos lingüístico", propiciou o aumento do interesse nos trabalhos metalingüísticos de língua portuguesa, em especial, nos consultórios gramaticais.

Capítulo 2. Os Consultórios Gramaticais como Gênero Discursivo

2.1. Os Gêneros do Discurso

Para Bakhtin (1992:279), os gêneros do discurso são formas verbais relativamente estáveis que se adaptam às diferentes situações sociais, das quais os usuários da língua participam no dia- a- dia. Esse autor diz ainda que

> a riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.

Dessa forma, os consultórios gramaticais devem ser analisados como um gênero do discurso por abranger enunciados com características "relativamente estáveis", porém modificáveis no espaço e tempo em que são enunciadas, e por estarem relacionados à esfera da atividade humana, denominada metalinguagem.

Com o intuito de detectar as variações e semelhanças dos enunciados pertencentes a esse gênero, decorrentes de diferentes suportes e épocas em que são escritos, também utilizamos como *corpus* dessa pesquisa, além das consultas gramaticais mencionadas anteriormente e escritas no início do século XX, consultórios gramaticais veiculados atualmente pela internet.

2.2. Os Consultórios gramaticais na Internet

Conforme já mencionamos, os consultórios gramaticais surgiram entre o final do século XIX e início do XX e foram bastante publicados nessa época. Acreditamos que eles nunca deixaram de ser escritos no Brasil, no entanto, entre as décadas de 40 e 70 do século XX, esse tipo de trabalho metalingüístico entrou em declínio e pouco apareceu na mídia. Entre os anos 80 e 90, porém, eles voltaram a ser publicados em grande quantidade, tanto em jornais e revistas quanto na internet.

Ao pesquisar o tema na internet, encontramos muitos sites metalingüísticos com seção de consultas gramaticais. A seguir, descreveremos os critérios utilizados nesta pesquisa para selecionar os consultórios gramaticais da internet mencionados na dissertação. E depois falaremos sobre esses consultórios e sobre seus consultores.

As seções de consultórios gramaticais analisadas pertencem aos sites: www.sualingua.terra de Cláudio Moreno; www.portrasdasletras de Hélio Consolaro e www.gramaticaonline de Dílson Catarino. Para selecioná-los, utilizamos os seguintes critérios:

1. Ser um site brasileiro;

2. Ser gratuito;

3. Ser um site particular, ou seja, não ser vinculado a nenhuma instituição educacional, governamental ou informativa;

4. Ter seção de pergunta e resposta (consultórios gramaticais) disponível;

5. Haver um único consultor na seção de pergunta e resposta.

Com auxilio dos sites de busca Google, da empresa de mesmo nome, e Cadê do grupo yahoo[4], procedemos da seguinte maneira: 1. digitamos na busca "Língua Portuguesa" Dúvidas; Língua Portuguesa Dúvidas e Português Dúvidas; 2. seguindo os cinco critérios acima, selecionamos os possíveis sites da pesquisa, que apareceram nas dez primeiras páginas de cada forma de busca; 3. dos sites selecionados, escolhemos três, considerados os mais consultados pelos usuários desse tipo de trabalho.

Ao selecionar o *corpus*, encontramos dois sites portugueses de metalinguagem

[4] Esses sites, Google e Cadê, são denominados sites de busca, pois são utilizados como instrumental de pesquisas e consultas.

de língua portuguesa, com seções de consultas gramaticais. Eles são: www.ciberduvidas.sapo.pt e www.oestediario.com .

O *Ciberduvidas* foi criado em janeiro de 1997, por iniciativa de João Carreira Bom e de José Mário Costa e segundo a seção *Quem somos*, esse site dispõe de um diversificado corpo de consultores, que respondem de segunda a sexta às muitas dúvidas dos consulentes. Desse modo, no consultório gramatical do site, há muitas consultas que tratam dos diversos temas relativos à metalinguagem de Língua Portuguesa. Essas questões são organizadas tanto pelo assunto, quanto pela ordem cronológica em que foram escritas.

A organização das perguntas pelo assunto divide-as por área de estudo, por tipo de palavras e por tópicos. Os assuntos mencionados no site são:

1. área de estudo - discurso/texto, estudos literários, etimologia, fonética, gramática, léxico, morfologia, morfologia construcional, morfologia flexional, ortografia/pontuação, semântica, sintaxe, tradução e outros;

2. tipos de palavras – adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, determinante, interjeição, locução, nome próprio, preposição, pronome, quantificador, substantivo, verbo;

3. tópicos – acordo ortográfico, bibliografia, comunicação social, línguas de especialidade, origem de nomes próprios, pragmática, TLEBS (Terminologia Lingüística para o Ensino Básico e Secundário), uso e norma, variedades lingüísticas.

Também aparece, na seção de perguntas e respostas do site, um link[5] para as dez últimas questões respondidas pelos consulentes e outro denominado *Mostrar Todas*, em que são expostas todas as questões do site em uma lista cronológica, organizada a partir das mais recente questão às mais antigas.

O *Oeste Diário* é um portal com informações sobre a região oeste de Portugal. Esse site, portanto, disponibilizou para seus leitores, de julho de 2002 a setembro de 2006, uma seção de consultas gramaticais. O consultor dessa seção foi o professor Jaime Umbelino, que "É licenciado em Filologia Românica e dedicou a sua vida ao ensino e à divulgação do Português, tendo publicado centenas de artigos na imprensa,

[5] Instrumento da Internet que dá acesso a outras seções do site ou a outros sites, normalmente com assuntos afins.

alguns dos quais se encontram reunidos na obra 'A Língua Portuguesa', editada em 2000.".[6]

Como essa seção deixou de fazer parte do portal em setembro de 2006, atualmente, não aparece como link desse site, porém, foi encontrada, pelos sites de busca, entre as seções de metalinguagem da língua portuguesa. Esse consultório gramatical também foi organizado em ordem cronológica e expõe suas consultas a partir da mais recente (07/09/2006) às mais antiga (29/07/2002). Há ainda no site um link denominado Arquivo, o qual separa as perguntas e respostas do consultório de acordo com o mês em que foram elaboradas.

Utilizamos, entretanto, apenas consultórios gramaticais brasileiros por ter o interesse em estudar a metalinguagem do português brasileiro atual, feita por professores e ou gramáticos brasileiros e dirigida aos falantes do português do Brasil.

Por visar ao fácil acesso aos sites, tanto para os usuários, interessados em conhecer melhor as regras gramaticais do português culto brasileiro, quanto para usá-los na pesquisa, optamos por incluir no *corpus* apenas sites gratuitos. E por pretender analisar os consultórios gramaticais de determinados professores e ou gramáticos de língua portuguesa, situados em sua época, não as consultas de um grupo de professores, gramáticos e ou pesquisadores de uma instituição específica, escolhemos sites particulares, com um único consultor.

Além disso, procuramos sites de metalinguagem de língua portuguesa com seções de perguntas e respostas, pois o *corpus* da pesquisa é formado por consultas gramaticais do início do século XX, veiculadas em revistas e jornais e por consultórios, escritos atualmente na internet.

A partir desses critérios, selecionamos, inicialmente, seis sites[7]. Desses, no entanto, escolhemos os três que aparecem mais vezes nas dez primeiras páginas da busca, pois consideramos que estes, por aparecerem nas primeiras páginas dos sites de busca e serem mencionados também nos links de outros sites, sejam os mais visitados pelos usuários, interessados neste tipo de trabalho.

No site Cadê e muito provavelmente também no Google, a ordem em que os

---

[6] Informação transcrita do site www.oestediario.com. em 2007.

[7] Além dos sites utilizados na pesquisa, nessa primeira seleção, foram selecionados também os sites www.hildebrando.com.br, www.nossalinguanossapatria.com.br e www.soslinguaportuguesa.com.br.

sites aparecem nas pesquisas é baseada na relevância desses para o assunto. E o critério utilizado para analisar quais sites são mais relevantes e devem ser mais acessíveis aos usuários muitas vezes é a quantidade de consulta a eles[8]. Além disso, acreditamos que o próprio fato de esses sites estarem nas primeiras páginas dos sites de busca faz deles atualmente os sites mais visitados, pois são mais acessíveis e estão em local de destaque nos sites de busca.

2.2.1.1. Os consultores e seus consultórios gramaticais na Internet

O site que mais apareceu nas dez primeiras páginas das buscas feitas pelo "Google" e pelo "Cadê" foi *Sua Língua* de Cláudio Moreno. Esse consultor gramatical, que também é professor, nasceu na cidade do Rio Grande (RS). Fez graduação e mestrado em Letras na UFRGS. Também foi professor dessa Universidade, nos cursos de Licenciatura em Letras, Jornalismo e Comunicação e nos cursos de redação dirigidos à pós-graduação em Medicina. Em 1997, obteve o título de doutor pela PUCRS.

Atualmente, faz parte do Sistema Unificado de Ensino, sendo responsável pela área de Língua Portuguesa e coordena os colégios Leonardo Da Vinci , Alfa e Beta de Porto Alegre. É colunista da Revista *Mundo Estranho* e do Jornal *Zero Hora*. Também é autor dos seguintes livros: *Redação Técnica* (Porto Alegre, Formação, 1975); *Redação Técnica* (São Paulo, Ática) em co-autoria e *Guia Prático do Português Correto – Ortografia* (Porto Alegre, L&PM, 2003); *Guia Prático do Português Correto – Morfologia* (Porto Alegre, L&M, 2004); *O Prazer das Palavras* (Porto Alegre, RBS Publicações, 2004); *Tróia: o romance de uma guerra* (Porto Alegre, LPM, 2004) e *Um rio que vem da Grécia* (Porto Alegre, LPM, 2004).

Em várias seções de *Sua Língua*, como *Curiosidades*, há perguntas de internautas (consulentes) e respostas do professor Moreno (consultor). Para a pesquisa, no entanto, utilizamos prioritariamente as consultas gramaticais da seção *Pergunte ao Doutor*, por essa ser uma seção exclusiva de consultas gramaticais. Havia no momento

[8] Essas informações foram obtidas através de funcionários da empresa Yahoo Brasil.

de nossa busca em *Pergunte ao Doutor*[9] 214 consultas gramaticais, organizadas por ordem alfabética. Esse consultório gramatical trata dos diversos temas da gramática normativa de língua portuguesa.

O site *Por trás das Letras*, de Hélio Consolaro, é considerado, seguindo nossos critérios, o segundo mais visitado. Consolaro é natural de Araçatuba, São Paulo, cidade onde vive até hoje. É jornalista, escritor e professor de Língua Portuguesa. Fez graduação em Letras e especialização em Teoria da Literatura na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis.Como professor, além de ter trabalhado por muitos anos em escolas estaduais, lecionou também no curso Objetivo, no Colégio Salesiano de Araçatuba, no sistema de ensino Royal Valparaíso e no Colégio Integrado de Araçatuba. Atualmente leciona no Sistema Etapa de Guararapes e no Unicolégio de Araçatuba.

Como jornalista, foi colaborador do jornal *A Camarca*, cronista e editor do caderno cultural da *Folha da Manhã*. Atualmente é cronista diário, colunista semanal, editorialista e resenhista de livros do jornal *Folha da Região*. É autor dos livros de crônicas *Cobras & Lagartos* (Ed. Folha da Região, 1997); *Filósofo de Semáforo* (ed. Nakin, 2002); *Cerveja e uma porção de bobagens* (ed. Da Academia Araçatubense de Letras, 2004) e do livro de poemas *Urubu Branco* (2000). Também é membro da Academia Araçatubense de Letras, instituição da qual foi presidente em 2003 e 2004.

Por trás das Letras, segundo consta na seção *Quem somos*, é destinado a estudantes do segundo grau e vestibulandos, porém, atende, em parte, às expectativas de todos os estudiosos da língua portuguesa. O site, portanto, por ter como público alvo estudantes e vestibulandos, apresenta assuntos bem variados como: técnicas de redação, artigos sobre gramática e literatura, resumo de livros para vestibular, entrevistas com estudiosos da língua portuguesa, seção de perguntas e respostas, entre outros.

A seção utilizada em nossa pesquisa foi a de perguntas e respostas (consultório gramatical) denominada *Tira Dúvidas*. Assim como o de Moreno, o consultório gramatical de Consolaro é organizado por ordem alfabética.

O outro site analisado foi *Gramática Online* de Dílson Catarino. Esse consultor

[9] Como os sites analisados são diariamente revistos e podem sofrer modificações e inclusões de novas consultas, nossa descrição deles leva em conta o momento em que foram pesquisados (março de 2007).

é professor de Língua Portuguesa em Londrina e responsável também pelo setor de português do *Vestibuol*[10]. Conforme fizemos com os outros dois sites, de *Gramática On Line*, utilizamos, prioritariamente, a seção de consultas gramaticais, denominada *Dúvidas*. Havia, nessa seção, no momento de nossa busca, 250 consultas gramaticais. Diferentemente do que ocorre nos outros dois sites, em *Dúvidas*, as consultas gramaticais não são organizadas por ordem alfabética, mas por ordem cronológica, ou seja, são arquivadas pela ordem em que foram escritas.

Para analisar os consultórios gramaticais como um gênero discursivo, acreditamos ser importante também diferenciá-los de outros gêneros com características semelhantes às dos consultórios.

2.2.2. Consultórios Gramaticais X Colunas Metalingüísticas, Crônicas e Artigos

Muitos consultores gramaticais também são considerados colunistas, cronistas e autores de artigos. Esses termos são utilizados, inclusive, pelos próprios consultores quando se autodenominam. Desse modo, esses escritores também classificam alguns de seus textos como crônicas, colunas e artigos. Isso ocorre tanto com os consultores do início do século XX quanto com os consultores da atualidade. Exemplos disso nas consultas da internet são: o nome de uma das seções de *Sua Língua* que é *Artigos*; uma frase da seção *Opinião* de *Gramática On Line* que é "Leia o artigo do Prof. Dílson Catarino"; a classificação dada na seção *Sobre o autor* para Moreno que é "É colunista da revista Mundo Estranho da Abril, e do jornal Zero Hora" e as publicações de livros de crônicas, escritas por consultores gramaticais (Moreno: *Um rio que vem da Grécia;* Consolaro: *Cobras & Lagartos, Filósofo de Semáforo e Cerveja e Uma Porção de Bobagens*).

Nesses gêneros, no entanto, conforme já mencionamos, há características semelhantes às dos consultórios, e por isso, esses podem ser identificados com as

[10] Site da Uol, com o objetivo de auxiliar o estudo de vestibulandos.

crônicas, com as colunas ou com os artigos. Assim, para evitar qualquer tipo de confusão na classificação dos textos escritos por esses professores de português e ou gramáticos, procuraremos definir consultório gramatical, aproximando-o e distinguindo-o dos demais gêneros discursivos, escritos pelos autores aqui analisados.

Conforme fez Silva (2005:29), no estudo sobre coluna metalingüística, utilizaremos, para caracterizar o consultório gramatical e distingui-lo dos demais textos, os três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) que, segundo Bakhtin (1992:279), "fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado" e "são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação".

Silva (2005: 29), ao analisar os textos metalingüísticos de Napoleão Mendes de Almeida, considera os consultórios gramaticais desse autor como uma variação de suas colunas metalingüísticas. É sugerido, no entanto, em seu trabalho, que os consultórios gramaticais podem ser considerados um outro gênero, pois divergem das colunas metalingüísticas em sua construção composicional.

Nesta dissertação, consideramos colunas metalingüísticas e consultórios gramaticais como dois gêneros distintos. Percebemos, no entanto, que, quanto ao conteúdo, esses textos se aproximam, pois tanto os enunciados dos consultórios gramaticais quanto os das colunas metalingüísticas tratam do uso da norma culta da língua portuguesa. Esse também é, muitas vezes, o tema das crônicas e dos artigos metalingüísticos.

Outra semelhança entre esses textos metalingüísticos é a função desses enunciados, pois todos eles objetivam persuadir os interlocutores a utilizar determinadas formas gramaticais, consideradas mais "corretas" ou adequadas.

Podemos, no entanto, como já mencionamos, distinguir os demais gêneros metalingüísticos dos consultórios gramaticais pela estrutura composicional. Essa estrutura é formada, necessariamente, pelo par adjacente pergunta/resposta: perguntas formuladas pelos consulentes e respostas, a essas perguntas, elaboradas pelo consultor. O par enunciativo envolvido nesse tipo de interação é, portanto, consultor e consulente.

Os termos "consultório gramatical", "consultor" e "consulente" são apoiados em uma metáfora médica, a de que "a língua portuguesa está doente, sofrendo, e precisando de cuidados". Muitos enunciados presentes tanto nos consultórios gramaticais do início

do século XX, quanto nos consultórios gramaticais modernos estão vinculados a essa metáfora. Inclusive, no site do Professor Moreno, a rubrica do consultório é Pergunte ao Doutor.

Essa idéia de que a norma lingüística "não culta" representa uma língua "doente" e "mal tratada" pelos usuários faz parte do discurso preconceituoso desses professores de português e gramáticos, que assinam as consultas gramaticais. Nos artigos, crônicas e colunas metalingüísticas também aparece o discurso preconceituoso desses especialistas da linguagem, que utilizam, inclusive, essa metáfora médica para falar da "enferma" e "sofrida" língua portuguesa. Essa metáfora, nesses gêneros, no entanto, não aparece no título do texto, como nas consultas gramaticais, e pode nem ser percebida, ou seja, nos consultórios gramaticais, o próprio gênero indica o discurso preconceituoso do enunciador, já nos outros gêneros isso não acontece.

Diferentemente das colunas metalingüísticas e dos consultórios gramaticais, os artigos e as crônicas são, muitas vezes, utilizados para a exposição de outros assuntos, não metalingüísticos. O artigo traz a opinião do autor sobre determinado assunto. Desse modo, aos artigos científicos, está relacionada a idéia de um enunciado no qual, o acadêmico opina sobre os temas de suas pesquisas, pois é através desse gênero que, freqüentemente, os resultados das pesquisas acadêmicas e científicas são divulgados. Já nos artigos jornalísticos há a opinião do autor do texto sobre os mais variados assuntos. Um exemplo disso são os artigos metalingüísticos, em que o enunciador demonstra, no enunciado, uma opinião sobre determinado fato lingüístico. Por outro lado, está relacionada às crônicas, a idéia de um enunciado, normalmente, baseado em uma situação circunstancial e que trata de fatos da realidade.

Tanto as crônicas como os consultórios gramaticais, as colunas metalingüísticas e os artigos metalingüísticos, são publicados, geralmente, em revistas e jornais. Há casos, no entanto, de artigos e crônicas escritas diretamente para fazer parte de livros. Isso dificilmente ocorre com as colunas metalingüísticas e com os consultórios gramaticais. Esses foram e ainda são, muitas vezes, compilados em livros, mas sua primeira versão ainda é feita para periódicos ou, no caso dos consultórios gramaticais na internet, para os sites sobre metalinguagem do português. Também é comum a compilação de crônicas e artigos jornalísticos, publicados primeiramente na imprensa

periódica e, depois em livros.

O termo coluna gramatical, no entanto, já indica, de certa forma, seu suporte em sua denominação, pois esse gênero é composto por pequenos enunciados metalingüísticos, escritos em forma de coluna, para serem publicados em jornais e revistas. Desse modo, o formato do texto em colunas já indica onde esse texto será publicado, pois o texto em "tiras" é típico do suporte jornalístico.

Acreditamos, porém, na generalização do nome desse gênero, que foi denominado dessa maneira por causa de seu formato, mas que pode ser publicado, atualmente, em outro formato, principalmente, quando apresentado em outro suporte, não em jornais ou revistas. Por outro lado, é difícil caracterizar colunas como tipo de texto, pois a primeira conceituação de coluna baseia-se no formato do texto, porém, vários enunciados, de diversos gêneros, podem ser escritos no formato coluna, inclusive os consultórios gramaticais.

Ao analisar o site de Moreno, percebemos que nele os artigos, na maioria das vezes, não são assinados e, ao contrário, os consultórios gramaticais costumam ser assinados, pois, o consultor, após saudar o consulente e responder a pergunta, normalmente, se despede dele da seguinte forma "Abraço. Prof. Moreno". Isso serve para demonstrar que, diferentemente das colunas, dos artigos e das crônicas, o consultório gramatical se caracteriza por ser uma interação direta com o consulente.

Esse consultor, no entanto, conforme discutiremos no próximo capítulo, costuma não assinar as respostas dadas às perguntas dos consulentes, feitas em discurso indireto. Acreditamos que existam dois motivos para que isso ocorra: a falta do par enunciativo concreto para que haja um diálogo entre consultor e consulente, com saudação inicial, saudação final e assinatura, como ocorre nos consultórios gramaticais com perguntas transcritas em discurso direto e a relação entre esse tipo de consultório gramatical e os artigos metalingüísticos, normalmente não assinados por Moreno.

Assim, percebemos que o que realmente caracteriza o gênero consultório gramatical é o uso das perguntas dos consulentes e das respostas dos consultores para que sejam expostos enunciados sobre a gramática normativa da língua portuguesa, pois observamos que o uso de saudações iniciais, saudações finais e assinatura nos consultórios gramaticais, assim como a assinatura ao final das colunas metalingüísticas,

é facultativo e não utilizado por todos os consultores.

Nos consultórios gramaticais, expostos em *Por trás das Letras* de Hélio Consolaro, na seção "Tira-Dúvidas", por exemplo, o consultor não faz ao consulente nenhuma saudação inicial e ou final, nem assina a resposta, como faz Cláudio Moreno, quando a pergunta do consulente é exposta em discurso direto. Já Dílson Catarino, no consultório gramatical, exposto na seção "Dúvidas", varia bastante o formato das respostas às perguntas dos consulentes, que normalmente são descritas em discurso direto.

Analisamos também o estilo da linguagem dos enunciados do *corpus* para caracterizá-los e classificá-los, ou seja, observamos como os escritores utilizam, nos textos analisados, os diversos recursos da língua para comporem os enunciados e esses se encaixarem nos gêneros discursivos dos quais fazem parte.

Consultório gramatical, crônica, coluna e artigo metalingüístico possuem, normalmente, o mesmo suporte, que é o jornalístico, e suas publicações objetivam difundir determinadas idéias lingüísticas. Assim, esses escritores têm de ser claros e precisos. Candido de Figueiredo já salientava essa preocupação no prefácio de *O que se não deve dizer*(1929b:7):

> ...o escopo do autor não é fazer dissertações eruditas, nem escrever para os sábios, aos quais aliás não poderia dar novidades: é difundir , pelos meios mais eficazes e em benefício da língua nacional, o que os sábios e a experiência lhe ensinam. Ora, aquele benefício será tanto mais sensível, quanto mais numerosos forem os leitores...

Nesse prefácio, o consultor explica ainda a aceitação de seu trabalho através, entre outras coisas, da linguagem, segundo ele, simples e clara:

> ...é sabido que o número dêstes (leitores) está sempre na razão directa da simplicidade da fórma, da estreiteza da exposição e da variedade do assunto. Nem de outra fórma se explica a excepcional e lisonjeira aceitação e procura dos meus modestos trabalhos sobre linguagem portuguesa " (Figueiredo, 1929b: 7)

Além dessa busca pela clareza, presente em todos esses gêneros discursivos, há também, nesses enunciados, o uso freqüente da norma culta da língua portuguesa, pois

como, na maioria dos casos, esses textos “pregam” o uso “correto” da língua, existe entre os escritores a preocupação com a “correção” lingüística que, para esses gramáticos e professores, é feita através do uso da norma culta da língua.

Nos consultórios gramaticais e nos artigos ou colunas metalingüísticas, os enunciadores possuem, freqüentemente**,** um tom incisivo e autoritário, ao falar do uso lingüístico. Muitas vezes, esses enunciados demonstram a intolerância e o preconceito lingüístico desses autores, como veremos no próximo capítulo.

Outro recurso lingüístico utilizado tanto nos consultórios gramaticais quanto nos artigos e colunas metalingüísticas são as figuras de linguagem. Exemplo disso, entre outros, é a, já mencionada, metáfora médica, que muitas vezes vem acompanhada da personificação da língua portuguesa e ou dos “erros” lingüísticos.

Nos consultórios gramaticais e nos artigos ou colunas metalingüísticas também é comum o uso de provérbios populares e ou de palavras populares. Acreditamos que o objetivo desse recurso lingüístico, nesses gêneros discursivos, seja uma tentativa de popularizar o ensino da língua portuguesa. Essa “pseudo-popularização”, provavelmente, busca possibilitar que esses enunciados sejam lidos pelo maior número possível de falantes do português.

No entanto, também vemos como provável finalidade para a pseu-popularização desses textos a suavização e a atenuação do tom incisivo e autoritário desses enunciadores do discurso, em discussões lingüísticas. Os responsáveis por esses gêneros do discurso, provavelmente, acreditam que essa forma de tratar os assuntos gramaticais agrada os diversos leitores, pois deixa as discussões lingüísticas mais despreocupadas e bem humoradas.

Esses recursos lingüísticos foram interpretados como estratégias lingüístico-discursivas utilizadas pelos consultores e serão analisados em “Estratégias Discursivas”. Antes de adentrar a esse tema, porém, discutiremos a oposição entre gêneros digitais, originários da comunicação via computador, e gêneros tradicionais, elaborados no meio digital.

2.2.3. Gêneros Digitais X Gêneros tradicionais com suporte digital

Há, atualmente, entre os estudiosos dos gêneros discursivos, a preocupação em se estudar os gêneros digitais. Entendemos, portanto, como textos digitais os que "estão emergindo no contexto da tecnologia digital em ambientes virtuais" (MARCUSCHI, 2005b: 13).

Segundo Marcuschi (2005b:13), a maioria desses textos "tem similares em outros ambientes, tanto na oralidade como na escrita". Exemplos disso são: e-mail/carta pessoal e bilhete; chat/conversação; e-mail educacional (aula por e-mail)/aula por correspondência; aula chat (aulas virtuais)/aula presencial; vídeo-conferência interativa/reunião de grupo, conferência e debate; lista de discussão/circulares e blog/diário pessoal.[11]

Apesar de haver similares tradicionais (sem o suporte computacional) a esses gêneros, a grande maioria dos estudiosos vê-os como emergentes, não como uma variação dos textos tradicionais já existentes, pois esses gêneros possuem características próprias.

Para Bakhtin(1992:281), os gêneros secundários, durante o processo de formação, "absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea". Da mesma forma, acreditamos que a formação dos textos emergentes é feita a partir da transmutação de gêneros tradicionais, que se transformam e dentro do novo gênero adquirem características particulares.

Entre os gêneros com suporte digital, há, no entanto, além dos emergentes, os tradicionais, veiculados pela internet. A diferença entre esses gêneros é que estes, ao passarem a ser veiculados pela internet não sofreram modificações suficientes para serem considerados novos gêneros.

Um exemplo disso é o artigo acadêmico eletrônico. Hendges (2002:118) faz uma comparação entre o artigo acadêmico impresso (AI), veiculado pela mídia

[11] Exemplos extraídos do quadro de Marcuschi (2005b:31).

impressa tradicional e o artigo acadêmico eletrônico (AE). A autora buscou detectar as características de AI que permaneceram em AE e "o que se apresenta como característica nova apenas nesse último, especialmente no que tange à seção de Revisão de literatura de artigos acadêmicos das áreas de economia e lingüística".

Essa autora, porém, conclui que:

> os resultados ilustram variações entre as áreas investigadas – lingüística e economia, mas não revelam variações em função do meio onde os textos foram publicados. Isso se deve provavelmente ao fato de que os recursos eletrônicos disponíveis na Internet não são significativamente explorados nos textos analisados. Se, por exemplo, os AEs apresentassem mais *hyperlinks* para os textos citados na seção de Revisão da literatura, é possível prever que seriam usados menos verbos de citação (...). Entretanto, acredito que à medida que o uso do meio eletrônico se intensifica, a exploração das ferramentas digitais será incrementada " . (HENDGES, 2002:135 /136)

Os consultórios gramaticais veiculados na internet também devem ser classificados como gênero tradicional com suporte digital, pois, ao cotejar os consultórios gramaticais escritos no início do século XX em jornais e revistas da época com os consultórios veiculados atualmente na internet, percebemos que as diferenças existentes entre essas consultas não são suficientes para a classificação dos consultórios gramaticais digitais em um novo gênero.

Sabemos, porém, que os gêneros gramaticais modificam-se de acordo com a época e com o suporte em que são escritos. Isso ocorre, portanto, com os consultórios gramaticais, escritos no Brasil desde o final do século XIX.

Conforme a definição de Bakhtin (1992:279), os gêneros são "relativamente estáveis", pois apresentam características estáveis, que fazem com que os enunciados sejam classificados em determinados gêneros, porém se modificam em diferentes espaços e situações sócio-históricas e culturais diferentes. Marcuschi (2005a:17), ao comentar a definição de gênero do filósofo russo, afirma que "do ponto de vista enunciativo e do enquadre histórico-social da língua, a noção de *relatividade* parece sobrepor-se aos aspectos estritamente formais e captar melhor os aspectos históricos e as fronteiras fluídas dos gêneros".

Da mesma forma, Maingueneau (2004:61), ao diferenciar gêneros discursivos das tipologias comunicacionais, ressalta o caráter histórico variável dos gêneros.

Assim, percebemos a importância do contexto histórico-social na análise dos consultórios gramaticais, criados no final do século XIX, em um contexto de intenso debate lingüístico entre defensores do português brasileiro e da consolidação da língua nacional e defensores de um português único para Brasil e Portugal e ressurgidos na década de 80 do século XX, em um momento de crise educacional e de grande desenvolvimento da mídia brasileira.

Além da época em que os consultórios gramaticais foram escritos, provavelmente, também modificou esse gênero o suporte em que ele é veiculado. Para Maingueneau (2004:68/72), "uma modificação do suporte material de um texto modifica radicalmente um gênero do discurso"pois "o modo de transporte e de recepção do enunciado condiciona a própria constituição do texto, modela o gênero discursivo".

Assim, acreditamos ser importante a análise de alguns aspectos dos consultórios gramaticais atuais com suporte digital, que podem se diferenciar dos consultórios impressos no início do século XX.

As características que serão analisadas, no decorrer desta dissertação, são: 1.os interlocutores para os quais esses trabalhos eram e são escritos; 2.o conteúdo abordado nos consultórios no início do século XX e nos atuais; 3. a estabilidade e a instabilidade material dos consultórios impresso e dos expostos na tela do computador (inclusão de novas consultas, sem a burocracia dos livros em que é necessária a publicação de uma nova edição); 4. a organização dos consultórios e sua relação com os mecanismos acessíveis na internet, como os links ; 5. a linguagem, as estratégias lingüístico-discursivas, utilizadas pelos consultores e consulentes, em seus enunciados e o discurso lingüístico dos consulentes e consultores do início do século XX e de nossos contemporâneos.

2.2.4. Estratégias do Discurso

Em Análise do Discurso, há para o termo estratégia do discurso diversos empregos e definições, conforme a corrente de pesquisa utilizada. Para Charaudeau & Maingueneau (2006:219), é consenso, porém que "as estratégias dizem respeito ao modo como um sujeito (individual ou coletivo) é conduzido a escolher (de maneira

consciente ou não) um certo número de operações linguageira" com o objetivo de coagir seu interlocutor.

Desse modo, para que o sujeito falante utilize estratégias discursivas, é necessário haver uma situação de incerteza e, por parte do enunciador, um projeto de resolução do problema colocado pela incerteza.

Charaudeau (1995b: 102, apud Charaudeau & Maingueneau, 2006:219) diz ainda que "não se pode utilizar essa noção de estratégia senão em relação à existência de 'um quadro contratual que assegura a estabilidade e a previsibilidade dos comportamentos'" de maneira que o sujeito possa intervir. Esse autor propõe, então, que as estratégias se desenvolvam em função de três etapas: 1. a legitimação, que visa determinar a autoridade do sujeito para dizer o que diz; 2. a credibilidade, que visa mostrar o sujeito falante como alguém confiável para dizer o verdadeiro; 3. a captação, que visa persuadir ou seduzir o parceiro da troca comunicativa, para fazer que esse entre no quadro do pensamento do sujeito falante.

O par enunciativo dos consultórios gramaticais, consultores e consulentes, utilizam, em seus enunciados, muitas estratégias discursivas. A seguir falaremos de algumas dessas estratégias, presentes tanto nos consultórios gramaticais do início do século XX quanto nos consultórios gramaticais da internet.

2.2.4.1. Consultórios Gramaticais do Início do Século XX

Nos consultórios gramaticais, os consultores, por serem professores de língua portuguesa e ou gramáticos, possuem autoridade institucional para desenvolverem temas referentes à gramática normativa da língua portuguesa. Esses enunciadores, no entanto, preocupavam-se e preocupam-se com a aceitação de seus enunciados por parte de seus leitores e consulentes. Desse modo, utilizavam e utilizam algumas estratégias discursivas, com o objetivo de se legitimarem como sujeitos falantes, autorizados a dizer o que dizem.

Nos consultórios gramaticais do início do século XX, a estratégia discursiva principal, utilizada para determinar a posição de autoridade dos consultores, é o tom autoritário e incisivo, com o qual esses enunciadores respondem às questões de seus

consulentes e corrigem-nos. Nas obras desse momento, analisadas nesta dissertação, é comum observarmos isso, principalmente nos enunciados de Candido de Figueiredo. Alguns exemplos disso são:

1. "... V. aconselha como correcto para se grafar (*para se grafarem* é que se diz, e desculpe-me a interrupção) os vocábulos..." (FIGUEIREDO*,* 1929b: 220/221). – entre parênteses, correção do texto do consulente; 2. "Não venho apontando defeitos: aponteios, tenho-os apontado. Vir apontando, naquela accepção, não é forma portuguesa... "(FIGUEIREDO,1911:47); 3. "...mandaram-o ou mandaram-no?'/Está dito, redito e tredito que é mandaram-no. E também está dito porquê." (FIGUEIREDO 1929a:45); 4 " 'Vive-se *baràtamente*...'/ Tolera-se." (FIGUEIREDO 1929a:60)

Nos dois primeiros exemplos, podemos perceber o autoritarismo de Figueiredo, ao corrigir bruscamente seus consulentes. No segundo exemplo, no entanto, além do discurso desse consultor demonstrar seu tom autoritário, fica evidente também o preconceito desse com "erros" lingüísticos, pois, ao afirmar que "vir apontando naquela acepção não é forma portuguesa", Figueiredo mostrou não aceitar a variação lingüística, na qual o gerúndio "apontando" é forma corrente, como língua portuguesa. Assim, podemos dizer que o discurso desse consultor, nesse caso, explicitou seu preconceito com determinada variação lingüística e demonstrou que esse gramático considerava língua portuguesa somente a variação culta dessa língua.

Nos outros dois exemplos, percebemos o tom incisivo de Figueiredo, ao responder de forma contundente e breve às perguntas de seus consulentes. Desse modo, podemos afirmar que esse consultor buscava reforçar sua legitimação como sujeito falante através do tom autoritário e incisivo de seus enunciados.

Os consultores do início do século XX, além de usarem o discurso autoritário e contundente com o objetivo de se apresentarem, aos seus interlocutores, como autoridades no discurso metalingüístico, também buscaram maior credibilidade a si e ao que diziam através do modo com que se posicionavam em seus enunciados discursivos.

Em alguns momentos, para demonstrar cientificidade ao que diziam, os consultores distanciavam-se dos fatos lingüísticos mencionados nos consultórios

gramaticais como forma de analisá-los friamente, como especialistas. Em outros casos, engajavam-se defendendo suas idéias lingüísticas para apresentar a seus interlocutores um discurso de convicção.

A forma mais comum de distanciamento do próprio enunciado, praticada pelos consultores, é a utilização da citação de outros gramáticos e ou professores como resposta às questões de seus consulentes. Exemplos disso são:

1. "(...) dou a palavra, para lhe responder, ao Prof. Dr. João da Silva Correia, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa e digno discípulo do eminente mestre Leite de Vasconcelos..." (BARRETO, 1944:167); 2. "Como resposta, limitamo-nos a transladar aqui uma carta endereçada a João Ribeiro" (ALMEIDA, 1939:75).

No primeiro caso, o consultor Barreto, antes de utilizar a citação de outro gramático para responder a dúvida do consulente, descreveu a importância desse teórico, dando, então, credibilidade ao enunciado. Já Almeida citou um interlocutor de João Ribeiro (Sr.Sarragalo) para responder a questão do consulente, no entanto, salientou, ao final da citação, que a argumentação presente na carta de Sarragalo havia sido aceita e apoiada por João Ribeiro, gramático muito conhecido na época.

Observamos, porém, que esse distanciamento que os enunciadores fazem de seus enunciados são apenas aparentes, pois cada enunciador cita enunciados que vão ao encontro de suas idéias. No caso dos consultores gramaticais, foram citados por eles enunciados de gramáticos com idéias lingüísticas parecidas com as suas.

Acreditamos, entretanto, que nos consultórios gramaticais é mais comum a persuasão por engajamento que por distanciamento. Exemplos desses enunciados, nos quais os consultores deixam claras suas posições lingüísticas e suas opiniões são:

1. "De qualquer das maneiras, porém, não me parece caso que mereça dissertação" (FIGUEIREDO, 1929a: 21); 2. "Sou de opinião que está bem empregado o verbo *custar* nesta frase... "(BARRETO, 1944:126); 3. "Monteiro Leite, Candido de Figueiredo e outros fazem regulares todos os verbos desta classe. O certo é, como observa, Gonçalves Viana, que se vae operando entre pessoas cultas certa reacção contra a

confusão dos verbos em iar e ear" (ALMEIDA, 1939:68)

Nos exemplos, o uso das expressões "não me parece", "sou de opinião", e "o certo é", que indicam a opinião dos enunciadores, explicitou o engajamento dos consultores, que defenderam suas opiniões com convicção e assim buscaram persuadir seus interlocutores a partilharem de suas idéias lingüísticas.

Os consultores gramaticais utilizavam também a estratégia de captação, com a qual visavam que os interlocutores de seus textos entrassem no "universo do pensamento que é o ato de comunicação" e partilhassem "a intencionalidade, os valores e as emoções dos quais esse ato é portador" (CHARAUDEAU, 1994b: 40, apud CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006:93).

Segundo Charaudeau (CHARAUDEAU, 1998a: 14, apud CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006:93) a estratégia de captação pode ser feita através de duas diferentes atitudes. São elas: a polêmica, que é o questionamento dos valores defendidos pelo outro ou da legitimidade do outro como sujeito falante e a dramatização, que é o uso de atividades discursivas feitas por analogias, comparações, metáforas etc.

Os consultores gramaticais do início do século XX utilizavam tanto a polêmica quanto a dramatização para sensibilizar seus parceiros da troca comunicativa, pois questionavam certos valores gramaticais defendidos por seus interlocutores e a própria legitimidade desses para desenvolverem determinados assuntos gramaticais, mas também utilizavam, em seus enunciados, metáforas, jogos de palavras entre outras formas de produzir efeitos discursivos de conivência.

Exemplos de atitude polêmica dos consultores do início do século XX são:

1. "São realmente de pouca monta as preguntas que me dirige um industrial do Rio de Janeiro" (FIGUEIREDO, 1929b: 108); 2. "Há de perdoar-me o sr. Paiva, mas parece de um estudantinho de Liceu a sua dúvida a respeito da expressão *gratia plena*..." (BARRETO, 1944:106); 3. "O Sr. Alfredo Adriano precisa familiarizar-se com o frasear dos mestres do pátrio idioma para não olhar como falsa uma construção que é genuína" (BARRETO, 1944:220); 4 "Esgrimista desconhece o que venham a ser

palavras homonymo-homographas (...) Esgrimista desconhece igualmente em que consiste a convergência de palavras (...) Esgrimista mostra ainda não saber que estoque significa também...” (ALMEIDA, 1939:49/50).

Nos dois primeiro exemplos, Figueiredo e Barreto utilizaram para criticar e, assim, tirar a legitimidade de seus correspondentes desenvolverem temas gramaticais, uma forma muito comum em Figueiredo, a classificação crítica da pergunta do consulente. Desse modo, os consultores criticavam o consulente, através de suas questões.

Podemos observar, no entanto, que Figueiredo é mais direto e menos polido em sua crítica que Barreto, pois este antes de criticar seu consulente, demonstrou sua polidez com seu pedido de desculpa ao consulente criticado: “Há de perdoar-me”.

No segundo exemplo de Barreto, a crítica desse consultor ao consulente é menos dura que a anterior, pois, neste caso, o consultor construiu sua crítica em forma de conselho ao consulente, porém utilizou seu tom professoral para desqualificar o interlocutor (não leitor dos mestres do pátrio idioma) e colocar em dúvida suas opiniões gramaticais.

No último exemplo, Almeida, ao se defender de uma crítica feita a ele por um consulente, insistiu no “não saber” de seu correspondente para, desse modo, questionar os valores gramaticais defendidos pelo interlocutor e para tirar desse a legitimidade para criticá-lo. Observamos, porém, que justamente para atenuar suas atitudes polêmicas, o tom autoritário de muitos de seus enunciados e ainda seus preconceitos e intolerância lingüística, os consultores utilizavam a estratégia discursiva da dramatização, feita através do uso de termos e provérbios populares nos enunciados, do jogo de palavras e da ironia.

Dos consultores do início do século XX, aqui analisados, foi Candido de Figueiredo o escritor que mais utilizou provérbios populares em suas consultas. Alguns exemplos de provérbios recolhidos em seus consultórios gramaticais são:

1. “... mas é indispensável joeirar todos os estrangeirismos, para *separarmos o trigo do*

joio." (FIGUEIREDO, 1911:141/142, grifo nosso[12]).

Esse provérbio aparece em Antenor Nascentes com o mesmo significado utilizado pelo consultor: "expulsar o que não presta, para longe do que é bom" (NASCENTES, 1945:209). Figueiredo utilizou também, no parágrafo, o verbo joeirar, relacionado com o termo joio, presente no provérbio. Tanto o substantivo joio quanto o verbo joeirar fazem alusões ao cultivo de trigo. Segundo Ferreira (1995:377), esses termos são definidos como: Joio: "1. Erva anual, da família das gramíneas..., que cresce caracteristicamente nas plantações de trigo (...); 2. fig. Coisa daninha, ruim, que surge entre as boas e as corrompe"; Joeirar: "1. Passar (o trigo) pela joeira. 2. passar pela joeira ou pelo crivo; 3. examinar ou averiguar minuciosamente; 4. Escolher separando com cuidado o que é bom do que é mau e Joeira: peneira que separa o trigo do joio; crivo.

Percebemos que, no Dicionário consultado, os termos "joio" e "joeirar" possuem significados próprios, relacionados com o cultivo de trigo, mas também significados figurados, devidos, provavelmente, ao grande uso do provérbio utilizado por Figueiredo, no Brasil e em Portugal. Ao mencionar um provérbio tão conhecido, Figueiredo procurou, através da sabedoria popular, persuadir seus leitores e consulentes a partilharem de seu universo de pensamento. Outro exemplo de provérbio bastante conhecido, citado por esse consultor é:

2. "Já que os gramáticos de minha terra *têm passado por êste assunto como gato por brasas*..." (FIGUEIREDO, 1929b: 68).

Consta, em Batalha (1924:80), uma possível explicação para a origem desse provérbio, mencionado por Figueiredo no exemplo 2, e o momento em que ele passou a ser utilizado:

[12] Ao citar os provérbios que aparecem nos consultórios gramaticais, transcreveremos também parte do parágrafo em que há provérbio, para dar o contexto, no qual os consultores os utilizaram. Assim, para destacar os provérbio na transcrição, vamos colocá-los em itálico.

> É certo que, segundo as tradições célticas, os camponeses da velha Gália usavam saltar fogueiras pelo S.João e atiravam para cima delas os gatos, ou fosse por ódio a estes animais tidos como feiticeiros, ou pelo prazer de vê-los queimar-se, esperniar e fugir. (...) Mas no século XIII já o ditado do gato corria em França(...).

Esse provérbio muito conhecido atualmente, conforme a citação de Batalha (1924:80), já era utilizado no século XVIII na França. Desse modo, no início do século XX, em Portugal, provavelmente, ele já era bem conhecido e possuía também a força presente na sabedoria popular, que ultrapassa séculos. Assim, transformou-se em um forte apelo do consultor para que seus parceiros da troca comunicativa entrassem em seu universo de pensamento.

Outro conselho popular, explícito através do provérbio utilizado pelo consultor é:

3. "Esse já não tem remédio. Deveria pronunciar-se re-ci-dir (...), e, *o que não tem remédio, remediado está*" (FIGUEIREDO, 1929a: 27);

O consultor utilizou esse provérbio, também conhecido até hoje, para justificar a forma que se pronunciava e se pronuncia o verbo residir. O uso do provérbio por Figueiredo assinala sua aceitação à pronúncia popular, pois o provérbio significa que devemos aceitar o que não podemos modificar. Ao sugerir a aceitação de uma pronúncia já consolidada pelos falantes de português através do provérbio, Figueiredo mostrou-se o próprio representante da sabedoria popular, pois deu conselho a seus interlocutores, baseando-se na sabedoria popular, presente no provérbio.

Esse provérbio aparece tanto em *Sabedoria Popular – Provérbios e Alguns Ditos*, livro de Fernanda Costa Franco, com primeira edição em 1995, em Portugal, quanto em Mota (1987), livro feito em 1935, mas com primeira publicação apenas em 1980, com a responsabilidade dos filhos do autor, anos após sua morte. Assim podemos dizer que tal provérbio, utilizado e já registrado no início do século XX, é bastante popular e registrado em coletâneas de provérbio até o final do século XX e início do século XXI. Passemos a outro provérbio mencionado por Figueiredo:

4. "(...) se querem falar em francês, digam *cotillon* e o mais; se querem falar português,

só podem dizer cotilhão. É feio? É porque não lhe querem bem. *Quem feio ama...*" (FIGUEIREDO, 1929a: 274);

Desse provérbio podemos dizer o mesmo que do anterior, pois este também aparece nos livros de Franco (1995) e de Mota (1987), assim, pode ser considerado um provérbio utilizado tanto no início do século XX quanto no final desse século e início do século XXI.

Figueiredo, nesse enunciado, "fingiu" interagir diretamente com seus leitores e consulentes ao fazer a pergunta retórica "É feio?", que supõe que esse fosse o argumento de seus interlocutores para não utilizar tal substantivo. Esse consultor, entretanto, respondeu sua própria questão e, assim, contra-argumentou "com seus interlocutores", ao dizer que esse aportuguesamento só é considerado feio, por muitos falantes, porque não o querem. Para concluir sua argumentação utilizou o provérbio "Quem feio ama...", porém não o escreveu inteiramente no enunciado.

Acreditamos que Figueiredo utilizou o provérbio incompleto como estratégia discursiva, que dá ao leitor a idéia de estar interagindo com o consultor, pois, desse modo, seus interlocutores, conhecedores desse provérbio, muito utilizado até nossos dias, podem completar mentalmente o provérbio e o raciocínio de Figueiredo, o que os leva justamente a terminar o raciocínio do consultor como se fosse deles próprios.

Assim, o consultor buscou a conivência necessária de seus parceiros na troca comunicativa para fazê-los entrarem em seu ato de comunicação e partilharem de sua intencionalidade, visto que os interlocutores de Figueiredo terminam seu raciocínio como se fosse deles.

Já o provérbio citado no quinto exemplo, transcrito nesta dissertação, deveria ser muito conhecido no início e meados do século XX, pois consta em Batalha (1924:108), Nascentes (1945:64), Ribeiro (1960:76)[13] e em Cascudo (1977:16)[14], que são obras importantes sobre provérbios e ditos populares. No entanto, apesar de aparecer entre os

[13] Utilizamos nesta dissertação a obra de João Ribeiro, *Frases Feitas – Estudo Conjetural de Locuções, Ditados e Provérbios*, em sua segunda edição, que unifica a obra de mesmo nome, editada em dois volumes, em 1908 e 1909.
[14] A primeira edição de *Locuções Tradicionais no Brasil* de Câmara Cascudo é de 1970.

provérbios, expressões e ditos populares de Prata [15](1998:40), com primeira edição em 1996, não é muito conhecido atualmente. Esse provérbio é:

5. "(...) quere saber donde vem tudo que se diz em bom português, olhe que *se mete em camisa de onze varas*." (FIGUEIREDO, 1911:177);

Como acreditamos ser esse provérbio pouco utilizado e conhecido atualmente, vamos defini-lo segundo as fontes citadas: "A camisa de onze varas simboliza para nós dificuldades e embaraços de tal ordem e grandeza que tanto podem envolver a situação e a vida de uma pessoa, como de uma família, de um povo ou mesmo de uma raça" (BATALHA, 1924:108/109); "Meter se em camisa de onze varas: encarregar-se de serviço cheio de dificuldades; ver se em apuros, em dificuldades" (NASCENTES, 1944:64); "(...) correr e afrontar um grande perigo e risco "(RIBEIRO, 1960:76) e "(...) estar em situação difícil, angustiosa, desesperada. Debater-se em problema possivelmente insolúvel" (CASCUDO, 1977:16).

Cotejando as definições acima, podemos perceber que há consenso quanto ao significado e uso desse provérbio, definido também por Prata (1998:40) como "ficar em situação difícil. Ficar desesperado". Assim, podemos dizer que Figueiredo, quando disse que seu consulente, ao querer saber a etimologia de "todas" as palavras do português formal, "mete-se em camisa de onze varas", argumentou, com o uso desse provérbio, que saber a etimologia de muitas palavras é "encarregar-se de serviços cheio de dificuldades e embaraços", ou mesmo "afrontar um grande perigo e risco" de não ser bem sucedido e "debater-se em problema possivelmente insolúvel".

Diferentemente da definição desse provérbio, há para sua origem várias versões possíveis. Segundo Nascentes (1944: 64), esse provérbio faz alusões à longa túnica dos torturados pela Inquisição. Esse autor, no entanto, além de dar essa informação, indicou aos leitores os livros de Ribeiro e Batalha, também utilizados nesse trabalho. Sobre o assunto, Ribeiro (1960:76/77) disse que:

[15] Prata (1998) não é um estudo acadêmico sobre provérbios e ditos populares. Seu autor, o cronista Mário Prata, faz uma "brincadeira" com o fato de muitos provérbios populares não possuírem uma única versão para sua origem. E, assim, inventa suas próprias versões para a origem da maioria dos provérbios de seu livro. O uso feito, neste trabalho, desse livro tem como único objetivo observar provérbios populares recolhidos e anexados em obras do final do século XX e ou início do século XXI.

> A expressão sempre me pareceu curiosa e creio que consegui decifrá-la. Houve, como é freqüente, a união de duas palavras árabes quase idênticas que significavam camisa, e vara ou poleiro alto de pendurar. Alcandur (...) era a camisa longa e talar, a camisa de dormir (...) Ao mesmo tempo alcándara (...) é a vara (...). Temos pois as duas idéias reunidas em alcandor e alcandora, uma, de camisa grande, de dormir, e outra de uma longa vara. É a camisa de vara longa ou de alcandara. (...) Tal podia ser a camisa dos enforcados, dos réus de morte, dos tribunais civis ou da Inquisição, dos quais posteriormente se quis derivar a locução (...).

Esse escritor, assim como Nascentes, deu a possibilidade dessa "camisa de onze varas" ser utilizada pelos condenados pela Inquisição. Batalha (1924:108), no entanto, afirmou que "Embora muito antiga, deve esta curiosa camisa ser posterior à fundação da Monarquia, mas com certeza anterior à entrada da Inquisição em Portugal". Ou seja, para esse pesquisador, esse provérbio não pode se referir à roupa usada pelos condenados da Inquisição, pois seu surgimento é anterior a esse fato.

Batalha (1924:114), também diferentemente de Ribeiro, entendeu vara como uma unidade de medida, não como um poleiro de se pendurar. Desse modo, afirmou que

> A vara nunca constituiu uma medida rigorosamente exacta (...) Tomada, porém, u ma média, tratar-se-ia no adágio, se o tomássemos ao pé da letra, de uma camisa de onze metros, umas poucas de vezes a estatura humana! Não se trata, porém, de uma hipérbole. Evidentemente aqui há um tropo que consiste em empregar o definido pelo indefinido, pretendendo-se com as onze varas que, tomadas literalmente, seria um contra-senso, apenas uma camisa desusadamente comprida.

João Ribeiro, que entendia como importante para a compreensão desse provérbio a coexistência de camisa longa e vara, aceitava, porém, a idéia, que também aparece em Batalha, de que o número onze, no adágio, representa um número indefinido. Isso consta nas notas de rodapé de Ribeiro (1960: 77).

Já Cascudo (1977:16) disse que muitas das explicações sobre esse provérbio complicam-no, invés de esclarecê-lo e "que jamais foi usada camisa com esse tamanho", pois "a vestia dos condenados à forca apenas cobria os pés dos suplicados". Esse pesquisador, no entanto, também dá sua versão à origem do provérbio:

> Desde o Rei Afonso Henrique, no séc. XIII, em Portugal, as penas de açoites eram aplicadas por cima da camisa, conforme a resistência física do sentenciado. (...) A sentença de onze golpes com varas sobre a camisa do condenado será a explicação da frase, ainda expressiva: entrar em camisa de onze varas. A pena seria rápida e pouco dolorosa, comparativamente, mas apregoada e pública na execução, tomava o caráter oprobrioso de humilhação notória e vergonhosa exibição. Daí o cuidado de evitá-la e o horror de sofrê-la. (CASCUDO, 1977:16/17)

O grande número de enunciados e pesquisas sobre esse provérbio se deve, provavelmente, a sua popularidade no início do século XX. Desse modo, podemos afirmar que Figueiredo, como utilizou os provérbios como estratégia de captação, escolheu provérbios bem conhecido de seus interlocutores para que esses se identificassem com os enunciados do consultor e os aceitassem como verdades.

Figueiredo, em uma de suas consultas gramaticais, também fez menção ao seguinte provérbio, transcrito no exemplo 6:

6. "José Fino, que pelo sobrenome não perca, mas que realmente *tem lume no ôlho*, quere saber" (FIGUEIREDO, 1911:176);

Esse exemplo, no entanto, diferentemente de "Meter se em camisa de onze varas", citado em diversas coletâneas de provérbios populares, não aparece em nenhuma das coletâneas consultadas. Conseguimos, porém, interpretá-lo, graças ao uso que Figueiredo fez dele.

O consultor utilizou esse provérbio ao se referir a uma característica de seu consulente. Segundo Ferreira (1995:402), lume significa "1. fogo. 2. luz, clarão fulgor, brilho. 3. vela, círio. 4. fig.perspicácia, penetração, esperteza. 5. fig. ilustração, saber, doutrina ". Literalmente, a frase significa ter um olhar brilhante, com perspicácia, esperteza e sabedoria e ou ter um olhar penetrante.

Acreditamos, no entanto, que Figueiredo, como consultor, enfocou, com o uso desse provérbio, características mentais de seu consulente, não físicas. Desse modo, provavelmente, o provérbio utiliza a metonímia "olhar esperto e com sabedoria" para afirmar que determinada pessoa é dotada de esperteza e sabedoria.

O provável elogio, de Figueiredo ao consulente, torna-se ainda mais claro por ser antecedido pela seguinte consideração do consultor sobre o nome de seu

interlocutor: “que pelo nome não perca”. Como essa afirmação, o consultor “brincou” como o sobrenome de José Fino, deixando implícito em seu enunciado que, apesar do sobrenome Fino, seu consulente é bastante esperto e perspicaz.

Outro exemplo de trecho de enunciado em que Figueiredo citou algum provérbio popular é:

7. “(...)não há razão séria para que se não escreva também Rui, Jaime, Aires, Reinaldo..., a não ser o direito de propriedade, que assiste aos possuidores daqueles nomes (...). Mas *cada um manda em sua casa, e o vilão em casa do seu sogro*.” (FIGUEIREDO, 1929a: 24);

Da mesma forma que o provérbio do sexto exemplo, esse adágio popular também não foi encontrado na bibliografia consultada. Seu uso e sua interpretação no enunciado de Figueiredo, no entanto, parecem-nos bastante claros.

Acreditamos que, no provérbio, a frase “cada um manda na sua casa” possa ser entendida como “cada um manda em suas próprias coisas”, sendo o significado de casa amplificado para qualquer bem próprio ou propriedade, como o caso do nome próprio. A segunda frase “o vilão na casa de seu sogro”, faz uma alusão à idéia popular de “casa da sogra”, na qual todo mundo manda, porém, o provérbio analisado, salienta que somente o homem mal (vilão) manda em propriedade que não é sua (a casa do sogro).

Com isso, novamente, o consultor procurou passar através de seu enunciado um ensinamento popular, buscando credibilidade ao seu discurso, pois é costume respeitar a sabedoria popular provinda dos mais remotos tempos. Também tentou, com esse provérbio, seduzir seu interlocutor, que ao identificar o provérbio como parte de sua cultura, muito provavelmente, pode identificar-se com o enunciado e partilhar as idéias do locutor[16].

Em outra obra de Figueiredo, anterior ao livro no qual encontramos o sétimo exemplo, esse consultor, ao falar também do uso dos nomes próprios, utilizou outro provérbio em seu enunciado. Nesse caso, no entanto, foi mencionado um provérbio

[16] Apesar de os termos “locutor” e “enunciador” serem utilizados por diferentes teóricos da Análise do Discurso, neste trabalho, serão utilizados como sinônimos.

bastante conhecido até hoje, que consta tanto na lista de provérbio de Franco (1995:106), quanto em Nascentes (1945:396):

8. "(...) a todos assiste o direito de baptizar os filhos como quiserem. E depois, o amigo bem vê, *tem telhados de vidro*:? aonde demônio foi você buscar o h para o seu Chrispim? " (FIGUEIREDO,1911:188)

Em Franco (1995:106), livro português de provérbios, editado no final do século XX, tal provérbio aparece da seguinte forma: "Quem tem telhado de vidro, não deve atirar pedras ao telhado do vizinho" e em Nascentes (1945:396), temos o significado de "Ter telhado de vidro" que é "Não ser isentos de faltas, defeitos".

Acreditamos que tanto Nascentes quanto Figueiredo em seus enunciados se remeteram ao provérbio completo citado posteriormente por Franco, pois esse adágio, muito provavelmente, já era extremamente popular na época em que as obras de Figueiredo e Nascentes foram escritas. Desse modo, não o completaram por saber que esse seria entendido por seus interlocutores.

Conforme já registramos, o uso de enunciados proverbiais a serem completados e ou interpretados pelo parceiro da troca comunicativa é uma forma eficaz de estratégia de captação, capaz de persuadir o interlocutor do discurso a entrar no universo de pensamento do locutor e dividir com ele seus valores e suas emoções, pois esse interlocutor em potencial reconhece os ensinamentos populares, propostos pelo locutor, como parte de seus bens culturais e, ao completar e interpretar parte do discurso a ele dirigido, passa a sentir-se também como locutor desse enunciado.

Supomos, então, que Figueiredo, no trecho transcrito no exemplo 8, expôs o provérbio popular "Quem tem telhado de vidro não deve atirar pedras ao telhado do vizinho" de forma a ser completado e interpretado por seus leitores justamente para, através da estratégia de captação consolidada por esse tipo de enunciado, seduzir e persuadir seus interlocutores a compartilharem de suas idéias lingüísticas.

No enunciado transcrito no exemplo 9, também percebemos o uso de um provérbio a ser completado e interpretado pelos leitores dos consultórios gramaticais. Neste caso, a necessidade de dar sentido ao discurso do consultor se deve ao fato de

Figueiredo, ter utilizado, em seu enunciado, um provérbio bastante popular em sua época e conhecido até hoje, porém, com algumas adaptações, feitas por ele, no provérbio original e em seu significado:

9. "Nos fins daquele século, a corrutela havia-se generalizado entre os e escritores, e tanto, que ainda hoje há homens esclarecidos, como o Sr. S.da R., que *embicam* com a fôrma exacta *preguntar*. *O hábito não faz o monge*, mas faz destas coisas: em a gente se habituando a andar sem bengala, ninguém a convence de que a bengala evita às vezes uma queda. A estrada da linguagem está cheia de cascas de laranja..." (FIGUEIREDO, 1929a: 9).

A modificação na interpretação e no uso do provérbio, feita pelo consultor, remete-se aos diferentes significados do substantivo "hábito". Segundo Ferreira (1995:335), hábito significa "1. Disposição duradoura adquirida pela repetição freqüente de um ato, uso, costume. 2. Maneira usual de ser. 3. Roupagem de Frade ou freira. 4. Condição ou estado de frade ou freira (...). 5. Vestuário, indumentária. 6. fig. Aparência exterior: 'O hábito não faz o monge' (prov.)...".

Além de esse dicionário dar diversos significados para a palavra hábito, seu autor considerou e registrou entre os verbetes o uso figurado dessa palavra, que é "Aparência exterior" e utilizou o provérbio citado por Figueiredo para exemplificar esse uso, logo, esse significado figurado deve ser considerado para se interpretar esse provérbio em sua versão original.

Esse provérbio é citado por Batalha (1924:75), Mota (1987:147) e Franco (1995:62). Esta autora, no entanto, apresentou, em sua lista de provérbios, duas adaptações do provérbio original "O hábito não faz o monge". Essas adaptações são: "O hábito faz o monge" e "O hábito não faz o monge, mas fá-lo parecer de longe".

Acreditamos que, por ser o livro dessa autora bastante moderno, ela recolheu adaptações do antigo provérbio para o mundo atual. A primeira adaptação faz alusão à crença presente em nosso cotidiano de que as pessoas devem ser avaliadas por sua aparência externa, já a segunda adaptação afirma que as pessoas não devem ser avaliadas por sua aparência, mas que, de longe (sem avaliação criteriosa), a aparência

nos engana, ou seja, faz as pessoas parecerem virtuosas.

Figueiredo, no entanto, em sua adaptação desse provérbio, utilizou o primeiro significado de hábito, presente entre os verbetes do *Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa Folha/Aurélio*, que é a repetição freqüente de um ato, a qual o transforma em um costume. O consultor apresentou o provérbio "O hábito não faz o monge", porém, o complementou com a seguinte frase "mas faz destas coisas", sem explicitar o significado de "essas coisas" (pessoas acharem que palavras "corretas" são "incorretas", graças ao hábito do uso "incorreto"). Esse significado, todavia, pode ser deduzido por seus interlocutores, que são falantes da língua portuguesa e, assim, conhecem os diversos sentidos da palavra "hábito" e conseguem fazer as analogias necessárias para interpretar o enunciado de Figueiredo.

Além da adaptação do provérbio, podemos destacar ainda, como expressões a serem interpretadas pelos interlocutores dos consultórios gramaticais as metáforas utilizadas por Figueiredo em "em a gente se habituando a andar sem bengala, ninguém a convence de que a bengala evita às vezes uma queda. A estrada da linguagem está cheia de cascas de laranja".

Os outros dois consultores analisados, Barreto e Almeida também utilizavam provérbios em seus enunciados, porém, isso ocorria em menor quantidade que em Figueiredo: Exemplos disso são:

1. "As perguntas que me fez este senhor *não valem dois caracóis*; mas não quero deixar de responder a elas(...)" (BARRETO, 1944:243); 2. " E já que *estamos com a mão na massa*, vejamos o phenomeno que, a par do digramma 'lh', ocorre com 'nh'.". (ALMEIDA, 1939:41)

Os provérbios presentes nos dois exemplos, apesar de serem bastante conhecido até hoje, não aparecem em nenhum dos dois livros do final do século XX, aqui consultados, que são *Mas será o Benedito?- Dicionário de provérbios, expressões e ditos populares*, de Mário Prata e *Sabedoria Popular – Provérbios e Alguns Ditos*, de Fernanda Costa Franco. Definições desses provérbios são encontradas, no entanto, em *Tesouro da Fraseologia Brasileira*, de Antenor Nascentes.

No enunciado de Barreto, transcrito no primeiro exemplo, o consultor criticou seu consulente, através da crítica às suas perguntas. Desse modo, o uso do provérbio, nesse caso, não foi somente uma forma de o consultor persuadir seus interlocutores a partilharem suas opiniões, mas também foi uma estratégia discursiva de atenuação à crítica feita ao consulente.

Já o uso, feito por Almeida, do adágio "estar com a mão na massa" , assim como os demais provérbios analisados nesta dissertação, provavelmente, teve como objetivo principal persuadir e seduzir os leitores dos consultórios gramaticais a entrar no universo de pensamento do consultor e, dessa forma, acolher suas posições lingüísticas como se fossem deles.

Além de ser uma importante forma de estratégia de captação, o uso dos provérbios também pode ser considerado como estratégia de credibilidade, pois, segundo Maingueneau (2004:169/170), há em enunciados proverbiais traços de polifonia, porquanto o enunciador faz com que seja ouvida, por seu intermédio, uma outra voz, que é a da sabedoria popular. Assim, esse enunciador tenta estender a credibilidade dada à sabedoria popular a seus textos.

Conforme já mencionamos, a linguagem dos consultórios gramaticais era formal, pois seus locutores, consultor e consulente, utilizavam em seus enunciados o uso normativo da língua portuguesa, visto por esses usuários da língua como o único uso lingüístico correto, porém, além do uso dos provérbios populares, também eram utilizadas nos consultórios gramaticais, como estratégias discursivas de captação, algumas palavras de cunho popular, pois essa "pseu-popularização" desses enunciados pode fazer com que os interlocutores desse discurso identifiquem-no como parte de seu discurso espontâneo, não cuidado.

Acreditamos, no entanto, que o uso de palavras de cunho popular, feito por consultores gramaticais, também tinha como objetivos a atenuação do tom agressivo e contundente de seus enunciados e a popularização de suas obras. Exemplos de palavras de cunho popular são:

1. "É que um cidadão, em jejum, sente às vezes no *bucho* uns movimentos..."

(FIGUEIREDO: 1929a: 116, grifo nosso[17]); 2. "... tem a *pachorra* de preguntar isto..." (FIGUEIREDO: 1929a: 151); 3. "Quem escreve (...) *macaqueia* o francês" (FIGUEIREDO: 1929a: 186); 4. "estudantinho de liceu" (BARRETO, 1944:106); 5. "ando de *camaradagem*"(BARRETO, 1944:129); 6."*catou* no meu livro" (BARRETO, 1944:138); 7. "(...)para fazer crítica de *baboseira*" (BARRETO, 1944:139).

Figueiredo, ainda para amenizar e atenuar muitas de suas criticas ao consulente e ao discurso desse, utilizou, em diversos de seus enunciados metalingüísticos, traços de ironia. Essa figura de linguagem, segundo Maingueneau (2004:175), também deve ser classificada como discurso polifônico, pois o enunciador desse tipo de texto "expressa com suas palavras a voz de uma personagem ridícula" e no instante em que dá a palavra a ela, subverte sua própria enunciação, pois se distancia do enunciado e demonstra de alguma forma que esse é absurdo. Há alguns exemplos disso em *Falar e Escrever*:

1. "As Gramáticas deviam-lhe ter dito isso, mas os autores das mesmas, geralmente, têm mais que fazer do que ensinar português" (FIGUEIREDO, 1929a: 87); 2. "Mas *Judas Iscariote* é que não tem dúvidas. Feliz criatura" (FIGUEIREDO, 1929a 93); 3. "*Um da velha guarda* concorda (muito obrigado) em que se pode dizer um guarda (...) mas acha que *um máscara* é asneira chapada (muito obrigado)..." (FIGUEIREDO, 1929a: 144/145); 4. "*Micrófono* (...) dá-me a triste nova de que não está de acôrdo comigo..." (FIGUEIREDO, 1929a: 202/203).

Com a ironia, o enunciador subverte sua própria enunciação e demonstra o absurdo do enunciado proferido e, com isso, ao desqualificá-lo, valoriza o enunciado contrário a esse. Desse modo, pensamos ser essa figura de linguagem outra importante forma de estratégia discursiva de captação e de credibilidade, pois com seu uso, o enfoque ao que o enunciador realmente deseja dizer passa a ser mais forte e seu argumento mais contundente. Assim, com o uso da ironia, Figueiredo, nos enunciados

[17] Nesses exemplos de palavras de cunho popular nos consultórios gramaticais, transcrevemos parte das frases em que há essas palavras e para destacá-las, colocamo-las em itálico.

exemplificados, tentou persuadir seus interlocutores a aceitar suas críticas às gramáticas e aos seus consulentes como justas e assim partilhar os valores e as emoções, presentes nos enunciados.

Desse modo, no primeiro exemplo, Figueiredo é irônico ao afirmar que gramáticos "têm mais que fazer que ensinar português", pois a função desses profissionais deveria ser justamente o ensino dessa língua. Com essa ironia, o consultor afirmou o oposto do que pensava e com isso salientou que os gramáticos em geral não estavam atingindo seus objetivos e que, por esse motivo, muitos usuários da língua portuguesa continuavam com dúvidas referentes a pontos gramaticais pertencentes à norma prescritiva de nossa língua.

Já no segundo exemplo, o consultor ridicularizou a enunciação de seu consulente, ao mencionar que esse era feliz por não possuir dúvidas gramaticais. Assim, nesse enunciado, foi enfatizada, por Figueiredo, a ingenuidade do consulente que, por pensar ser a língua portuguesa um conjunto de regras exatas e claras, acreditava não ter dúvida em relação a determinado aspecto gramatical.

Nos dois últimos exemplos de ironia mencionados nesta dissertação, Figueiredo usou essa estratégia discursiva para defender-se das críticas feitas a ele, por seus consulentes. No exemplo 3, o consultor agradeceu ironicamente seu interlocutor tanto por esse concordar com ele em determinado aspecto gramatical, quanto por esse ter lhe criticado. Ao "fingir" dar grande importância para a opinião do consulente, esse gramático demonstrou, ao contrário, não se importar com o que o interlocutor pensava de suas teorias gramaticais.

O mesmo ocorreu no quarto exemplo, em que a afirmação a ser ridicularizada pelo enunciador é "dá-me a triste nova", com a qual novamente Figueiredo demonstrou preocupar-se com a afirmação de seu consulente, justamente para salientar sua não preocupação com o desacordo do consulente.

Ainda com o objetivo de seduzir e persuadir seus interlocutores, Figueiredo, também em *Falar e Escrever*, fez "piada" tanto com o nome ou apelido dos consulentes, quanto com os temas das perguntas. Exemplos dessas "brincadeiras" com os pseudônimos dos consulentes são:

1. “Êstes são os factos, que nem *Judas* pode negar. Negue embora a Cristo, e trate-me com seu tradicional azedume...” (FIGUEIREDO, 1929a:94); 2.“Um ingênuo, que tem a modéstia de assinar Homero, não sabe porque é que escrevem *cedo* com c e s*eda* com s.(...) *Não* sei se *Homero* descreveu isto na *Ilíada...*” (FIGUEIREDO, 1929a:106) e 3.“*Um analphabeto* (dos que sabem lêr) faz-me uma pregunta...” (FIGUEIREDO, 1929a:227).

Para “trabalhar” com os pseudônimos dos seus consulentes que se remetem a importantes figuras da história ocidental, Figueiredo utilizou o conhecimento popular sobre essas personagens para criticar e ironizar seus parceiros diretos na troca comunicativa. Assim, buscou apoio de seus leitores a suas idéias, tentando seduzi-los com um jogo de palavras baseado em fatos conhecidos por eles[18], que identificariam esse saber como parte de seu conhecimento de mundo e passariam a aceitar os enunciados do consultor como representante de suas próprias idéias.

No exemplo 3, por outro lado, Figueiredo utilizou a idéia contraditória de analfabetismo/leitura, para, com esse jogo de palavras, fazer uma crítica positiva ao consulente (uso de “saber ler” como um valor positivo) e convencer seus leitores a aceitarem suas considerações como verdadeira e justas.

Como exemplos de “brincadeiras” com os temas das perguntas dos consulentes temos ainda:

1. Tema: lavanderia ou lavaderia – Resposta do consultor: “Para mim, nem uma coisa nem outra coisa: se o *lavadoiro* me não servir, recorro à *lavadaria.* Sempre deixará mais limpo quem deseje escrever asseadamente” (FIGUEIREDO, 1929a: 69);
2. Tema: uso de por si mesmo ou por si mesmas - Frase do consultor: “E Vossa Excelência por si *mesma* julgará do caso, que eu, com clássicos, não a enfado mais” (FIGUEIREDO, 1929a: 188);
3. Tema: origem diferente de cerveja (português), bière (francês), beer (inglês), birra

[18] Os leitores em potencial dos consultórios gramaticais produzidos por Figueiredo, no início do século XX, falantes de português, conheciam, em tese, as figuras históricas citadas nos consultórios, pelos consulentes e pelo consultor, logo, iriam entender as “brincadeiras” feitas por Figueiredo.

(italiano) e bier (alemão) – Frase do consultor: "*Birras*, já nós cá tínhamos à farta (...) Quere o *Nippon* [consulente] tomar uma cerveja? De *birras* não tómo nada." (FIGUEIREDO, 1929a: 200).

No primeiro exemplo, o tema da pergunta é o uso das palavras "lavanderia" e "lavaderia". O consultor utilizou o significado desses substantivos derivados de lavar e relacionou limpeza ao uso correto da norma culta. Essa relação torna-se ainda mais contundente com a escolha lexical do advérbio "asseadamente".

Esse advérbio não consta nos dois dicionários modernos consultados (Houaiss - eletrônico e Aurélio), entretanto, aparece no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Figueiredo, e é definido como "de modo asseado, com asseio" (FIGUEIREDO, 1939: 270). Para asseado e asseio, esse mesmo dicionário dá as seguintes definições: asseado: "Que tem asseio. Que traja com asseio. Limpo (...) garboso." e asseio "Limpeza, perfeição: escrever com asseio. Esmêro no vestir (...)" (FIGUEIREDO, 1939: 270).

Ao levar em conta os significados descritos acima, podemos interpretar que Figueiredo utilizou dois diferentes significados do advérbio *asseadamente*, pois esse tanto pode se referir à higiene (limpeza) quanto à perfeição. Desse modo, o consultor sugeriu, no exemplo, que quem não escreve de forma perfeita, adequada à norma culta, suja seu idioma.

Já no segundo exemplo, o consultor utilizou a expressão "por si mesma", fonte da dúvida da consulente para dar a ela o direito de julgar a melhor forma de usar a expressão, porém a usou da forma que acredita ser correta e assim, indicou o "caminho" à consulente.

No terceiro exemplo, o consulente questionou a origem diferente da palavra cerveja e de suas traduções em outros países (Francês, Inglês, Alemão e Italiano). O consultor, então, explicou a origem desses termos e, ao defender o uso da palavra cerveja no português, utilizou a palavra "birra", em seu significado português (teima) e italiano (cerveja), provocando, assim, um efeito de sentido de gracejo (enunciado com tons engraçados).

Observamos, ao procurar fazer um resumo das diferentes estratégias discursivas utilizadas nos consultórios gramaticais, que diferentes formas de trabalhar com a

linguagem foram utilizadas pelos consultores gramaticais, principalmente como estratégia de captação. As atividades discursivas realizadas para persuadir o interlocutor a vivenciar certas emoções e aderir às idéias lingüísticas dos consultores foram: o uso dos provérbios populares, da ironia, de termos de cunho popular e das brincadeiras e jogos de palavra com os pseudônimos dos consulentes e com o tema das consultas.

A seguir analisaremos as estratégias discursivas presentes nos enunciados dos consultórios gramaticais da internet e vamos compará-las com as estratégias detectadas nos consultórios do início do século XX, com o intuito de perceber quais estratégias discursivas ainda são utilizadas atualmente e se há novas estratégias discursivas nos consultórios veiculados pela internet.

2.2.4.2. Consultórios Gramaticais na Internet

Os consultores gramaticais da internet possuem, reconhecidamente, o direito ao discurso metalingüístico e legitimidade para dizerem o que dizem por serem professores de português e por se colocarem como consultores gramaticais em seus sites na internet. Mesmo assim, como fizeram também consultores do início do século XX, esses professores de português, que dão suas opiniões lingüísticas em seus consultórios gramaticais, utilizam ainda, com freqüência, o tom autoritário, incisivo e contundente de suas respostas gramaticais como estratégia para se legitimarem como sujeitos falantes, conhecedores da língua portuguesa brasileira.

Exemplos disso aparecem no discurso dos três consultores. Vejamos isso em um trecho da seção “Pergunte ao Doutor” do site *Sua Língua* de Cláudio Moreno:

1. “É um bom exemplo para nos lembrar, Tagore, que nunca - mas nunca, mesmo - vamos descobrir "erros" dentro do que a tradição lingüística, inclusive os bons escritores, vem usando há vários séculos.” (Doa a quem doer, Pergunte ao Doutor in *Sua Língua*).

Nesse caso, o consulente, Tagore, questionou a regência verbal da expressão

"Doa a quem doer" e o consultor, após explicar que a regência "doa a" faz parte da tradição lingüística e que a regência "doa em" é um uso moderno, salientou, com a frase acima, que não devemos questionar a tradição lingüística, aceita e utilizada por bons escritores. Desse modo, Moreno, autoritariamente, "proibiu" seus consulentes de questionar usos consagrados de nossa língua. O tom incisivo do consultor é destacado pela ênfase no advérbio "nunca".

Em "Tira-Dúvidas" do site *Por trás das Letras* de Hélio Consolaro também foram encontradas frases que demonstram o tom autoritário e incisivo do consultor. Exemplos disso são:

1. "Quando nos referimos ao ato de frigir ovos, sem os mexer, o verbo a ser empregado é estrelar. Deixá-los em forma de estrela. Diga-se, portanto, 'ovos estrelados' (...)" (Estrelado/estalados, Tira-Dúvidas, *Por trás das Letras*); 2. "Muitas pessoas consideram que "veado" é o animal silvestre e "viado" é o homossexual. Na verdade, há uma forma só para ambos os sentidos: veado. Não existem 'viado' e nem 'viadagem'"(Veado ou Viado, Tira-Dúvidas, *Por trás das Letras*).

No primeiro exemplo, o consultor, ao responder a pergunta do consulente sobre a expressão ovos estalados ou estrelados, afirmou, de forma contundente, que o emprego "correto" é estrelado, sem levar em conta o numeroso uso, em nossa culinária, da expressão ovos estalados. Exemplos, na internet, dessa expressão, considerada "errada" por Consolaro são: 1. "Uma pitada de farinha de trigo também é o segredo de ovos estalados perfeitos e desagregados da frigideira."[19] e 2. "Ovos Estalados (2 ovos), R$ 5,00. Ovos com Bacon, R$ 6,50. Omelete de Presunto"[20]). O adjetivo estalado, referindo-se a ovo frito é registrado, inclusive, no Dicionário Eletrônico Houaiss: "estalado: 3. frito com a clara e a gema juntas e inteiriças (diz-se de ovo); estrelado".

Além da resposta categórica a favor da expressão consagrada pela tradição, em detrimento da expressão moderna que "conquista seu espaço", Consolaro utilizou o imperativo de forma direta, sem atenuações "diga-se" para ordenar que o consulente

[19] Exemplo extraído do site www.lagioconda.com.br/gastronomie.asp. em 2008.
[20] Exemplo extraído do site www.towerhotel.com.br/restaurante.html. em 2008.

seguisse sua recomendação e, assim, ao se legitimar como sujeito falante, demonstrou-se autoritário e prescritivo.

No segundo exemplo, Consolaro, apesar de constatar que se faz, no português brasileiro, uma diferenciação entre as palavras “veado” e “viado”, insistiu na não existência desse segundo termo. O consultor poderia considerar essa palavra como pertencente ao uso popular da língua e até mesmo salientar seu não aparecimento em dicionários modernos como o *Aurélio* e o *Houaiss*, porém afirmar sua inexistência é preconceito lingüístico, pois, com essa atitude, o consultor demonstrou considerar apenas os vocábulos utilizados no português formal, registrados em dicionários, como parte do léxico da língua portuguesa. A forma dogmática com que Consolaro afirmou a não existência do fenômeno lingüístico em questão evidência seu autoritarismo.

Esse consultor, no entanto, registrou, em sua seção, a opinião de uma lexicógrafa contrária a ele:

“**LEXICÓGRAFA DISCORDA** (...)
Como atualmente sou pesquisador na área de lexicografia, convém mencionar que discordo plenamente da colocação, contida no site sobre "veado ou viado". Em princípio, vamos aos fatos.
A palavra VEADO[1] (com "e") refere-se ao animal mamífero da família dos cervídeos que incluem: veados, cervos, alces e renas.
Já a palavra VIADO (com "i") refere-se ao homossexual masculino, empregado por nós brasileiros de forma pejorativa. Explico. A palavra viado resulta de uma truncação do adjetivo transviado, o que é até freqüente na linguagem popular.” (Veado ou Viado, Tira-Dúvidas, *Por trás das Letras*).

Diferente dos demais consultores, que nesses casos respondem à crítica feita à sua teoria, com a reafirmação de sua opinião (casos mais freqüentes) ou com a aceitação da opinião alheia, Consolaro simplesmente registrou a crítica, sem contestá-la ou aceitá-la. Dessa forma, pareceu ignorar as opiniões de seus interlocutores, registrando-as apenas para mostrar-se “democrático”. Essa preocupação do consultor

em construir um *ethos*[21] democrático também pode ser considerada uma estratégia de legitimação, pois, com isso, o consultor procurou apresentar-se como um sujeito falante confiável, que apesar de autoridade no assunto, não deixa de ouvir as opiniões de outros especialistas.

Catarino também se mostrou autoritário e incisivo nos dois exemplos a seguir:

1. "O feminino de elefante é elefanta" (*Gramática On Line*, Dúvidas, Feminino de Elefante?); 2. "Por exemplo, a abreviação do substantivo apartamento: retirando-se as vogais com as letras posteriores, formam-se duas abreviações: apart. e ap., e não apto como é mais comum no Brasil"(*Gramática On Line*, Dúvidas, Abreviaturas e siglas).

No primeiro caso, o consultor, assim como fazia Figueiredo, no início do século passado, procurou legitimar-se como sujeito falante através da forma contundente e breve com que respondeu à questão proposta pelo consulente, sem considerar, então, o léxico popular elefoa, também aceito na linguagem informal brasileira como feminino de elefante. A não consideração de vocábulos populares como pertencente ao conjunto de palavras da língua portuguesa, contudo, explicita o preconceito lingüístico do consultor com vocábulos populares, não dicionarizados.

No segundo exemplo, Catarino foi contundente e dogmático, ao enumerar as duas formas possíveis de abreviar o termo "apartamento" e ao negar a possibilidade do uso da abreviação "apto". Desse modo, o consultor novamente, ao buscar legitimidade como sujeito falante, através de seu dogmatismo, não considerou um uso consagrado no Brasil como fenômeno lingüístico de nossa língua. E, assim, por sugerir que o uso de uma forma de abreviação popular fosse incorreto ou inexistente, evidenciou seu preconceito com as formas populares da língua portuguesa.

Salientamos, então, que o discurso categórico, que, em muitos casos, evidencia marcas de intolerância e preconceito lingüísticos, conforme já mencionamos, é utilizado

[21] O termo "ethos" utilizado pela Análise do Discurso foi emprestado pela retórica antiga e significa o caráter que o orador deve mostrar ao auditório através de seu discurso. Na retórica antiga, no entanto, o "ethos" aparece apenas na eloqüência jurídica e para a Análise do Discurso essa representação do enunciador do discurso se aplica a todos os tipos de textos orais e escritos, pois segundo Maingueneau (2004:95), toda fala procede de um enunciador encarnado, pois cada gênero discursivo exige um "ethos" diferente.

pelos consultores gramaticais como estratégia discursiva para a legitimação desses enunciadores como sujeitos falantes, pois, ao fazer afirmações metalingüísticas de forma incisiva e expor suas idéias gramaticais como se elas fossem verdades absolutas, esses consultores buscam persuadir seus interlocutores a respeitá-los como autoridades nos assuntos por eles tratados.

Os consultores gramaticais da internet também se preocupam em dar maior credibilidade para seus enunciados, ou seja, procuram fazer com que seus interlocutores confiem no que afirmam, enquanto "profissionais" da linguagem. Segundo Charaudeau & Maingueneau (2006:93), o uso dessa estratégia discursiva "(...) faz com que todo sujeito falante que visa ser confiável procure colocar em cena seu discurso de tal maneira que ele possa receber esse selo de credibilidade". Com essa finalidade, esses consultores gramaticais colocam-se ora em posição de engajamento, ora em posição de distanciamento, assim como fizeram também os consultores do início do século XX.

Ao optar pela postura de engajamento, o sujeito falante toma posição na escolha de seus argumentos e produz um discurso de convicção. Com isso tenta persuadir seus interlocutores a aceitarem suas opiniões como verdadeiras. . Exemplos de engajamento dos consultores são:

1. "Antes que algum boi-corneta, iludido com o tratamento ponderado que estou tentando dar a este assunto, venha me acusar de demagogo, quero deixar bem claro que todas as frases acima são uma tortura para meu ouvido e que eu JAMAIS escreveria assim. (*Sua Língua*, Pergunte ao Doutor, A nível); 2. "Considero uma briga fútil, pois a presença de desinência de número em siglas, às vezes, é indispensável ao bom entendimento, e também não vai deformar a nossa língua, há outras deformações que precisam ser evitadas, como os estrangeirismos." (*Por trás das Letras*, Tira-Dúvidas, Abreviatura - Plural); 3. "No Brasil há o costume de retribuir o agradecimento com um Obrigado você, que é inadequado. Se se quiser responder dessa maneira, deve-se usar Obrigado eu, ou, se for mulher, Obrigada eu, Obrigados nós, ou Obrigadas nós, ou ainda Obrigado a você ou Obrigada a você. Se não quiser usar expressão alguma das apresentadas, pode responder com a frase Eu que agradeço, que é a minha preferida" (*Gramática On Line*, Dúvidas, Obrigada).

No primeiro exemplo, Moreno, preocupado com a opinião dos leitores sobre ele, mostrou seu posicionamento, referente à expressão "A nível". Desse modo, deu diretamente sua opinião gramatical sobre esse uso não aceito pela gramática normativa. A convicção com que demonstrou seu desagrado com a utilização de "a nível" foi ressaltada pelo uso da expressão "quero deixar bem claro" e pelo uso da letra maiúsculas no advérbio "jamais" como estratégia de ênfase para afirmar que "jamais" usaria a expressão. Com isso, o consultor, além de esclarecer seu posicionamento, para seus interlocutores, também buscou, através de sua contundência, persuadi-los da veracidade de seus argumentos.

Também com grande convicção, Moreno afirmou que a expressão "a nível" é uma "tortura para seus ouvidos". Assim mostrou seu preconceito com essa frase, dita por milhares de brasileiros, que "torturam" todos os dias os ouvidos de seres mais "cultos" como o professor Moreno.

Com essa afirmação, o consultor deixou claro que apenas tentou dar um tratamento ponderado para o assunto (uso da expressão "a nível de"), mas não o fez, pois, preocupado com as críticas que poderia receber, demonstrou sua opinião e preconceito sobre essa variação gramatical.

No segundo exemplo, Consolaro, também buscando credibilidade através da defesa clara e convicta de seu ponto de vista, tanto deu sua opinião sobre a pluralização nas abreviações quanto sobre o uso dos estrangeirismos na língua portuguesa. Esse consultor, apesar de moderado quanto ao uso do plural nas abreviações, criticado por outros gramáticos, mostrou-se extremamente intolerante com os estrangeirismos, pois afirmou que esses deformam nossa língua.

Já Catarino, no terceiro exemplo, após "corrigir" o agradecimento inadequado, muito usado pelos brasileiros, sem considerar o uso e a interpretação dessa frase, utilizada popularmente, apresentou diversas formas de agradecimentos consideradas "corretas", porém, apontou a expressão "Eu que agradeço" como sua frase preferida. Assim, de certo modo, ao salientar sua preferência por esta forma de agradecimento, indiretamente a recomendou a seus consulentes e mostrou justamente sua convicção e contundência ao tratar desse assunto.

Ao dar suas opiniões sobre usos lingüísticos não padrões com grande convicção e segurança, esses consultores gramaticais buscaram persuadir seus interlocutores a confiarem em seus discursos e, assim, partilharem com eles suas convicções. Em outros momentos, no entanto, esses consultores, também para dar credibilidade ao que dizem, preferiram distanciar-se do assunto, questionado pelos consulentes, pela citação de outros estudiosos, ou seja, gramáticos, autores de dicionários, entre outros. Essa posição de "distanciamento" é típica de especialistas (experts), que, em tese, afastam-se dos fatos para fazerem uma analise sem paixão, de forma científica (racional). Exemplos desse distanciamento nos consultórios gramaticais da internet são:

1. "... sempre que uma pergunta me leva a entrar em tribos que não a minha - e esta, no caso, envolve o uso específico dos profissionais da área do Direito -, trato de me socorrer da opinião de quem mora na aldeia. Vou-te responder, portanto, usando as palavras de um sólido especialista em linguagem jurídica, **Adalberto Kaspary**, retiradas de seu '**Habeas Verba** - Português para Juristas'" (*Sua Língua*, Pergunte ao Doutor, Isto posto ou posto isto?); 2. "Mas há polêmica quando se determina a maioria. (...) Há gramáticos que admitem a concordância com o determinante do coletivo (...). Dizem os contrários a essa concordância que o sujeito nunca pode começar por preposição (dos alunos/ de torcedores...)."(*Por trás das Letras*, Tira-Dúvidas, Maioria foi/maioria foram); 3. "A regra oficial, segundo o Formulário Ortográfico da Língua Portuguesa, é a seguinte (...) As regras relativas ao uso do hífen, segundo o Formulário Ortográfico da Língua Portuguesa, você encontra clicando **aqui**. Nelas não consta a utilização de hífen diante de elemento de composição **mini**" (*Gramática On Line*, Dúvidas, Mini-saia ou minissaia).

No primeiro exemplo, Moreno citou Adalberto Kaspary, especialista em linguagem jurídica e justificou seu distanciamento da questão por não ser especialista nesse tipo de linguagem. Esse consultor, porém, em outras consultas, assim como fez Catarino no último exemplo, também citou lexicógrafos e gramáticos, que compartilhavam de seu ponto de vista teórico, para responder às dúvidas dos consulentes.

Nesses casos, os consultores utilizaram as citações para "fingir" distanciamento do tema e responderem às dúvidas dos consulentes com o respaldo teórico de outros gramáticos, porém, endossaram as teorias desses gramáticos, ao citá-los. Assim, podemos dizer que o consultor "falou pela boca" de outro especialista em língua portuguesa e que, ao escolher citar determinado gramático e não outro, o consultor se aproximou da questão e demonstrou seu ponto de vista sobre o assunto[22].

Da mesma forma, Catarino, ao citar o Formulário Ortográfico da Língua Portuguesa, tanto aceitou as regras ortográficas dessa instituição como "corretas" e inquestionáveis, como sugeriu que devemos segui-las, por essas serem as regras oficiais da língua portuguesa.

Já Consolaro, ao falar da concordância verbal entre o termo "maioria" (com determinante) e o "verbo", distanciou-se da questão ao dizer que "há gramáticos que aceitam a concordância com o determinante", mas "os contrários a essa concordância" dizem que o sujeito nunca pode começar por preposição.

O Consultor apontou essas duas posições sem se declarar explicitamente adepto a uma ou outra teoria, porém, por mencionar por último a não aceitação da concordância, pareceu aceitar essa teoria, que rebate a aceitação da concordância com o determinante, alegando que o verbo deve concordar com o sujeito e que não há sujeito com preposição.

Acreditamos que, de certa forma, Consolaro apresentou a posição dos contrários à aceitação da concordância com o determinante como um contra argumento para a primeira teoria mencionada (aceitação da concordância). Do mesmo modo que em frases como "O político faz, mas rouba" o locutor da sentença, por mencionar o argumento negativo do político na segunda frase (contra argumento), mostra-se contrário a esse político.

Também como ocorria nos consultórios do início do século XX, observamos que os consultores gramaticais da internet utilizam tanto a polêmica (questionamento de valores do parceiro comunicativo) quanto a dramatização (analogias, comparações, metáfora, ironias etc.) para seduzir e ou persuadir o interlocutor (estratégia de

[22]Ao falar das estratégias discursivas de credibilidade nos consultórios gramaticais do início do século XX, já havíamos mencionado a parcialidade do distanciamento, feito pelos consultores, ao citar outros gramáticos.

captação). Exemplos de polêmica nos consultórios da internet são:

1. “Minha cara Rita: presumo que não tenhas formação acadêmica em Letras, ou não escreverias ‘entendo que a preposição deveria... ’. A ninguém - nem a ti, nem a mim, nem ao Papa - é dado o direito de entender "como deveria" se comportar a língua.” (*Sua Língua*, Pergunte ao Doutor, Preposição nos sobrenomes); 2. “Quando se discute a propriedade dessa expressão, alguns especialistas ‘da superfície’ limitam-se a afirmar que não se usa **a nível**, mas sim **ao nível** ou **no nível**.” (*Sua Língua*, Pergunte ao Doutor, A nível de); 3. “Concordo com a afirmação de que é rigorosa a troca de **cadê** por **que é de**. Ela será aceita como oficial, com certeza, algum dia, mas esse dia ainda não chegou.” (*Gramática On Line*, Dúvidas, Condicional); 4. “O pequeno compartimento do banheiro, separado do todo por paredes, vidro ou plástico, para banhos de chuveiro ou de ducha, é denominado de **boxe**, e não box. O plural, então, é **boxes**” (*Gramática On Line*, Dúvidas, Plural da palavra box).

No primeiro exemplo, Moreno questionou a legitimidade do discurso da consulente, ao afirmar que ela não tem formação acadêmica em letras, ou seja, não está apta para dissertar sobre o uso lingüístico e pode apenas pedir auxilio, não dar sua própria opinião sobre a língua. Após tirar a legitimidade da interlocutora, o consultor discordou de uma frase dela, com a autoridade de um especialista no assunto.

O mesmo ocorreu nos exemplos 3 e 4. Esses trechos, extraídos do site de Dílson Catarino, também demonstram o consultor corrigindo seus consulentes. No primeiro caso, Catarino disse concordar com a afirmação do consulente de que a troca de “cadê” por “que é de” é muito rigorosa, porém, para corrigir e conter as aspirações inovadoras do consulente, que “bradara” pela aceitação do termo “cadê”, afirmou que esse será aceito oficialmente, mas que isso ainda não ocorreu.

No quarto exemplo, tem-se a correção, feita pelo consultor, do termo “box” (forma utilizada pela consulente) por “boxe”. Sabe-se, no entanto, que apesar da existência do aportuguesamento “boxe”, é comum o uso de “box”, no português brasileiro. Catarino, porém, utilizou sua autoridade de gramático e professor de português para questionar a forma utilizada pela consulente e impor a forma

aportuguesada, consagrada por ele e por outros gramáticos e dicionaristas, mas recusada pelo usuário comum.

Já no segundo exemplo, Moreno, ao invés de questionar o discurso do consulente, criticou o ponto de vista teórico de outros gramáticos, que aceitam o uso da expressão "ao nível de", sem refletir sobre seu significado. Ao denominar de "especialistas de superfície" os gramáticos que criticou, o consultor questionou a legitimidade do discurso desses.

Também como estratégia de captação e atenuação do tom autoritário dos consultores, percebemos, nos consultórios gramaticais analisados, diversos tipos de dramatização, entre eles o uso de: provérbios populares, termos populares, jogo de palavras, ironia, metáforas e comparações.

Ao cotejar os consultórios gramaticais da internet, analisados nesta dissertação, observamos que a dramatização é mais comum no site de Moreno que no dos outros dois consultores. Assim, entre os diversos exemplos de provérbios populares, no site desse consultor, temos:

1. "É como "**louco**" ou "**maluco**", vocábulos que um falante comum utiliza, sem malícia, para designar quem sofre das faculdades mentais, mas que deixam toda a comunidade de psiquiatras e psicólogos com *os cabelos (e as barbas) em pé*." (*Sua Língua*, Pergunte ao Doutor, Aidético, grifo nosso[23]).

Nesse exemplo, Moreno, ao comparar o uso comum de determinadas palavras à utilização técnica dessas, feita por especialistas da área em questão, citou o provérbio "Deixar de cabelo em pé", que é extremamente conhecido no Brasil atual. Na bibliografia sobre o assunto, pesquisada nessa dissertação, porém, esse provérbio é pouco mencionado. Aparece apenas uma variação dele "Pôr os cabelos em pé", em Nascentes (1945:57), no entanto, com significado diferente. Para esse autor, "Pôr os cabelos em pé" significa passar grande medo a alguém, já "Deixar de cabelo em pé" tem como significado deixar alguém espantado. Em Moreno, acreditamos que a inclusão das barbas, também em pé, sugere um espanto ainda maior que apenas

[23] Destacamos os provérbios populares, nos exemplos, deixando-os em itálico.

“cabelos em pé”.

Conforme já salientamos, pensamos ser o uso desse provérbio popular, bem conhecido dos interlocutores de Moreno, uma forma de estratégia de captação por dramatização, pois com o uso de expressões populares conhecidas por seus leitores, esse consultor tem como objetivo que seus parceiros na troca comunicativa identifiquem se com esse adágio popular, que faz parte de seu conhecimento de mundo e passe a dar credibilidade ao enunciado de Moreno e compartilhar de suas idéias metalingüísticas.

Outros exemplos de trechos de enunciados em que esse consultor citou provérbios populares são:

2. “Por isso, essa polêmica sobre estar "certo ou errado" escrever "benvindo" antes daquela data é *procurar cabelo em casca de ovo*. (*Sua Língua*, Pergunte ao Doutor, Bem-vindo); 3. “(...) palavras estrangeiras que entram aqui vão *dançar conforme a nossa música*.” (*Sua Língua*, Pergunte ao Doutor, Hambúrgueres); 4 “Quem decide se um verbo é normal, com a conjugação completa, ou defectivo? É aqui, Antônio, com o perdão da expressão grosseira, que *a porca torce o rabo*: o critério é a sensibilidade do gramático que elabora a lista” (*Sua Língua*, Pergunte ao Doutor, Eu compito).

Os adágios dos exemplos 2, 3 e 4 também não constam na bibliografia consultada sobre o assunto, todavia, são bastante utilizados e conhecidos atualmente. Desse modo, cumprem o que pensamos ser os principais objetivos do consultor: 1. fazer os leitores dos consultórios gramaticais se identificarem com o ato de comunicação, nos quais esses adágios são citados e, assim, partilharem a intencionalidade, as emoções e os valores que esse ato é portador. 2. Dar a credibilidade da sabedoria popular aos enunciados do consultor.

No quarto exemplo, o consultor, antes de mencionar o provérbio popular, utilizou a expressão “com perdão da expressão grosseira” para demarcar o uso do discurso alheio em seu discurso (interdiscurso). Assim, segundo Maingueneau (2004:159), o enunciador, por delimitar o discurso do outro em seu enunciado com uma

modalização autonímica[24], mostra seu próprio discurso, ou seja, salienta que a expressão grosseira é de uso popular, não é de sua autoria e que o usa com ressalva, pois reconhece seu tom grosseiro e popular.

Conforme já mencionamos, para Maingueneau (2004:169/170), qualquer enunciação proverbial é interdiscursiva, pois a utilização de provérbios nos enunciados é uma das maneiras de incluir no discurso a voz do outro (nesse caso, a da sabedoria popular).

Desse modo, todos esses enunciados, nos quais o consultor utilizou provérbios como forma de argumentação, para seguir a nomenclatura de Authier-Revuz (1990:26), possuem heterogeneidade mostrada[25], pois a voz do outro (sabedoria popular) aparece claramente no discurso e deve ser identificada pelos interlocutores do enunciado, porém essa voz alheia não é explicitada no texto, assim a heterogeneidade dessas enunciações proverbiais classifica-se como não marcada.

Já no enunciado, transcrito no quarto exemplo, em que há a modalização autonímica "com o perdão da expressão grosseira" a heterogeneidade proverbial passa a ser marcada por essa modalização. O mesmo acontece no trecho a seguir:

5. "como sabes muito bem, nós professores não desanimamos com pouca coisa; voltamos, e voltamos, e voltamos, até que apareça o caminho que leva à mente dos alunos (dito de maneira mais chã: acreditamos, no fundo, que *água mole em pedra dura tanto bate até que fura*)". (Pergunte ao Doutor in Sua Língua, Fluido e fluído: como explicar?).

Nesse caso, uma consulente (professora de Odontologia) perguntou a Moreno como explicar a seus alunos a diferença entre as palavras "fluido" e "fluído" para que isso fique bem claro e eles não "errem" mais, pois disse que vinha tentando combater

[24] Modalização autonímica é um comentário feito pelo enunciador sobre seu próprio discurso. Esse comentário indica "uma não-coincidência do enunciador com o que ele diz" (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006:261)

[25] Authier-Revuz contrasta heterogeneidade mostrada, "que corresponde à presença localizável de um discurso outro no fio do discurso" (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006:261) à heterogeneidade constitutiva, que aparece em todo discurso, independente de qualquer traço visível. Segundo essa teórica, não há discurso original, todo enunciado é permeado pelos discursos do outro.

esse problema de pronúncia dos alunos, mas que não tinha conseguido bons resultados.

Diante disso, o consultor comentou a postura professoral de não desistir de passar seus ensinamentos aos alunos, com um *nós* inclusivo[26], com o qual inclui a consulente, também professora, nessa "luta incansável" dos mestres ao passar o conhecimento.

Para enfatizar a não desistência dos professores, empenhados em "dissipar as nevoas da ignorância" (expressão utilizada por Moreno na mesma consulta), o consultor utilizou a repetição do verbo "voltar" e da conjunção aditiva "e": "voltamos e voltamos e voltamos". Em seguida, entre parênteses, citou um provérbio popular bastante conhecido, marcado pela modalização autonímica "dito de maneira mais chã".

Essa modalização salientou, como no exemplo anterior, que a expressão anunciada não era de autoria do enunciador, mas sim a voz da sabedoria popular em seu discurso. Com o substantivo adjetivado "chã" (plana, baixa), Moreno demonstrou conhecer o tom popular que o provérbio deu ao seu enunciado.

Essa postura do consultor (uso da modalização autonímica antes do provérbio popular) demonstra sua preocupação com a receptividade de seus enunciados por parte de seus interlocutores. Podemos considerar, então, a modalização autonímica como estratégia de legitimação e de credibilidade do consultor, pois, ao salientar que determinada expressão popular não é de sua autoria, Moreno buscou ressaltar que conhece o vocabulário adequado a ser utilizado nos consultórios gramaticais, assim legitima-se como sujeito falante, capaz de dizer o verdadeiro.

O provérbio citado "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura", além de ser muito conhecido atualmente, também aparece na lista de adágios das obras consultadas mais recentes, que são Prata (1998) e Franco (1995). Entre os provérbios encontrados nos consultórios gramaticais de Moreno, estão ainda os três exemplos seguintes, que também são bastante usuais atualmente e aparecem na bibliografia sobre o assunto consultada nesta dissertação:

6. Em Português, ao contrário do que muita gente gostaria, não é *pão, pão; queijo,*

[26] Benveniste (1976: 255/256) observa que, em inúmeras línguas, o pronome pessoal de primeira pessoa do plural "nós" pode se referir a um plural inclusivo, que inclui a pessoa com quem se fala (eu + vós) ou exclusivo, que exclui o interlocutor (eu + eles).

queijo. Abraço. Prof. Moreno (Pergunte ao Doutor in Sua Língua, Ditongo ou hiato); 7. Alguém ainda poderia questionar se "**normatizar**" é vocábulo bem formado. Eu diria, a esta altura, que já é tarde: *Inês é morta*! Embora não seja aceita por algumas instituições respeitáveis, como a ABNT, a palavra já anda por aí, viva, saudável, fazendo parte dos dois mais modernos dicionários de nosso idioma (Pergunte ao Doutor in Sua Língua, Normatizar); 8. Minha cara Maria Estela: em linguagem, mais do que em outra área, é sempre bom lembrar que *nem tudo que reluz é ouro, nem tudo que balança cai*. (Pergunte ao Doutor in Sua Língua, Pênis e Península).

Os três provérbios citados por Moreno, nesses exemplos, são bastante conhecidos e utilizados atualmente. "Pão, pão, queijo, queijo" aparece em Nascentes (1945: 284) e, segundo esse autor, significa fazer algo "Com toda a exatidão, com franqueza, sem rodeios...". O consultor, com o uso desse provérbio procurou seduzir seus interlocutores através da sabedoria popular representada pelos adágios e, assim, fazer com que suas afirmações gramaticais fossem aceitas.

Acreditamos que com o uso de "Inês é morta", no exemplo 7, Moreno procurou atingir os mesmos objetivos que nos demais enunciados em que cita provérbios populares, seduzir e persuadir seus interlocutores. Esse adágio, que aparece em Mota (1987: 108), é bastante usual atualmente e é originário da conhecida história popular portuguesa de Inês de Castro, que foi coroada pelo príncipe herdeiro do trono português, seu amante, após sua morte. Desse modo, essa expressão popular faz parte de nossa cultura luso-americana e de nosso conhecimento de mundo, sendo, então, conhecida e entendida pelos parceiros comunicativos desse consultor.

No oitavo exemplo, são mencionados dois provérbios com o mesmo significado, ou ainda, podemos analisá-los como um único provérbio em duas variações. Em Batalha (1924:57) e Franco (1995:81) aparece uma variação portuguesa do "Nem tudo que reluz é ouro." que é "Nem tudo o que é luz é oiro." Há no *Adagiário Brasileiro* (1987:139) de Mota essa mesma variação proverbial, porém com o vocábulo ouro, mais comum no português brasileiro. Aparecem também, nessa obra, a continuação do provérbio citado por Moreno "Nem tudo que balança, cai", no entanto, como uma expressão independente, e uma terceira variação disso, que se inicia com o já citado

“Nem tudo que luz é ouro”, e completa-se com “nem tudo que ronca é besouro”.

Pensamos que, com a citação de mais de uma variação do mesmo provérbio, Moreno procurou salientar o conhecimento que possui sobre linguagem e cultura popular para, assim, aproximar-se de seus interlocutores e fazer com que esses se identifiquem ainda mais com ele e com seus enunciados.

Como Moreno, através do uso dos provérbios, procura levar seus interlocutores a se identificar com seus enunciados e passar a aceitá-los como verdadeiros, é importante que esses sejam conhecidos por seus leitores. Desse modo, a maioria dos adágios citados por esse consultor é bastante conhecida e utilizada atualmente. Todos esses oito exemplos de provérbios citados nesse trabalho e utilizados nos consultórios gramaticais de Moreno, por exemplo, são relativamente populares atualmente nas diversas regiões do Brasil. Encontramos, todavia, na seção “Lições de Gramática”, do *Sua Língua*, entre outros provérbios, a expressão, também utilizada por Figueiredo, “Meter-se em camisa de onze varas”, que, conforme já mencionamos, apesar de ser encontrada em diversas obras sobre o assunto, é pouco conhecida e utilizada atualmente na maior parte do Brasil.

Moreno, por ter um estilo discursivo muito parecido com o de Figueiredo (polêmico e irônico), muito provavelmente, conhece o trabalho desse consultor do início do século XX. Desse modo, pensamos que esse consultor moderno possa ter se inspirado em Figueiredo ao utilizar, em sua consulta, o provérbio “meter se em camisa de onze varas”, pouco conhecido atualmente, mas muito utilizado por Figueiredo. Assim tentamos explicar a escolha de Moreno por citar, em seus enunciados, um provérbio pouco ou nada conhecido de seus leitores. O trecho em que Moreno fez uso desse provérbio é:

“Meu caro Anônimo: foste te meter em camisa de onze varas! Sinto dizer que desta vez tu marchaste, e feio! Desde quando "tinta **a óleo**" tem crase, Anônimo? Nunca! Nem em "lavagem **a seco**"!” (Lições de Gramática in Sua Língua, A crase da sogra).

Nesse trecho do texto, o consultor, com o provérbio, afirmou que o consulente estava em situação difícil, por defender perante sua sogra o uso de crase nas expressões

mencionadas acima, as quais não levam acento marcador de crase. O estilo autoritário e provocador, com o qual Moreno repreende o consulente, também se assemelha ao de seu antecessor como consultor gramatical, Candido de Figueiredo.

Outra semelhança de Cláudio Moreno com Candido de Figueiredo é o uso intenso dos provérbios populares em seus consultórios gramaticais. Isso não significa, no entanto, que o uso de enunciados proverbiais seja restrito a esses consultores. Já demonstramos, ao analisar os consultórios gramaticais do início do século passado, que, apesar da menor freqüência, outros consultores gramaticais também utilizaram essas expressões.

Ao observar os sites de consultas pela internet analisados, percebemos que não há menção a provérbios populares em Catarino, mas que em Consolaro há o enunciado a seguir, no qual o consultor faz uso de um provérbio popular:

"Seria melhor parar de brigar com os colegas, pois o plural em siglas e abreviaturas está tão incorporado que é perda de tempo *nadar contra a maré*. Seu professor está certo, mas a língua pertence a seus usuários, portanto, ficar contra as mudanças é uma luta inglória." (Abreviatura-plural, Tira-dúvidas, *Por trás das letras*).

Não encontramos exatamente esse provérbio na literatura analisada, porém consta em Nascentes (1945:108/238) duas variações desse provérbio com praticamente o mesmo sentido. Elas são: "Nadar contra a corrente", que significa "Opor-se à vontade geral" e "Remar contra a maré" que é "Trabalhar em vão, contra forças opostas, a fim de conseguir uma coisa, vencer.". Essa segunda variação também aparece em Franco (1995:126) e em Mota (1987:205), no qual há uma continuidade no provérbio, que aparece da seguinte forma: "Remar contra a maré é perder tempo". Diante disso, percebemos ser o provérbio utilizado pelo consultor uma junção dos dois provérbios existentes na bibliografia sobre o assunto. Essa junção, contudo, pode perfeitamente ser identificada pelos interlocutores de Consolaro como um provérbio e entendida em seu contexto. Desse modo, cumpre seus objetivos como estratégia discursiva de captação e de credibilidade.

Conforme já mencionamos, acreditamos que o uso dos provérbios, nos

enunciados dos consultores gramaticais da internet, tem fundamentalmente três objetivos: 1. a busca de credibilidade do que é dito por esses enunciadores, que se apóiam na sabedoria popular para aconselhar e fazer considerações metalingüísticas a seus interlocutores; 2. a criação de enunciados atraentes a seus leitores, que com isso se identificam com seu discurso e com as idéias presentes nele; 3. a minimização do tom autoritário e incisivo desses anunciados.

Da mesma forma que seus antecessores, os consultores da internet utilizam ainda termos populares, ironias e outra figuras de linguagem, possivelmente, também com o objetivo de atrair seus leitores e minimizar o tom autoritário e persuasivo dos consultórios gramaticais.

Alguns exemplos do uso de vocábulos populares nesses consultórios são:

1. "Segue a tua intuição inicial, que te fez achar esquisita a expressão, e manda-a às *urtigas*." (Via de regra, *Pergunte ao Doutor*, Sua Língua – grifo em itálico nosso); "2. (...)os exemplos são *besteirol* puro, mas dão uma boa idéia do que eu quero dizer(...)" (Seu(s) próprios(s) umbigo (s), *Pergunte ao Doutor*, Sua Língua – grifo em itálico nosso); 3. "Fui *catar* esta em Gilberto Freyre, que não deixa dúvida: "Mme Durocher - um **virago**, uma mulher-homem(...)" (Virago, varoa, *Pergunte ao Doutor*, Sua Língua – grifo em itálico nosso); 4. "Os dicionários brasileiros, porém, *bagunçaram* de vez (...)" (Plural de mol, Dúvidas, *Gramática On Line* – grifo em itálico nosso); 5. "Se é 'casar com', o *povão* já começou, por analogia, a dizer e escrever 'namorar com', quando a regência correta é 'namorar o (a)'." (Mandar um abraço, Tira-dúvidas, *Por trás das letras* – grifo em itálico nosso).

Ao observar os exemplos acima, percebemos que, assim como ocorre com os provérbios populares, o uso mais intensificado das palavras de cunho popular aparece em Moreno. Da mesma forma que fez Figueiredo, esse consultor também utilizou, em suas consultas, diversos enunciados irônicos. Entre eles, estão os seguintes:

1. "Agora, o que não engulo é aquela teoriazinha, defendida por algumas 'sumidades', de que é preferível **Corão** porque "**o Al**corão", com a presença dos dois artigos (o

nosso e o árabe) seria uma forma de pleonasmo. ”(Alcorão ou Corão?, Pergunte ao Doutor, *Sua Língua*); 2. “Se trocarmos o "**a**" por "**ao**", essa pérola de frase vai ficar mais palatável? Deus me livre!”(A nível de, Pergunte ao Doutor, *Sua Língua*); 3. “O que deve ter atrapalhado a pessoa que escreveu essa preciosidade de cartaz é a semelhança fonética com os vocábulos terminados em **"al"**, que fazem o plural em "**ais**": **jornal**, **jornaIS**; **quintal**, **quintaIS**.” (Degrais?, Pergunte ao Doutor, *Sua Língua*); 4. “os verbos defectivos sempre o são apenas temporariamente, isto é, até as formas consideradas ‘inexistentes’ passarem a ser usadas pelas novas gerações de falantes, que teimam em continuar nascendo.” (Explodo?, Pergunte ao Doutor, *Sua Língua*)

Conforme já mencionamos, a enunciação irônica pode ser analisada como um tipo de heterogeneidade mostrada, pois, nesses enunciados, o enunciador expressa com suas próprias palavras a voz do outro, a qual ridiculariza. Essa subversão da sua própria enunciação é assinalada pela entonação (em enunciados orais) ou pelo contexto, em enunciados escritos.

No primeiro exemplo, pelo contexto (crítica a determinados teóricos) podemos perceber que o termo “sumidade” foi usado de forma irônica, pois esse termo é definido pelo Ferreira (1995: 616), entre outros significados, como “pessoa que se sobressai às outras por seu talento ou saber” e sabemos que o consultor não acredita que os teóricos criticados sobressaiam-se pelo talento ou saber, ao contrário, inclui esse termo no enunciado para contestá-lo e ridicularizá-lo.

Apesar de a ironia nesse enunciado ser claramente percebida pelo contexto, o consultor deixou-a mais explícita com o uso das aspas no vocábulo “sumidade”. Isso não ocorreu nos outros três exemplos, nos quais a ironia não vem explicitada.

No segundo exemplo, a ironia aparece na expressão “essa pérola de frase”, pois na consulta, Moreno criticou o uso do “a nível de” e, como no primeiro exemplo, fez uma crítica a algo, não um elogio. Dessa forma, chamar frases consideradas problemáticas de “pérolas” é uma ironia, ou seja, o enunciador novamente subverte seu próprio enunciado, ridicularizando-o.

Nesse caso, a ironia presente no enunciado é reforçada pela última frase do

parágrafo, que é "Deus me livre!", pois se devemos nos livrar da frase, ela não pode ser uma pérola. Utilizar o termo "pérola" com sentido irônico é muito comum. O mesmo ocorre no terceiro exemplo, no qual é utilizada a expressão "essa preciosidade de cartaz".

Já no último exemplo, também pelo contexto, fica evidente que o verbo "teimar" utilizado em "teimam em continuar nascendo" não representa o ponto de vista do enunciador, mas sim dos gramáticos que gostariam que a língua não se modificasse e, assim, preferiam que novos falantes não nascessem. Nesse caso, o enunciador (Moreno) ridicularizou o ponto de vista de quem não aceita as mudanças lingüísticas. Isso faz parte do discurso dos consultores gramáticas da internet, que "flutua" entre as teorias lingüísticas e o ponto de vista dos gramáticos tradicionais[27].

Acreditamos que, em todos esses exemplos, o uso da ironia, assim como em Figueiredo, tem como finalidade destacar através da ridicularização do enunciado exposto, o verdadeiro ponto de vista de Moreno que, ao demonstrar seu enunciado como absurdo, sugeriu a veracidade de um possível enunciado oposto ao mencionado. Dessa forma, esse consultor procurou salientar seu ponto de vista e persuadir seus interlocutores a aceitá-lo.

Outra figura de linguagem que aparece com certa freqüência nos enunciados dos consultórios gramaticais como estratégia de captação é a metáfora. Exemplos disso são:

1. "Existe, mas, como tudo o que se refere a abreviaturas, o terreno é minado."(Abreviatura de desembargador, Pergunte ao Doutor, Sua Língua); 2. "E as pessoas sempre gostam de uma referência bibliográfica quando se afirma que uma palavra é escrita de determinada forma. Buscar aleatoriamente pelo Google na internet não é confiável, porque o meio é um muro, onde todos picham e escrevem."(Cabotiã, Cabotiá ou Kabotchã, Tira-dúvidas, *Por trás das letras*).

Tanto o exemplo de Moreno, uso da metáfora "isso (abreviatura) é terreno minado" para salientar que dissertar sobre esse assunto complexo é tão perigoso como andar em terreno minado, quanto o de Consolaro, que comparou implicitamente a

[27] Esse assunto será tratado no próximo capítulo.

internet a um muro em que todos escrevem e picham, podem ser entendidos como estratégia de captação, pois com o uso dessas metáforas, os consultores Moreno e Consolaro procuraram levar os leitores dos consultórios gramaticais a fazer analogias e comparações entre fatos lingüísticos e fatos de outro universo discursivo. Desse modo, esses consultores enfatizaram suas argumentações e tentaram seduzir seus interlocutores a partilharem das idéias presentes em seus enunciados.

Percebemos, no entanto, que o uso da metáfora nos consultórios gramaticais de Moreno é bem menor que o da ironia. Essa figura de linguagem, todavia, aparece apenas no *Sua Língua*, já a metáfora foi encontrada tanto em Moreno, quanto em Consolaro como estratégia de captação.

Outra estratégia discursiva utilizada como atenuadora do tom autoritário dos consultórios e como forma de sedução e persuasão dramática dos interlocutores é a "brincadeira" com palavras e com o consulente, que aparece em enunciados de Consolaro e Catarino. Alguns exemplos disso são:

1. "brincadeira" com o consulente – 1. "Ufa! Consegui ler seu e-mail inteirinho!! Acho que você realmente não gosta de carnaval! Pensar tudo isso em plena terça gorda!!" (Várias perguntas da internauta Alice Amaral, Dúvidas, *Gramática On Line*).
2. "brincadeira" com palavras – 1. "Coisa e cousa é a mesma cousa" (Diferença entre coisa e cousa, Dúvidas, *Gramática On Line*); 2. Ninguém se senta na mesa para comer, seria anti-higiênico e indelicado, portanto as pessoas sentam-se à mesa. Normalmente, senta-se no banquinho, numa cadeira, mas na mesa não. Da mesma forma que não nos sentamos no piano para tocar, mas nos sentamos ao piano. (Sentar-se à mesa, Tira-dúvidas, *Por trás das Letras*).

No primeiro exemplo, o consultor, após ler um extenso e-mail de uma consulente, "finge" ter sido muito difícil fazê-lo e com a interjeição "ufa" expressa seu alívio por ter terminado a leitura. Depois "brinca" novamente com a consulente ao supor que ela não goste de carnaval por pensar em problemas gramaticais durante essa época.

Ao trabalhar com as palavras, em busca de um efeito de sentido lúdico, Catarino utilizou os termos "coisa" e "cousa" para responder ao consulente que esses dois vocábulos têm o mesmo significado. Já Consolaro, no segundo exemplo de "brincadeira" com as palavras, "brincou" com a expressão considerada errada "Sentar-se na mesa" e, ao interpretá-la ao pé da letra, salientou que sentar-se na mesa seria anti-higiênico e indelicado.

Esperamos que tenha ficado claro que, com o uso das estratégias discursivas, os consultores gramaticais do início do século XX e da atualidade, tiveram como objetivo principal coagir seus interlocutores a aceitarem seus enunciados como verdadeiros. Como o discurso dos consultórios gramaticais, principalmente, dos consultores traz opiniões e argumentos, que devem ser abonados por seus interlocutores e há grande preocupação daqueles enunciadores com a credibilidade dada a seus enunciados, por seus leitores, são utilizadas, nesses textos, diversas formas de estratégia discursiva.

Nos consultórios gramaticais do início do século e nos atuais, veiculados na internet, foram encontradas as mesmas estratégias discursivas de: 1. legitimidade, feita através da forma autoritária com que os consultores dirigiram-se a seus interlocutores; 2. credibilidade, buscada pela postura de engajamento e distanciamento dos enunciados; 3. captação, feita através do questionamento do discurso de consulentes e outros gramáticos sobre temas metalingüísticos (polêmica) e do uso de metáforas, provérbios populares, ironia, vocábulos populares e "brincadeiras" com o consulente, como o jogo de palavras (dramatização).

Relembramos ainda que o uso de muitas dessas estratégias, provavelmente, tinham também a finalidade de amenizar o tom autoritário e doutrinário dos consultórios gramaticais.

No próximo capítulo, cotejaremos ainda nosso *corpus* de consultórios gramaticais do início do século XX ao de consultas atuais veiculadas pela internet, com o objetivo de analisar o discurso metalingüístico presente nesse gênero discursivo.

Capítulo 3. O Discurso Metalingüístico nos Consultórios Gramaticais

Procuramos, neste capítulo, analisar três características dos consultórios gramaticais, que nos auxiliaram na análise comparativa dos consultórios, do início do século XX e dos modernos, veiculados na internet, ambos pertencentes ao *corpus* desta dissertação. Essas características são: 1. o par enunciativo pergunta/resposta; 2. o tema das consultas; 3. o discurso metalingüístico preconceituoso e intolerante, presente nesse gênero discursivo.

Na primeira parte desse capítulo analisaremos as perguntas e respostas que compõem os consultórios gramaticais do *corpus* e os temas desses enunciados. Já na segunda parte, trataremos do discurso metalingüístico dos consultórios gramaticais, com enfoque no preconceito e na intolerância lingüística dos interlocutores desses enunciados.

3.1. O enunciado dos Consultórios Gramaticais

Há, nos enunciados de um mesmo gênero discursivo, características próprias de cada escritor, as quais denominamos de estilo do autor e características pertencentes ao gênero discursivo, denominadas estilo do gênero. Desse modo, tentamos, através do exame da composição das perguntas e das respostas dos consultórios gramaticais e de seus temas, analisar alguns aspectos dos consultórios gramaticais pertencentes a cada autor e a diferentes autores e épocas, ou seja, com nossa analise, tentamos detectar características pertencentes ao estilo individual da cada consultor e ao estilo do gênero consultórios gramatical.

3.1.1. As Perguntas e as Respostas em Diferentes Modalidades de Consultórios Gramaticais

Conforme mencionamos no capítulo anterior, a principal característica do

consultório gramatical, o que o define como gênero discursivo e o diferencia de outros gêneros, que se assemelham a ele, é ser composto por perguntas e respostas de metalinguagem do português. Analisaremos, então, como os consultores dos consultórios gramaticais, observados nesta dissertação, expõem as perguntas de seus consulentes e como as respondem.

Analisaremos primeiramente as perguntas e respostas dos consultórios gramaticais do início do século XX e depois passaremos a analisar esse mesmo par conversacional nos consultórios atuais, presentes na internet.

3.1.1.1. O Par Conversacional Pergunta/Resposta nos Consultórios Gramaticais da Mídia Impressa (Século XX)

A expressão "par conversacional ou adjacente", utilizada na Análise da Conversação, diz respeito a uma seqüência coordenada de dois turnos, coocorrentes, dificilmente separável, que serve para a organização local da conversação. Segundo Marcuschi (2003: 37), o par pergunta/resposta é uma dessas seqüências conversacionais das mais comuns da conversação.

Entre as diversas formas de realização desse par conversacional, destacamos o uso da interrogação direta e indireta, pois é por meio dessas duas formas que as dúvidas dos consulentes são veiculadas nos consultórios gramaticais.

Apesar das perguntas e respostas fazerem parte de um mesmo par adjacente, didaticamente, separamos esse par e analisamos primeiro as perguntas dos consultórios gramaticais do início do século XX, e em seguida falamos sobre as respostas dadas, pelos consultores, às dúvidas dos consulentes.

3.1.1.1.1. Perguntas

Tanto nas consultas gramaticais de Figueiredo, quanto nas de Almeida e

Barreto, as dúvidas dos consulentes se dividem em: perguntas em discurso direto, ou seja, transcritas conforme os consulentes as fizeram, ou melhor, apresentadas como tal[28] e em perguntas em discurso indireto, nas quais o consultor relata a pergunta feita a ele, com auxilio da reformulação.

Ao observar as consultas compiladas nos livros desses autores, percebemos que as perguntas em discurso direto às vezes eram transcritas totalmente, outras vezes parcialmente, sendo mencionadas apenas partes da carta do consulente consideradas importantes para o consultor.

Apesar da falsa premissa de que o discurso direto é fiel ao enunciado que visa relatar, conforme foi explicado na nota 28, esse tipo de discurso, além de não ser capaz de restituir o enunciado relatado, em muitos casos, como nos dos consultórios gramaticais, são reproduzidos textualmente apenas partes selecionadas do discurso do outro.

Como o objetivo principal desse tipo de texto é ensinar o português "correto" aos leitores dos consultórios, dava-se, normalmente, maior ênfase para a resposta do consultor do que para a pergunta do consulente. Assim, essas respostas sempre eram publicadas na íntegra e as perguntas dos consulentes, como serviam simplesmente de "mote" para os ensinamentos sobre a língua portuguesa, nem sempre eram publicadas totalmente.

Em *Lições práticas da Língua Portuguesa*, por exemplo, Figueiredo disse não poder reproduzir totalmente muitas das cartas recebidas por ele, em razão da extensão dessas: "A par de várias cartas que, pela sua extensão, não posso reproduzir na íntegra, mas a que me referirei por extracto, há a seguinte... "(FIGUEIREDO, 1911: 64). Outro trecho desse livro que mostra a preocupação de Figueiredo com a extensão das perguntas e respostas de seu consultório é "Na impossibilidade de transcrever e discutir minuciosamente toda a correspondência que as minhas caturrices têm sugerido, separo hoje algumas das cartas, cuja resposta póde ser sucinta, e cujas consultas posso reduzir a poucas palavras."(FIGUEIREDO, 1911: 64)

[28] Authier-Revuz (2001:134) rebate a idéia tradicional de que o discurso direto é uma reconstituição completa e fiel de outro ato de enunciação, pois salienta que esse discurso "mesmo quando cita textualmente, o que não é necessariamente o caso (...), não pode ser considerado como 'objetivo', na medida em que reproduzir a materialidade exata de um enunciado não significa restituir o ato de enunciação.".

Percebemos, desse modo, que muitas das cartas dos consulentes, que foram transcritas na íntegra, eram de pequena extensão, às quais Figueiredo chamava de bilhete postal. Alguns exemplos disso são:

“enviou-me um bilhete postal, do teor e ortografia seguintes" (1911:49) e "De um professor qualquer recebi um bilhete postal, com os seguintes dizêres:" (1911:77).

Outro motivo alegado pelo consultor para o corte de fragmentos das cartas dos consulentes era a relevância e importância de alguns escritos. Figueiredo alegava, provavelmente, para demonstrar modéstia, retirar de suas transcrições partes de cartas em que os consulentes teciam-lhe muitos elogios. Exemplos desse discurso do consultor são:

"Separei hoje da minha correspondência uma carta de Antonio Caturreira, não para a reproduzir integralmente, pois que toda ela, quase, é um *autem genuit* de parabens e aplausos, por umas virtudes que êle descobriu nas minhas caturrices..." (FIGUEIREDO, 1911:105) e "*D. Palmira das Neves*, em carta muito amável, de que não publicarei os períodos consagrados ao meu suposto merecimento..." (FIGUEIREDO, 1911:118).

Em muitas outras consultas, Figueiredo, talvez, por pretender apresentar apenas o essencial das cartas dos consulentes, transcreveu apenas as perguntas das correspondências. Um exemplo disso é:

“Três preguntas de um Irmão na Caturrice: 1.ª pode se dizer-se immensas vezes, immensos vocabulos, em vez de – innumeras vezes, innumeros vocábulos?”. (FIGUEIREDO, 1911: 112)

As perguntas em discurso indireto, apesar de numerosas em *Lições Práticas da Língua portuguesa*, aparecem nesse livro em menor quantidade que as perguntas em discurso direto, provavelmente, porque a forma direta de apresentar as perguntas dê às consultas maior verossimilhança. Por outro lado, as perguntas indiretas possuem menor

extensão, pois com elas o consultor resume as perguntas dos consulentes e não ocupa muito espaço no livro.

Segundo Authier-Revuz (2001), o discurso indireto e o discurso direto são duas formas de heterogeneidade mostrada, pois enunciados desse tipo expõem claramente o discurso do outro. Conforme já mencionamos no capítulo anterior, a autora contrasta dois tipos de heterogeneidade enunciativa: constitutiva e mostrada. [29]

A heterogeneidade mostrada, no entanto, pode ou não ser marcada. O discurso direto e indireto são exemplos de forma heterogênea marcada. O primeiro, todavia, tem ainda estrutura heterogênea, pois: 1. é composto pela estrutura padrão em seu sintagma introdutor e pela autonímia na parte citada[30], em que utilizamos os signos para nos remeter a eles próprios; 2. possui ruptura sintática, ou seja, uma estrutura sintática inteiramente particular, pois a citação tem a função de objeto direto do verbo dicendi, indiferentemente de sua função gramatical; 3. diferentemente de toda frase considerada normal, no discurso direto, é possível a intercalação de modalidades de enunciação (afirmativa, interrogatica e imperativa) e também é heterogêneo em seu quadro de indicações dêiticas, pois nesse discurso é possível que vários dêiticos pessoais, temporais e de lugar tenham em uma única frase valores diferentes.

O discurso indireto, ao contrário, é homogêneo, pois utiliza somente o modo semiótico padrão ao reformular a mensagem do outro, de forma que seu enunciado obedeça às combinações gramaticais "normais" e apresenta apenas uma modalidade de enunciação e um único quadro de indicação para os dêiticos.

Toda a estrutura diferenciada do discurso direto, que "cita" o outro e não reformula o discurso alheio como no discurso indireto, dá a esse discurso o efeito de sentido de objetividade e verossimilhança da representação de um diálogo. Apesar da transcrição das perguntas em discurso direto nos consultórios gramaticais serem, inevitavelmente, parciais e subjetivas, dá-se "uma ficção de apagamento, uma ostentação de objetividade no 'eu cito' (com valor de que eu não intervenho)"

---

[29] Consultar nota de rodapé número 25.

[30] O signo autônimo, em oposição ao padrão, possui estrutura complexa, em que "o significado ao qual está associado o significante(...) é o próprio signo (a palavra), com seu significado e significante" (Authier-Revuz,2001:137). Outra propriedade da autonímia é a falta de sinônimos, pois, como essas palavras possuem seus significantes em seus significados, não podem estar relacionadas a outro signo, com o mesmo significado.

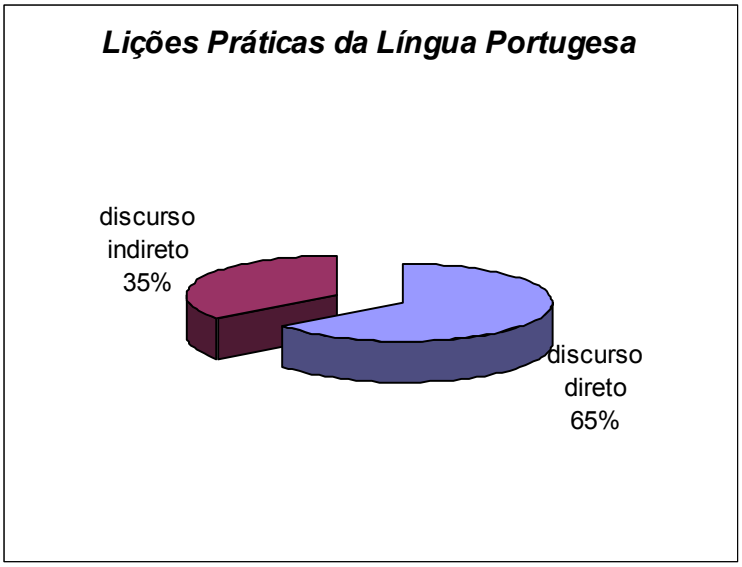
(AUTHIER-REVUZ, 2001: 149). Assim, acreditamos que se explique a preferência nessa obra de Figueiredo pelo discurso direto.

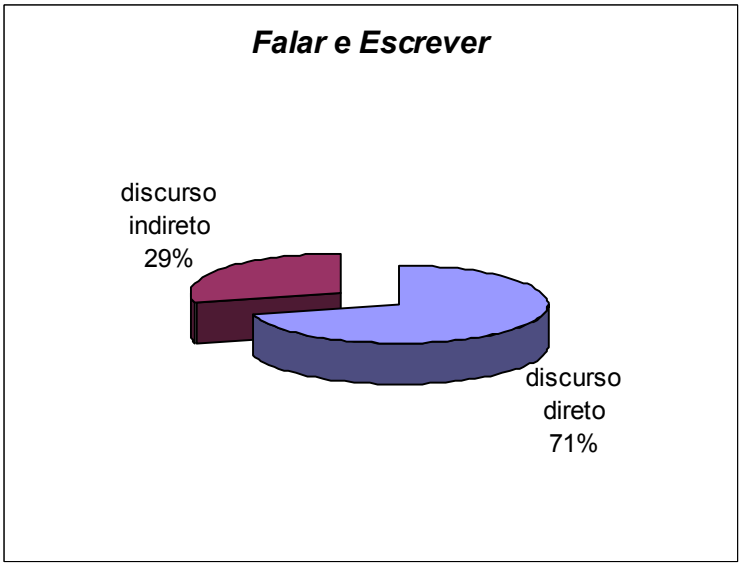
Nesse livro (*Lições Práticas da Língua Portuguesa*), há casos em que a pergunta foi relatada de forma indireta, mas o texto a ser analisado ou corrigido foi transcrito na íntegra. Isso ocorreu, provavelmente, porque o consultor sentiu a necessidade de expor o texto sobre o qual fez suas considerações gramaticais Um exemplo disso é:

"Um poetastro observa-me que até hoje, só a prosa tem dado ensejo à minha crítica (?), e que a poesia oferece um grande contingente de tolice. (...) que êle têm publicado já bastantes produções sem ter dado pasto à crítica (...) e que deseja dá-lo agora, oferecendo à minha apreciação um soneto, e esperando de mim algumas palavras de ensinamento. A título de curiosidade, não de todo inútil talvez, aí vai o soneto ..." (FIGUEIREDO, 1911:152/153)

Nos consultórios gramaticais de *Falar e Escrever* de Figueiredo, e de *Questões Vernáculas* de Almeida, também é mais recorrente o número de perguntas em discurso direto, pois, conforme já mencionamos, esse tipo de indagação "finge" representar objetivamente o ato de enunciação, no qual o consulente fez a pergunta ao consultor. Assim, dá ao consultório um efeito de sentido de diálogo real entre os pares enunciativos consultor e consulente. Os gráficos[31] a seguir apresentados demonstram em que proporção as perguntas em discurso direto e indireto aparecem nessas três obras:

[31] Para que se torne mais fácil a apreciação dos gráficos em nossa dissertação, esses também foram reunidos e expostos em anexo.


Lições Práticas da Língua Portugesa
discurso indireto 35%
discurso direto 65%

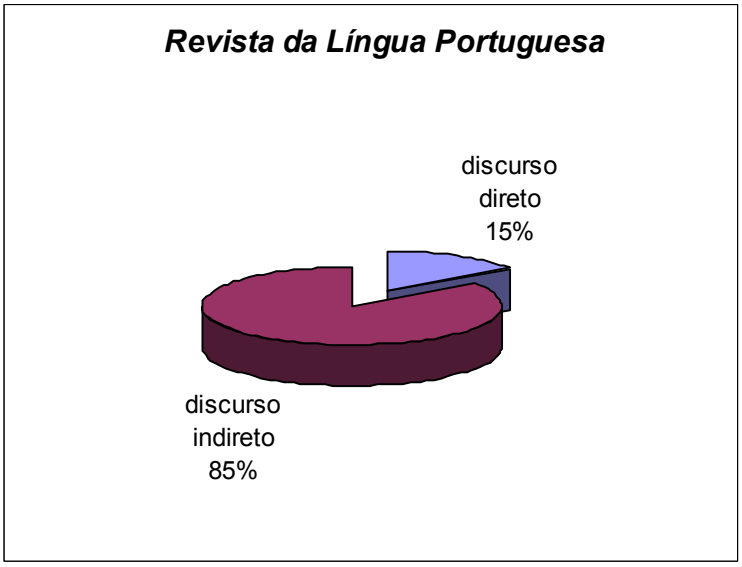

Falar e Escrever
discurso indireto 29%
discurso direto 71%

Em *O que se não deve dizer*, contudo, Figueiredo utilizou em maior quantidade as perguntas em discurso indireto para expor as dúvidas dos consulentes nos consultórios gramaticais. Observemos o gráfico abaixo:

Acreditamos que isso tenha ocorrido porque, diferentemente dos outros dois livros desse autor, analisados nesta dissertação, *O que se não deve dizer*, apesar de possuir alguns consultórios gramaticais, não é um livro em que as consultas gramaticais

sejam predominantes. Desse modo, não houve, provavelmente, por parte de Figueiredo a preocupação em tornar o diálogo consultor/consulente mais verossímil.

Da mesma forma, nos consultórios de Mário Barreto, tanto os presentes na *Revista de Língua Portuguesa* quanto os que constituem o livro *Últimos Estudos*, também possuem mais perguntas em discurso indireto que em discurso direto.



Temos como hipótese que, no caso desse consultor, a preferência pelo discurso indireto faça parte de seu estilo individual. A não importância dada à transcrição da

pergunta do consulente talvez seja uma forma de priorizar sua resposta e economizar o espaço da pergunta, pois esse consultor responde às questões dos consulentes de forma bastante extensa e com muitos exemplos literários sobre o fato gramatical discutido.

Os três consultores analisados, Figueiredo, Almeida e Barreto, optaram, em alguns consultórios, por deixar a pergunta do leitor implícita e publicar apenas sua resposta, provavelmente, por esperar que a pergunta a ser respondida seja deduzida pela resposta. Essa opção de não publicar a pergunta do consulente talvez seja utilizada pelos consultores para economizar espaço nos jornais em que os textos eram publicados ou ainda teria como efeito de sentido fazer com que o interlocutor (leitores) interagisse como o locutor (consultor), mentalizando a pergunta do consulente, que assim passaria a ser também dos outros leitores, que a deduzissem. Exemplos disso são:

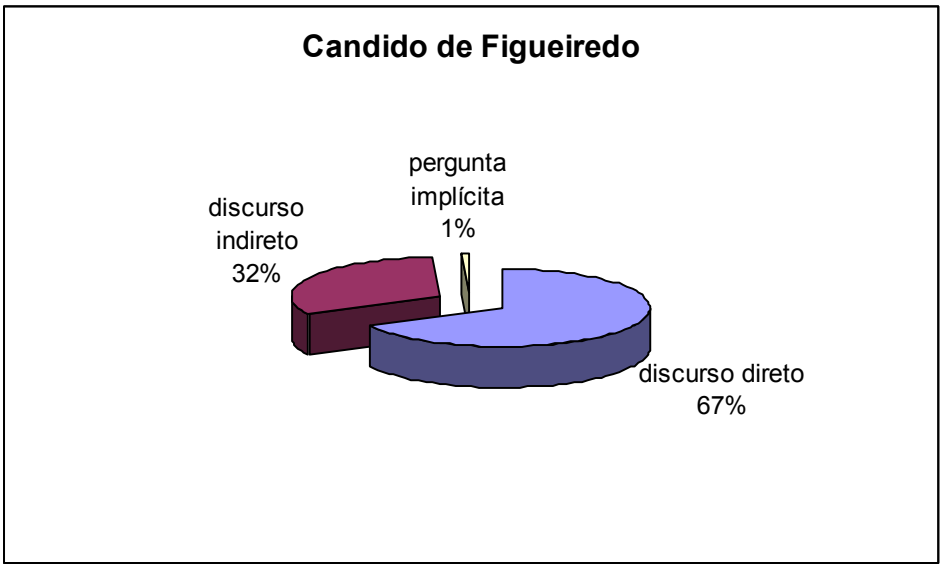
1. "Quanto ao mais da carta de *Purista*, direi sumariamente que *dama* é português e que *dona* e *donzela* não são a mesma coisa." (FIGUEIREDO, 1911:218); 2. "Direi a *Grumete* que as expressões...são erros graves..." (FIGUEIREDO, 1929a: 34); 3."Respondendo á sua segunda questão, pois cremos ter esclarecido sufficientemente e primeira. Avaria é palavra paroxytona..." (ALMEIDA, 1939: 13) e 4. "Não vejo razão para se corrigir a frase: 'Êle há mister uns seiscentos marcos para pagar à sua gente' metendo-lhe a prepôs, de, embora também se diga assim (...)" (BARRETO, 1944:229)

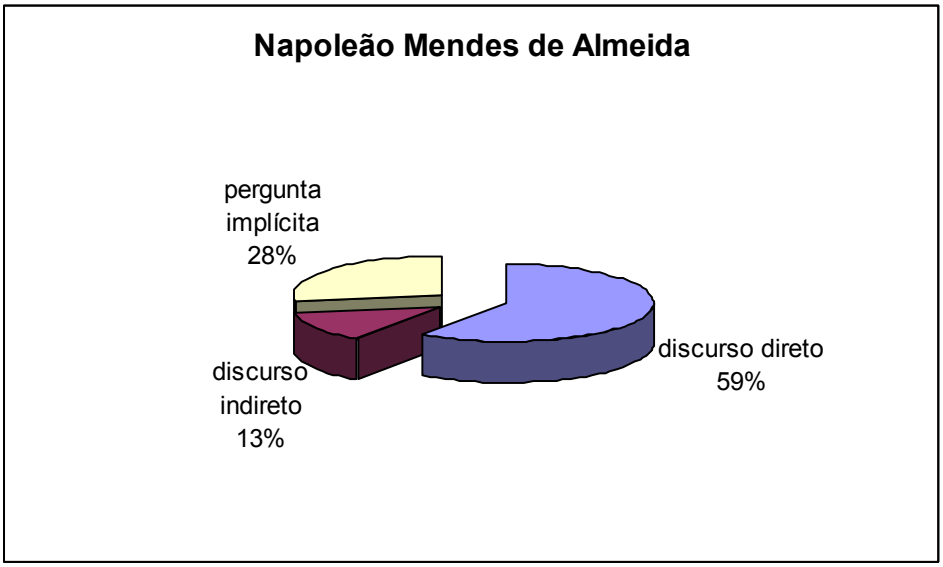
No primeiro e no terceiro exemplo, os consultores se referiram às perguntas dos consulentes em suas respostas, mas não as transcreveram. Essa referência é feita, no primeiro exemplo, pela expressão "quanto ao mais da carta" e no terceiro por "respondendo á sua segunda questão". Já no segundo e quarto exemplo, os consultores respondem diretamente às consultas, sem se referir à perguntas em suas respostas.

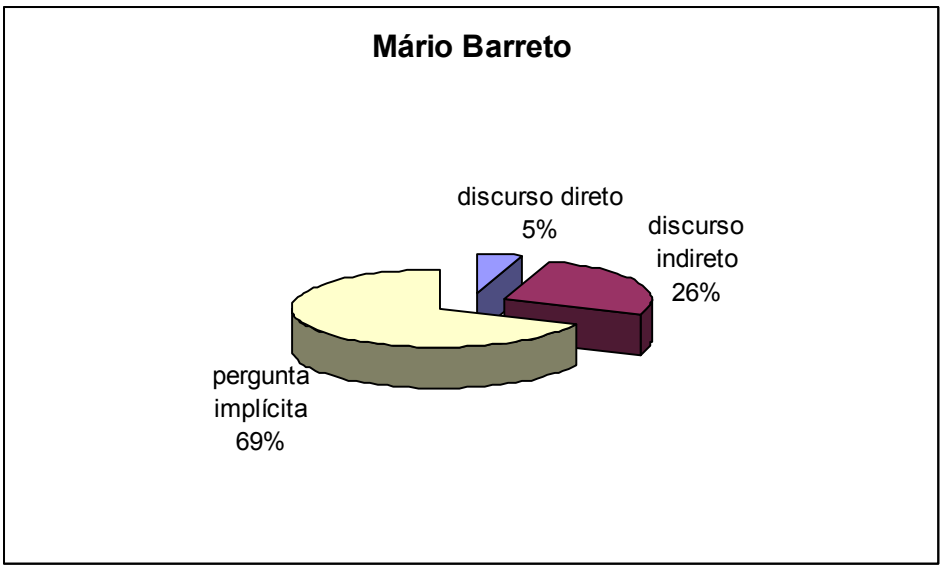
Essa forma de consultório gramatical, em que não há explicitamente, no enunciado, a pergunta feita pelo consulente ao consultor, apesar de ter sido utilizada por todos os escritores analisados, aparece com maior freqüência em Barreto, sendo inclusive mais recorrente que as perguntas em discurso direto e em discurso indireto.

Almeida também fez uso freqüente desse recurso, sendo, então, as perguntas implícitas nos consultórios de *Questões Vernáculas* mais recorrentes que as perguntas

em discurso indireto. Já Figueiredo optou pouco por esse recurso, que aparece em pequena quantidade em todas as suas obras aqui analisadas. Vejamos os gráficos:







Passaremos a seguir a analisar as respostas dadas pelos consultores às perguntas feitas a eles pelos seus consulentes.

3.1.1.1.2. Respostas

Em geral, ao responder às questões de seus consulentes, os consultores gramaticais eram bem solícitos com seus interlocutores e tentavam esclarecer as dúvidas destes. Comparando a obra dos consultores aqui analisada, Cândido de Figueiredo, Napoleão Mendes de Almeida e Mário Barreto, percebemos, no entanto, que a extensão das respostas aos consulentes varia de um consultor a outro.

Barreto, por exemplo, costumava se estender mais em suas respostas que Figueiredo e Almeida, pois citava muitos exemplos literários de "bom" uso da linguagem e dava diversas sugestões de textos para o consulente ler e se informar melhor sobre sua língua.

Percebemos, porém, que as respostas de Barreto, escritas para seção de consultas da *Revista de Língua Portuguesa* (RLP), eram menos extensas que as respostas das consultas reunidas no livro *Últimos Estudos* (1944), provavelmente, porque Barreto, nas

diferentes revistas e nos jornais que escrevia, respeitava a delimitação de espaço proposta pelos diretores desses meios de comunicação. Salientamos, no entanto, que as respostas de Barreto na RLP, normalmente, eram maiores que as respostas do outro consultor oficial da revista, Pedro Pinto. Desse modo, acreditamos que respostas extensas faziam parte do estilo próprio desse consultor.

Contrariamente ao que normalmente acontece, aparece em *Falar e Escrever* (1929), uma consulta, em que há consulentes e pergunta explícita, porém, aparentemente não há resposta clara para a pergunta, pois o consultor recusou-se a responder a tal pergunta e criticou a falta de leitura de seus consulentes, que liam apenas folhetins e não liam livros, por isso não conheciam muitos vocábulos. Vejamos:

"...Vários ingênuos me bateram à porta, para saber se deviam lêr *pólaco* ou *poláco*. Com uma condescendência digna de melhór causa, mais de uma vez repisei a tolice do pólaco; não obstante, é rara a semana em que um ou mais ingênuos, a quem não sobra tempo para soletrar o que tenho escrito, não venham repetir a pregunta (...) Para tais consultas e consulentes, fica fechada a porta. Mas, do exposto uma lição se infere: é que muita gente (...) nunca tinha ouvido nem lido aquela palavra (...) Escusado é acrescentar que tão numerosos e conspícuos compatrícios meus, desde que findaram a deletração da *Cartilha Maternal* ou de qualquér outro abecedário, nunca mais abriram um livro..." (FIGUEIREDO, 1929a:107)

O consultor, no entanto, apesar da recusa em responder à questão, respondeu-a, sem discorrer sobre o assunto, ao dizer a forma incorreta de se pronunciar a palavra: "...mais de uma vez repisei a tolice do pólaco".

Vale ressaltar ainda que a frase feita "bateram-me à porta", utilizada por Figueiredo nessa consulta, também aparece nos textos de Barreto e significa que o consulente procurou o consultório para fazer perguntas. Provavelmente, essa frase era comum nos consultório gramaticais, pois aparece nos textos de dois dos três consultores pesquisados. Acreditamos que a originalidade de Figueiredo esteja, entretanto, na aparente recusa em responder à pergunta e no uso da frase "Para tais consultas, fica fechada a porta ", para indicar essa recusa.

Analisaremos a seguir o par adjacente pergunta/resposta nos consultórios gramaticais da internet

3.1.1.2. O Par Conversacional Pergunta/Resposta nos Consultórios Gramaticais da Internet (Séculos XXI)

3.1.1.2.1. Perguntas

As perguntas do consultório gramatical da seção "Pergunte ao Doutor", do site *Sua Língua* de Cláudio Moreno, são, em sua maioria, como as das consultas gramaticais de Figueiredo e Almeida, expostas em discurso direto. Acreditamos que, como seus antecessores do início do século XX, Figueiredo e Almeida, esse consultor buscou, com o uso das perguntas em discurso direto, dar aos leitores a impressão de que estão lendo a reprodução objetiva dos enunciados enviados ao site pelos consulentes.

Assim como nos consultórios do início do século XX, mencionados nesta dissertação, também nos consultórios de Moreno há casos em que as consultas dos consulentes são transcritas na íntegra e casos em que são citados apenas os fragmentos mais importantes do enunciado do consulente. Exemplos disso são os trechos a seguir em que apenas as perguntas dos consulentes são transcritas:

"Qual a maneira certa de dizer: 'A nacionalidade de João é **brasileira** ou **brasileiro'**? – Marcela" ("Nacionalidade brasileiro ou brasileira?", "Pergunte ao Doutor", *Sua Língua*) e " 'Prezado Doutor: gostaria de saber a origem da palavra **chofer** (de automóveis). Grato'. Jener Sapia – Descalvado (SP)" ("A origem de 'chofer'", "Pergunte ao Doutor", *Sua Língua*).

Percebemos também no consultório de Moreno que, ao referir-se a uma dúvida feita por muitos consulentes, esse consultor utilizou o discurso indireto, pois, nesses casos, não se dirigiu, em sua resposta, diretamente a cada consulente, mas a todos eles de maneira geral. Um exemplo disso é:

“Não um, mas dezenas de leitores escreveram sobre o famigerado ‘**a nível**’. Uns procuravam apoio a favor da expressão, outros (a maioria) pediam que o Doutor os ajudasse a combater esse cacoete. Com a resposta abaixo, espero esclarecer a todos.” (A nível de, Pergunte ao Doutor, Sua Língua)

Salientamos, no entanto, que para expor até três perguntas sobre o mesmo tema ou temas afins, Moreno utilizou, como na maioria de suas consultas, o discurso direto:

“Dois leitores perguntam sobre facetas diferentes do mesmo item:
‘Doutor: o particípio passado do verbo chegar é chegado, mas eu gostaria de saber se chego também pode ser usado como forma do partícipio. Obrigada.’ Fabiana L. Cordeiro, de Londres
‘Fui seu aluno no Unificado em 1983 e lembro claramente do repúdio ao particípio reduzido do verbo pegar, ‘pego’. Porém, tenho visto com muita freqüência em nossos jornais e na televisão, sendo que até no Aurélio achei tal expressão. Outro dia, assistia a um programa da TVE, no qual um professor de Português classificava ‘pego’ como uma forma popular do particípio, mas não disse que seu uso era incorreto. Continuo firme usando pegado, apesar das acirradas discussões que travo com colegas e amigos. Caro Doutor, estou errado? Aproveito para pedir embasamento a respeito do caso. Antecipadamente grato, um grande abraço." Paulo Deniz Jr. músico e advogado” (Pego e Chego, Pergunte ao Doutor, Sua Língua)

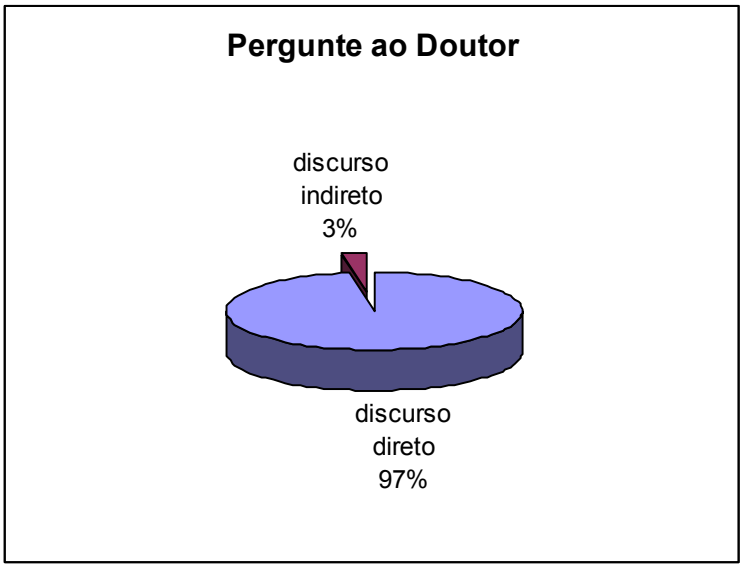
Conforme já foi observado em “Consultórios Gramaticais X Coluna Metalingüísticas, Crônicas e Artigos”, nos consultórios gramaticais de Moreno, em que a pergunta do consulente é feita em discurso indireto, a resposta do consultor freqüentemente não é assinada. Isso ocorre, provavelmente, porque não há explicitamente o diálogo entre o par enunciativo consultor/consulente nesses enunciados, que, desse modo, assemelham-se aos artigos metalingüísticos, normalmente não assinados por Moreno.

Justamente, por ser o discurso direto e indireto duas formas opostas de

heterogeneidade mostrada, que Moreno, ao utilizar o discurso direto, com suas marcas de heterogeneidade, para transcrever as perguntas dos consulentes, constrói, em seu enunciado, o diálogo entre o par enunciativo consultor/consulente, com saudações iniciais, finais e assinaturas. E, por outro lado, ao utilizar a forma menos explícita de heterogeneidade mostrada (discurso indireto), em que todo o enunciado parece pertencer a um mesmo enunciador, não utiliza marcas do discurso dialógico, como a assinatura.

O diálogo consultor/consulente é ainda menos explícito quando o consultor responde a uma pergunta feita por diversos consulentes e transcrita no consultório gramatical de forma genérica. Nesse caso, por não haver um par enunciativo eu/tu concreto, o consultor não se dirige diretamente ao consulente. Um exemplo disso é a consulta gramatical em que Moreno disserta sobre o uso da expressão "a nível de".[32]

As perguntas do consultório gramatical de Consolaro também são, em sua maioria, expostas em discurso direto, porém o número que questões em discurso indireto é maior nesse *site* que no consultório de Moreno. Conforme demonstram os gráficos a seguir:



[32] Ver primeiro exemplo da página 97 desta dissertação.

Além de haver, nos consultórios gramaticais do "Tira-Dúvidas" de Hélio Consolaro, menos perguntas em discurso direto que nos consultórios de "Pergunta ao Doutor" de Moreno, muitas das questões expostas em discurso direto no site de Consolaro não são assinadas pelos consulentes ou ainda são apresentadas diretamente no título da consulta. Exemplos disso são:

"**Garagem ou garage**?
Devemos usar garagem e não "garage", que é uma palavra francesa que foi aportuguesada para *garagem.*"
(Garagem ou garage?, Tira-dúvidas, *Por trás das Letras*)

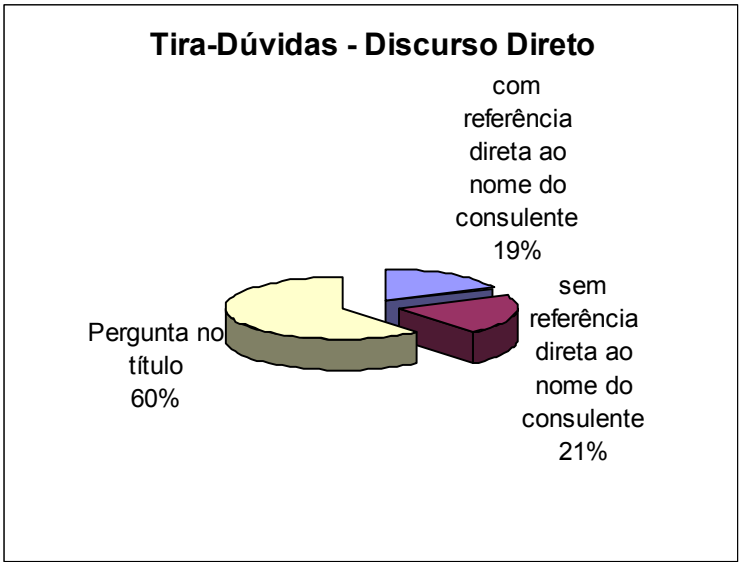
e

"Qual é o erro desta frase?
'Durante uma hora ele falou, emocionado, sobre sua juventude nos anos sessenta.'
A resposta certa: Durante uma hora ele falou, emocionado, sobre sua juventude nos anos sessentas.
Diz-se *duas canetas* ou *duas caneta*? A primeira, claro!
(Anos sessentas,Tira-dúvidas, *Por trás das Letras*)

No primeiro caso, a pergunta em discurso direto aparece em negrito como título da consulta e em seguida inicia-se a resposta dada pelo consultor à questão. Já no segundo exemplo, a pergunta aparece no corpo do texto, porém, é exposta diretamente sem saudações ao consultor, nem assinatura do consulente.

Esse tipo de consulta, apesar de expor as perguntas em discurso direto, não cria o efeito de sentido de um diálogo real entre consultor/consulente, como ocorre na maioria das consultas de Moreno, que é constituída de perguntas em discurso direto, saudações ao consultor e assinatura do consulente.

Como o número de perguntas com referência direta ao nome do consulente não é muito grande em "Tira-Dúvidas", conforme mostra o gráfico a seguir, podemos dizer que é menor no site de Consolaro que no de Moreno o número de consultas em que é explicitada a interação consultor/consulente.



Perguntas em discurso direto sem o nome do consulente explícito também aparece no consultório gramatical da seção "Dúvidas", pertencente ao site *Gramática On Line* de Dílson Catarino. Nesse site, entretanto, podemos classificar as perguntas em discurso direto em dois tipos: consultas em que foram transcritas apenas as dúvidas gramaticais e consultas em que, apesar de não haver referência ao nome do consulente, é mencionada alguma forma de interação consultor/consulente. Exemplos disso são:

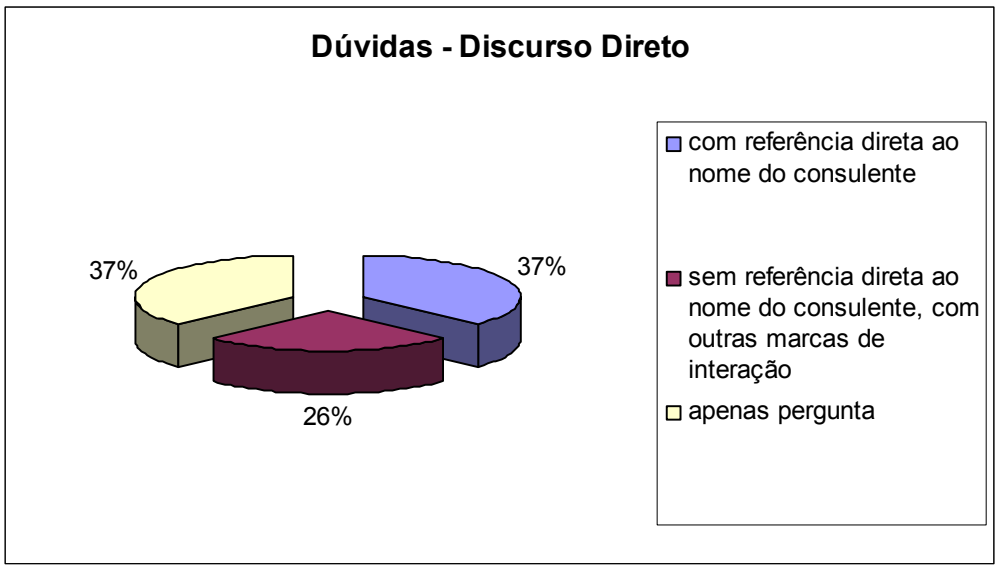
1. “Professor

Tenho uma gramática do Saconi onde encontro que a palavra ítens é acentuada, porém noto no corretor ortográfico do word e em vários jornais a palavra grafada sem o acento itens, qual é a forma correta?” (Item e itens têm acento ou não?, Dúvidas, *Gramática On Line*); 2.“Qual a diferença entre **Sem vergonha** e **Sem-Vergonha**?”(Qual a diferença entre sem vergonha e sem-vergonha?, Dúvidas, *Gramática On Line*) e 3.“ANÁLISE MÓRFICA DA PALAVRA: REALIZAR.” (Qual é a análise mórfica da palavra realizar?, Dúvidas, *Gramática On Line*)

Os dois últimos fragmentos exemplificam as consultas com transcrições em discurso direto apenas da pergunta. Já o primeiro trecho demonstra uma consulta sem referência explícita ao nome do consulente, porém, com pergunta em discurso direto dirigida explicitamente ao consultor, com marca da interação entre consultor e consulente. Nesse caso, o vocativo “Professor” demonstra a quem é dirigida a pergunta e, assim, de quem se espera o conhecimento lingüístico.

O segundo exemplo demonstra um pergunta em discurso direto que parece ter sido transcrita do enunciado do consulente, já o último exemplo é ainda mais direto que o anterior e lembra menos ainda uma interação entre professor e ou gramático da língua portuguesa e seus discípulos, pois o consultor transcreve, nesse caso, a pergunta diretamente sem interação.

Observamos também que no consultório gramatical de Catarino não há perguntas em discurso indireto, porém as dúvidas em discurso direto com o nome do consulente, do consultor e as saudações explícitos aparecem no site na mesma proporção que as consultas em que são expostas apenas as perguntas. Isso pode ser observado no gráfico a seguir:



As consultas, em que as perguntas são expostas com consulentes e outras marcas de interação lingüística, melhor representam a interação entre consultor e consulente. Da mesma forma, acreditamos que essa representação é minimizada nas consultas em que há alguma marca de interação lingüística, mas não existe claramente a figura do consulente. Assim, também podemos dizer que os consultórios gramaticais que transcrevem apenas as dúvidas do consulente enfatizam pouco a situação conversacional de diálogo.

Através do gráfico "Dúvidas – Discurso Direto", observamos que: 1. no site de Catarino, a quantidade de consultas com perguntas em discurso direto em que há grandes marcas de interação e a quantidade de perguntas com poucas marcas interacionais é a mesma; 2. as consultas com marcas interacionais médias perdem para os outros dois caso em apenas 11%.

Desse modo, ao observar os dados apresentados nesta dissertação, percebemos que as consultas gramaticais de Moreno, com 97% de perguntas em discurso direto com referência explícita ao nome do consulente e do consultor e com saudações iniciais e finais na maioria dos casos são, da mesma forma que as consultas de Figueiredo no início do século passado, as que melhor representam a interação entre o professor e seus alunos.

A nosso ver as consultas da seção "Dúvidas", de Catarino, demonstram maior

interesse em representar a interação entre o par conversacional dos enunciados que as de Consolaro, pois, das questões dos consultórios de Catarino, 63% (37% de perguntas com consulente explícito e 26% de perguntas com outras marcas de interação) possuem marcas de interação. Já os consultórios gramaticais de Consolaro, conforme podemos observar nos gráficos, possuem 84% de perguntas em discurso direto, sendo que dessas 60% são consultas com perguntas em seus títulos.

Assim podemos observar que a escolha por determinada forma de expor as questões dos consulentes faz parte do estilo individual de cada consultor e não do estilo da época em que foram escritos os consultórios gramaticais.

3.1.1.2.2. Respostas

Da mesma forma que os consultores do início do século XX, os responsáveis pelas respostas às consultas presentes nas seções de pergunta/resposta dos sites contemporâneos, apesar do tom normalmente autoritário de seus enunciados, também costumam ser solícitos e educados com os consulentes, pois demonstram atenção com esses interlocutores e preocupação em sanar suas dúvidas.

O consultor de "Pergunte ao Doutor", Cláudio Moreno, responde às questões dos consulentes de forma bastante extensa e normalmente os saúda, diferentemente de Hélio Consolaro, que freqüentemente responde a seus interlocutores em poucas linhas, sem se dirigir diretamente a eles. Já os enunciados de Catarino costumam ser compostos por respostas de tamanho médio.

Esse último consultor, na maioria das consultas, faz uma saudação inicial aos consulentes e assina o texto, porém há casos em que esse consultor faz também uma saudação final ao consulente. Outras vezes: não menciona o nome do consulente, mas assina a resposta; ou não menciona nem o nome do consulente, nem do consultor; ou menciona o nome do consulente, reproduzindo seu enunciado, mas não o saúda, nem assina a resposta e faz uma saudação inicial ao consulente, mas ao final do texto, nem faz saudação final, nem assina o texto.

Desse modo, o que podemos observar, na seção de consultas do site *Gramática*

On Line, é que, apesar de haver uma forma preferencial para o consultor Catarino responder às perguntas, não há uma forma fixa para que isso seja feito, como ocorre nas consultas de Moreno e Consolaro.

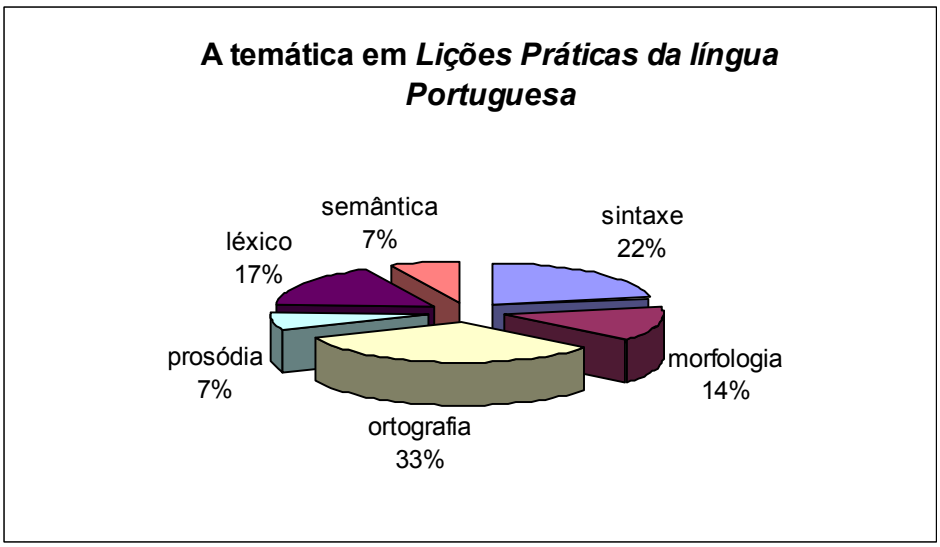
O fato de Moreno interagir mais com seus interlocutores não faz esse consultor tornar-se menos autoritário e incisivo com os consulentes do que os outros dois consultores cujos enunciados foram aqui analisados, pois, apesar de esse professor, assim como fazia Candido de Figueiredo em suas consultas, utilizar os constantes provérbios populares, palavras populares e a ironia para dar a seus interlocutores a idéia de que os enunciados de seus consultórios gramaticais são populares, seu discurso, no entanto, está permeado pelo autoritarismo, pela intolerância e pelo preconceito lingüístico, conforme veremos ainda neste capítulo.

3.1.2. A Temática dos Consultórios Gramaticais

Ao longo da história dos consultórios gramaticais, desde seu início no final do século XIX até as consultas feitas atualmente em diferentes suportes, sua temática foi se modificando. Isso ocorreu, provavelmente, porque o perfil dos falantes de português que procuram os consultórios gramaticais vem se modificando no decorrer do tempo e, com isso, modificaram-se também as dúvidas dos consulentes e os temas das consultas.

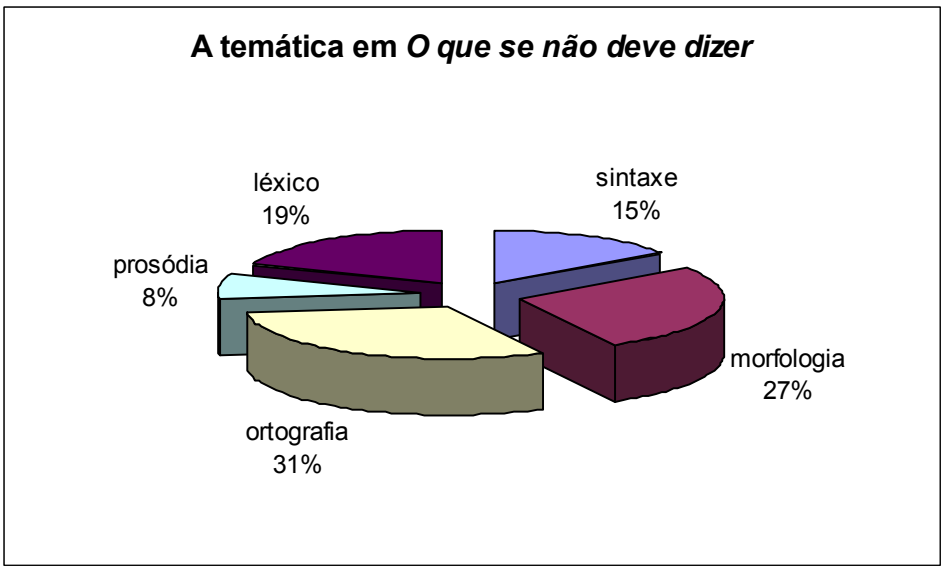
Como acreditamos ser a mudança do contexto histórico-social, em que os consultórios foram elaborados, o principal motivo para a mudança temática desse gênero discursivo, pensamos ser o *corpus* utilizado nesta pesquisa suficiente para se chegar a algumas conclusões sobre as mudanças temáticas nesse gênero, mesmo sendo as consultas datadas do início do século passado, presentes no *corpus*, impressas e as consultas atuais analisadas, veiculadas pela mídia digital.

Ao fazer um levantamento dos temas das perguntas dos três livros de Candido de Figueiredo, utilizados como *corpus* nesta dissertação, percebemos que as consultas de *Lições Práticas da Língua Portuguesa* giravam em torno de sete diferentes temas gramaticais, que são: sintaxe, morfologia, ortografia, prosódia, léxico e semântica. Esses temas apareceram no livro na seguinte proporção:



Com auxilio do gráfico, podemos observar que, nesse livro, a maioria das questões feitas pelos consulentes era sobre ortografia. Outros temas de grande interesse na época, conforme demonstram as questões do livro, eram sintaxe, léxico e morfologia. Os temas relacionados à semântica e prosódia também aparecem nas consultas, porém em número reduzido.

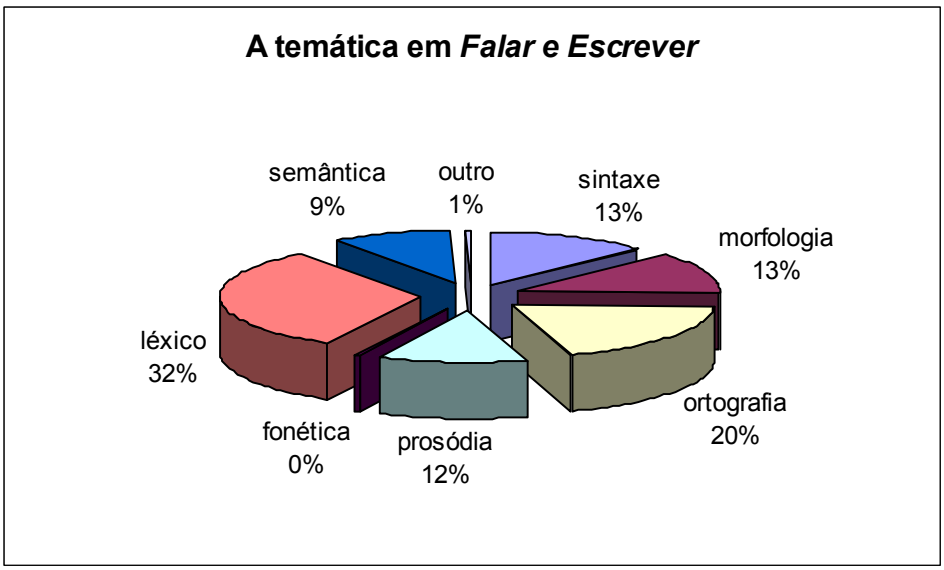
Já nas consultas de *O que se não deve dizer* aparecem cinco dos seis temas que haviam sido mencionados em *Lições Práticas da Língua Portuguesa*. Eles são: sintaxe, morfologia, ortografia, léxico e prosódia. Ou seja, nesse livro não há consultas sobre semântica (significado das palavras) e o maior número de questões também é sobre ortografia, conforme mostra o gráfico a seguir:



Podemos perceber que nas consultas constantes no livro referido, o maior número de questões sobre ortografia ainda prevalece, porém houve uma inversão percentualmente entre o número de questões sobre sintaxe e morfologia. Há, no entanto, um número significativo de questões sobre esses dois temas. As questões sobre prosódia, nesse livro, aumentaram um pouco, as questões sobre o léxico manteve o mesmo percentual praticamente e os temas relacionados à semântica não foram mencionados em *O que se não deve dizer*, conforme já salientamos.

Em *Falar e Escrever*, que é um livro quase inteiro de consultas gramaticais, além de aparecerem perguntas sobre os seis temas já citados, há também questões sobre fonética. Esclarecemos ainda que alguns temas, presentes nas dúvidas dos consulentes, por não se encaixarem em nenhuma de nossas classificações foram denominados de outros. Acreditamos que a grande variação de temas gramaticais nas consultas desse livro se deva, justamente, ao número mais elevado que consultas gramaticais na obra.

A proporção em que esses temas aparecem nas consultas pode ser observada no gráfico:

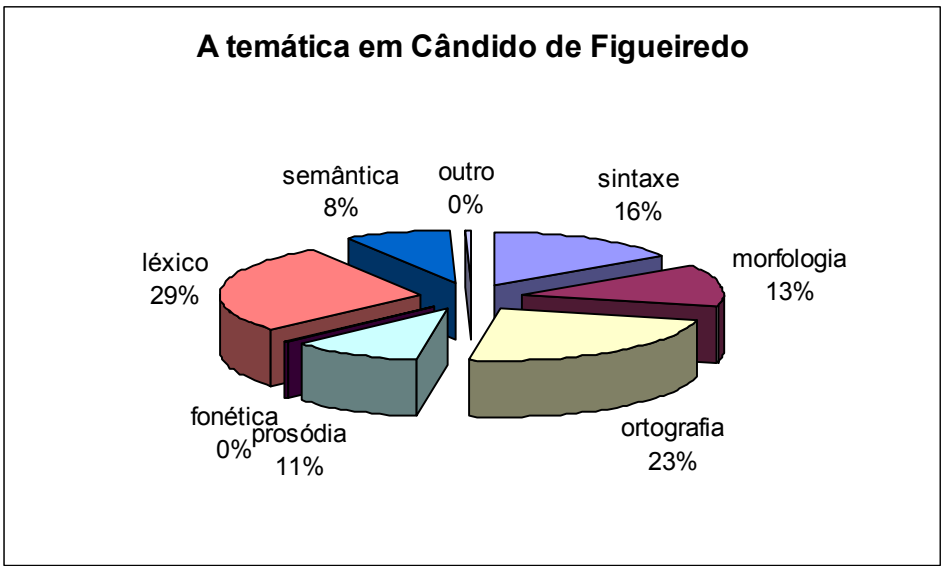


Podemos observar que ortografia ainda fazia parte do interesse de muitos consulentes de *Falar e Escrever*, entretanto, o número maior de questões no livro é sobre o léxico. Ao comparar os três livros de Figueiredo analisados, podemos ver que o interesse por esse tema aumentou em cada livro, ou seja, com o decorrer dos anos o tema passou a ser cada vez mais solicitado pelos consulentes e assim, mais desenvolvido pelo consultor.

Observamos esse aumento gradativo no interesse pelo léxico da língua portuguesa ao comparar a porcentagem de perguntas sobre o assunto nos três livros desse consultor. Em *Lições Práticas da Língua Portuguesa*, que é o livro, dentre os de Figueiredo, mais antigo do *corpus*, 17% das perguntas eram sobre léxico. Esse número aumenta para 19% em *O que se não deve dizer* e para 32% em *Falar e Escrever*, que é o livro de Figueiredo, pertencente ao *corpus*, com data de publicação mais recente.

Sobre as consultas do livro, podemos salientar ainda que: 1. nelas há a mesma quantidade de perguntas sobre morfologia e sintaxe; 2. o interesse por semântica e por prosódia pouco se modificou; 3. os temas que apareceram apenas nas questões desse livro, os quais são relacionados à fonética ou a outros assuntos, que não foram classificados, nesta dissertação, por sua pequena quantidade, são muito poucos.

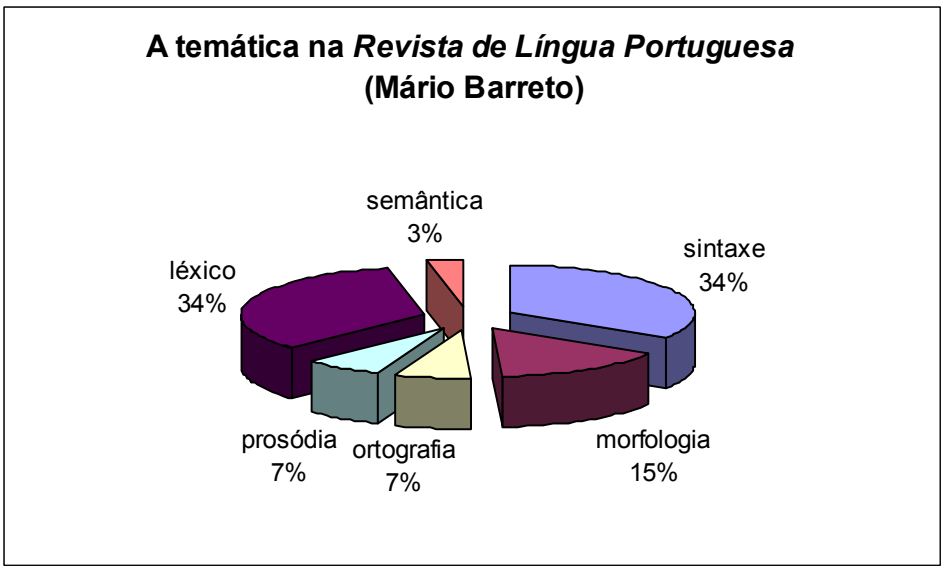
Utilizando os dados dos três livros, fizemos ainda um gráfico para mostrar, de forma geral, como se dividem tematicamente as perguntas nas consultas de Figueiredo.



As perguntas dos consultórios gramaticais de Figueiredo, como um todo, possuem, como principais temas, léxico e ortografia Há um interesse mediano por sintaxe e morfologia, um pequeno número de questões sobre semântica e prosódia e um número extremamente reduzido de perguntas sobre fonética e outros temas não classificados aqui, como classificação de sílabas poéticas, figura de retórica e uso de contratos verbais (credibilidade de contratos verbais).

Para analisar a temática nas consultas gramaticais de Mário Barreto, falaremos primeiramente de suas consultas para a *Revista de Língua Portuguesa*, escritas entre 1920 e 1921 e, em seguida, sobre as consultas escritas de 1927 a 1930 e publicadas no livro *Últimos Estudos.*

As perguntas respondidas por Barreto na *Revista de Língua Portuguesa*, números 5, 9 e 12 são sobre os seguintes temas: sintaxe, morfologia, ortografia, prosódia, léxico e semântica, conforme demonstra o gráfico a seguir:

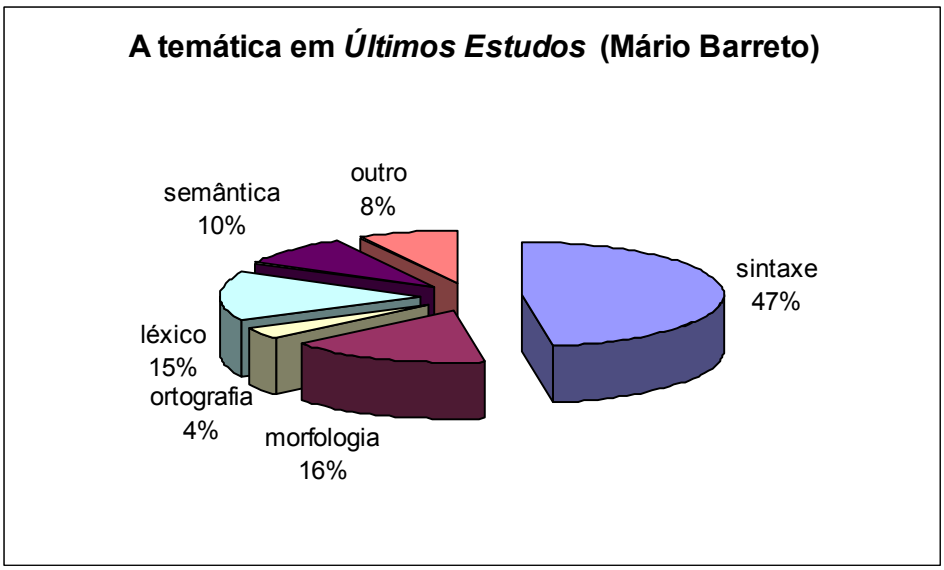


Observamos que a maioria das perguntas respondidas por Barreto, nessa revista, gira em torno de temas lexicais e sintáticos. Muitas das questões sobre léxico estão atreladas ao uso dos galicismos, que inquietavam os falantes da época. Assim, cremos que o grande número de questões sobre esse assunto no consultório está diretamente relacionado a essa polêmica questão do uso e adoção dos estrangeirismos na língua portuguesa. Salientamos ainda que muitas questões sobre o tema já apareciam nas consultas de Figueiredo, o que demonstra que desde o inicio do século XX o tema já inquietava os falantes do português.

Parte das questões sintáticas também diz respeito ao uso de expressões com sintaxe típica da língua francesa, como por exemplo, a regência. Há, porém, nessas consultas, um interesse, por questões sintáticas, maior que nas obras de Figueiredo.

Outro aspecto importante na temática dessas consultas, a ser relatado, é o declínio de questões sobre ortografia. Muito provavelmente isso se deva à consolidação da Reforma Ortográfica de 1911, que, após implantada, demorou algum tempo para ser aceita e consolidada.

O gráfico a seguir demonstra temas presentes nas consultas reunidas em *Últimos Estudos*:

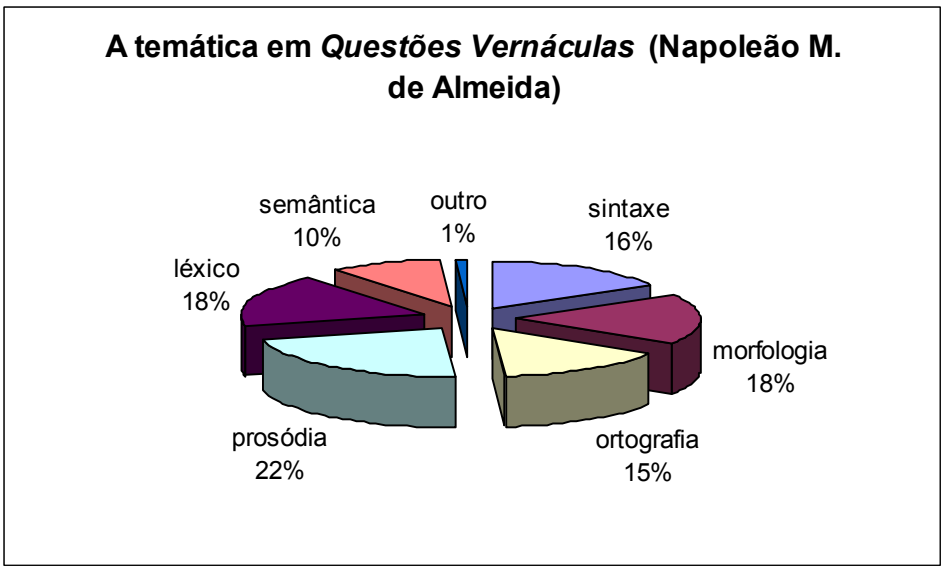


Ao observar o gráfico, percebemos que o número de perguntas sobre sintaxe, que já era grande nas consultas da *Revista de Língua Portuguesa*, tornou-se ainda maior nas consultas desse livro. Inversamente, o interesse pelas questões relacionadas a ortografia, que era enorme nas consultas dos livros de Figueiredo, caiu ainda mais nas consultas de *Últimos Estudos*.

Outro tema que não apareceu, nas consultas desse livro, em grande quantidade é o léxico, provavelmente porque, naquele momento, a inquietação com as palavras de origem estrangeira, que nunca deixou de provocar polêmica[33], havia diminuído. Podemos mencionar ainda o crescente número de dúvidas sobre temas relacionados à semântica e a inexistência, nessas consultas, de questões sobre prosódia e fonética.

Já as questões presentes nas consultas gramaticais de *Questões Vernáculas*, respondidas por Napoleão Mendes de Almeida na década de 30 do século XX, versam sobre os mesmos temas das perguntas respondidas pelos outros dois consultores gramáticas mencionados, Candido de Figueiredo e Mário Barreto. Vejamos o gráfico a seguir:

[33] Um exemplo recente de polêmica causada pelo uso de palavras estrangeiras por falantes do português brasileiro é a discussão causada pelo Projeto de Lei n. 1676 de 1999, do, então Deputado, Aldo Rebelo, que visava proteger a língua portuguesa dos estrangeirismos.



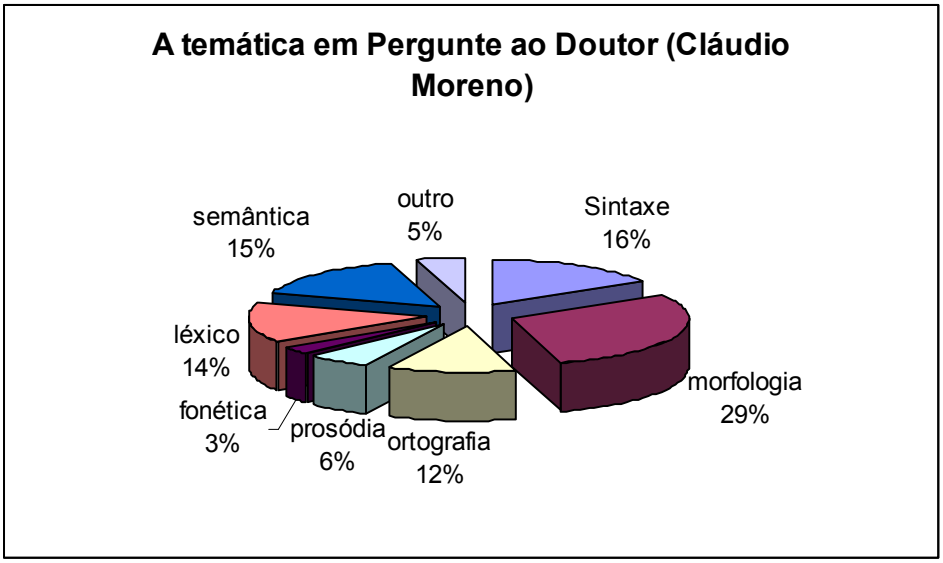
Percebemos que as questões sintáticas, que compreendem 47% das consultas de *Últimos Estudos*, são apenas 16% no livro de Almeida, *Questões Vernáculas*. Esse número de perguntas sobre sintaxe é equivalente ao que aparece nas consultas de Figueiredo, ou seja, o interesse por esse tema, em Almeida, é o mesmo que nas consultas do início do século, respondidas por Figueiredo.

Conforme já mencionamos, ao falar da temática presente nas consultas gramaticais de *Últimos Estudos,* parece ter havido, no final da década de 20 e início de 30, uma diminuição do interesse por assuntos relacionados aos estrangeirismos, esse pode ser um dos motivos da diminuição das perguntas sobre sintaxe nos consultórios gramaticais, pois o interesse dos consulentes voltava-se mais a usos sintáticos do francês e a traduções do francês ao português. Por outro lado, podemos notar que o aumento do número de questões sobre sintaxe aparece no conjunto da consultas de Barreto. Assim, pensamos poder ser essa predileção por assuntos sintáticos uma característica desse consultor.

Observamos ainda, nos consultórios de Almeida, um aumento de perguntas sobre ortografia e prosódia e o fato de não haver, nessas consultas, um tema muito mais consultado que outros. Desse modo, podemos dizer que há nos consultórios de Almeida perguntas de temas bastante variados. Provavelmente isso ocorreu porque, naquele momento, não havia polêmicas sobre um assunto gramatical específico.

As perguntas sobre fonética, que pouco apareceram nos consultórios gramaticais do início do século XX, aparece com um pouco mais de freqüência nas consultas modernas, veiculadas na internet, provavelmente, porque temas relacionados à fonética, como separação silábica, classificação de ditongo, hiato e tritongo, entre outros, constam no currículo escolar e fazem parte do conteúdo de diversos concursos públicos. O número de perguntas sobre o tema, no entanto, ainda é pequeno.

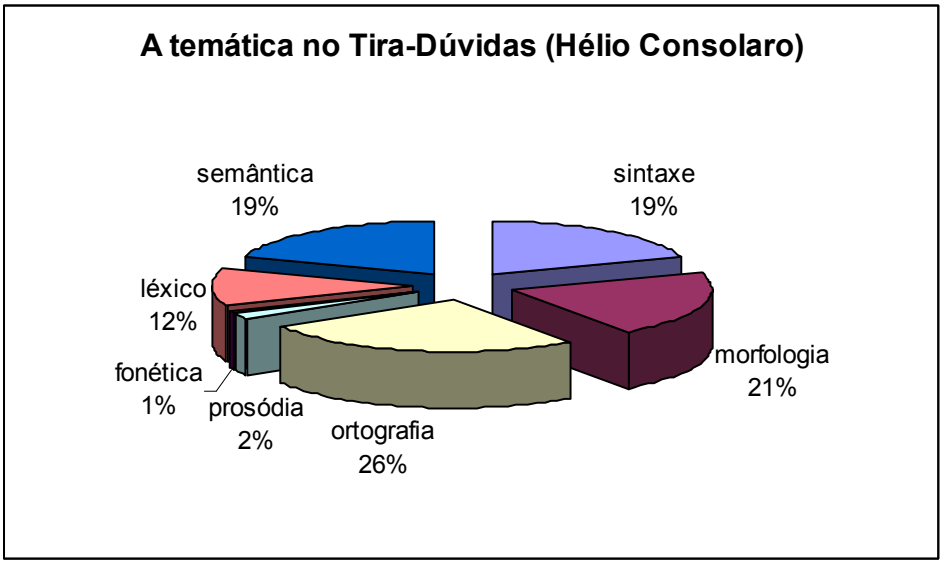
Aumento significativo houve, entretanto, no número de questões sobre morfologia, presentes nos três sites analisados nesta dissertação. Primeiramente, observe o gráfico que demonstra a temática das consultas da seção "Pergunte ao Doutor", do site *Sua Língua* de Cláudio Moreno:



As consultas gramaticais de Moreno giram em torno dos sete temas mencionados nesta dissertação e nelas também há questões variadas que não se encaixam nesses temas e foram, conforme já ressaltamos, classificadas em "outro". As perguntas com temas relacionados à sintaxe, à ortografia, ao léxico e à semântica, comparadas com as questões, com os mesmos temas, nas consultas respondidas por Napoleão Mendes de Almeida, presentes no livro aqui analisado, não sofreram mudanças significativas relativamente à quantidade. Já as perguntas sobre prosódia que aparecem em 22%, das consultas de Almeida, voltam a compor 6% das perguntas do

consultório gramatical, como em Barreto.

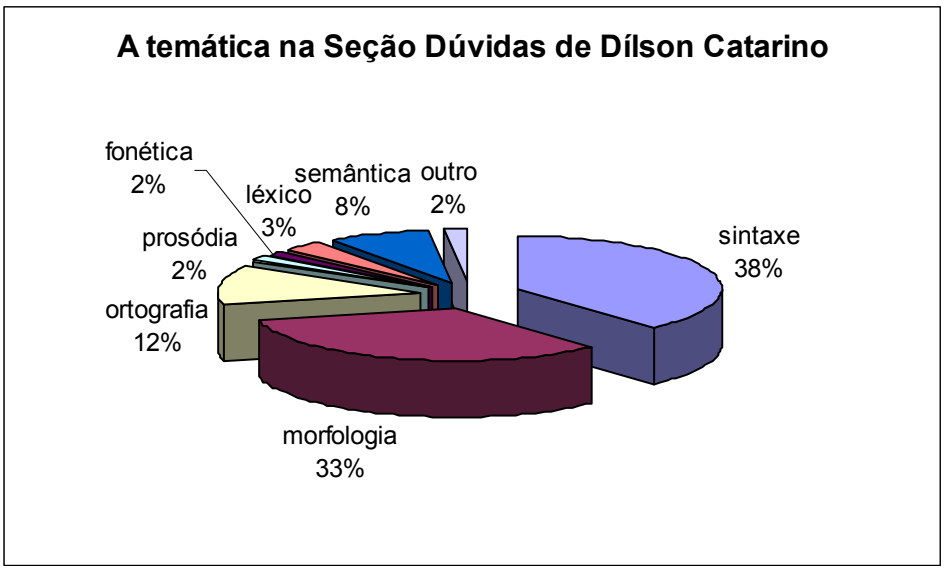
Passemos à temática das consultas de "Tira-Dúvidas", que compõe o site *Por trás das Letras* de Hélio Consolaro, exposta no gráfico:



Esse consultório gramatical segue a tendência moderna de possuir uma quantidade relevante de questões sobre sintaxe e morfologia, entretanto, possui uma grande quantidade de questões sobre ortografia, diferentemente do que ocorre nas consultas de Barreto, Almeida e Moreno.

Acreditamos que, nesse caso, o número bastante elevado de perguntas sobre ortografia não pode ser explicado pelo contexto histórico social, como para Figueiredo. Visto que há, no Brasil, uma reforma ortográfica vigente desde 1971 e que os vários dicionários publicados no país seguem essa reforma. Além disso, nos outros dois sites de consultórios gramaticais contemporâneos, utilizados nesta dissertação, não há essa grande quantidade de consultas sobre ortografia. Dessa forma, cremos ser esse número elevado de questões ortográficas no site de Consolaro uma característica própria do seu consultório.

Em "Dúvidas", seção de consultas gramaticais do site *Gramática On line*, de Dílson Catarino, também há questões sobre todos os temas mencionados aqui, como no site de Moreno. O gráfico a seguir demonstra isso:



Nesse site, as perguntas sobre sintaxe e morfologia são maioria, porém diferentemente do que ocorre nos outros dois sites, em *Gramática On Line*, há mais questões sobre sintaxe que sobre morfologia. Talvez isso ocorra por esse ser um site destinado principalmente a estudantes de segundo grau e vestibulandos, os quais preocupam-se mais com estudos sintáticos, pois esse tema aparece com maior freqüência em provas de segundo grau e em vestibulares.

Os temas aparecem, nesse consultório, em sua maioria, mais ou menos na mesma proporção que nos outros dois sites mencionados. As perguntas sobre ortografia aparecem em "Dúvidas" na mesma proporção que nas consultas de Moreno e em menor quantidade que em Consolaro, conforme já havíamos observado. Percebemos ainda que o número de questões sobre semântica é menor nesse site que nos outros dois analisados.

O grande número de questões sobre morfologia nos consultórios gramaticais parece ser uma tendência dos textos metalingüísticos do momento, pois notamos que isso também ocorre nas colunas metalingüísticas de Pasquale Cipro Neto. Conforme descreve Rodrigues (2004:29), as colunas de Cipro Neto, que constituíram o *corpus* de seu trabalho, tem como temas assuntos de morfologia, sintaxe, léxico e ortografia. Sendo 57% desses textos sobre morfologia e 20% sobre sintaxe.

Cormo demonstra o gráfico apresentado por Rodrigues (2004:29), os textos sobre ortografia e léxico são respectivamente 13% e 9% de seu *corpus*. Da mesma forma que nas consultas gramaticais contemporâneas, que fazem parte de nosso *corpus*, nas colunas metalingüísticas de Cipro Neto, os temas ortografia e léxico, apesar de não serem os principais temas dos textos, aparecem neles com freqüência razoável.

A insistência de professores de português e de gramáticos, em textos metalingüísticos sobre ortografia deve-se, provavelmente, ao fato de as questões ortográficas ainda serem um ponto de dificuldade para muitos usuários da língua pois, apesar de termos, no país, regras ortográficas consolidadas e vigentes desde a reforma ortográfica de 1971, muitos falantes de português tem pouco acesso à língua culta escrita e, assim, à grafia das palavras, considerada correta.

Quanto à freqüência de assuntos sobre o léxico do português brasileiro em textos metalingüísticos, observamos que grande parte desses textos fala sobre neologismos e sobre o uso de determinadas palavras estrangeiras no português brasileiro. Isso ocorre porque, como já observamos, esse tema, que causou grandes polêmicas no início do século XX, nunca deixou de ser discutido no Brasil.

Nas consultas gramaticais, por exemplo, é comum haver perguntas sobre a "existência" de determinada palavra, ou seja, a aceitação desse vocábulo na língua culta. Normalmente, o parâmetro utilizado pelos consultores para aceitar ou não uma palavra é a sua inclusão nos dicionários do português brasileiro. Sabemos, entretanto, que há uma ampla discussão sobre o assunto, pois nenhum dicionário consegue acompanhar o grande número de palavras que entram no português diariamente.

Além desse tipo de questão, há também muitas perguntas sobre a origem de determinados vocábulos da língua portuguesa. Assim, acreditamos que exista, por parte dos consulentes de cada consultório gramatical, um grande interesse pela origem das palavras de nossa língua.

Apesar das diferenças temáticas que aparecem em cada consultório, resumidamente, podemos dizer que os pontos fundamentais que diferenciam os consultórios gramaticais escritos no início do século dos atuais, quanto ao tema, é o grande número de questões sobre morfologia e a diminuição de perguntas sobre ortografia.

O conteúdo dos consultórios gramaticais está diretamente relacionado às dúvidas dos consulentes, que expõem suas perguntas ao consultor. Essas dúvidas representam as necessidades e inquietações dos falantes da época em que o gênero é produzido. Assim, cremos que as mudanças temáticas nos consultórios gramaticais do *corpus* se dão graças às diferentes épocas em que esses consultórios foram produzidos.

Salientamos, no entanto, que há ainda diferenças entre os consultórios gramaticais impressos no início do século XX e os consultórios modernos, presentes na internet, causadas pela mudança de suporte do gênero, conforme já mencionamos ao falar sobre o consultório gramatical enquanto gênero discursivo.

3.2. Mudança de suporte e sua repercussão no gênero: o caso dos consultórios gramaticais

Quando um gênero discursivo muda de meio de transmissão ou suporte material, modifica-se de alguma forma, pois utiliza os mecanismos próprios do novo suporte e adapta-se a ele. Essa modificação em um gênero, devido à sua nova forma de transmissão, pode acarretar na criação de um novo gênero discursivo ou em uma variação do gênero antigo.

No caso dos consultórios gramaticais, acreditamos que a mudança do meio de transmissão desse gênero que, no início do século XX, era impresso em jornais e revistas e hoje aparece também na internet, alterou aspectos desse gênero discursivo, entretanto, como não houve modificação na base do gênero, que é sua estrutura em perguntas dos consulentes e respostas do consultor, não se criou um novo gênero, mas sim um novo "tipo" de consultório gramatical.

Aspectos que analisamos para caracterizar os consultórios gramaticais, veiculados atualmente na internet e compará-los aos consultórios do início do século XX, impressos em jornais e revistas, foram: 1. os interlocutores diretos e indiretos desses enunciados; 2. a flexibilidade material do gênero; 3. a organização dos consultórios gramaticais.

Nas três primeiras décadas do século XX, o acesso ao material escrito era muito

restrito, pois grande parte dos brasileiros não sabia ler e ou não tinham o hábito da leitura de jornais e revistas. Desse modo, os consultórios gramaticais de Figueiredo, Almeida e Barreto, que eram publicados em jornais e revistas da época, faziam muito sucesso apenas entre uma pequena parte da população brasileira.

Além disso, o público que se interessava por esse tipo de seção gramatical, naquela época, tinha boa formação escolar para conseguir entender e acompanhar as perguntas e respostas dos consultórios ou ainda fazer suas próprias consultas. Desse modo, podemos caracterizar os leitores dos consultórios gramaticais da época como parte da elite escolarizada do Brasil.

Com a democratização da educação básica, que passou a ser implantada no Brasil, a partir das décadas de 60/70, o público escolarizado brasileiro passou a ser mais diversificado. Assim, modificou-se o perfil dos usuários alfabetizados interessados em conhecer melhor a língua portuguesa.

Juntamente com o interesse comum dos usuários de uma língua por suas características, há também, entre os motivos que levam atualmente um indivíduo a procurar os consultórios gramaticais, a insegurança com o uso lingüístico, a idéia de que o português é uma língua muito difícil e a promessa de melhores ofertas de emprego para falantes da norma culta. Exemplos disso são as manchetes da revista *Veja* de 12 de setembro de 2007 que tem como reportagem principal a língua falada no Brasil e as discussões sobre a próxima reforma ortográfica. Essas manchetes são: "Como o domínio da língua impulsiona a carreira" e "Os 10 erros de português que arruínam suas chances".

Desse modo, acreditamos que o público dos consultórios gramaticais continua sendo a parcela escolarizada da população e que atualmente tem acesso também ao mundo digital. No início do século XX, o acesso a revistas e jornais era pequeno, hoje no Brasil, além de ainda existir um número muito grande de analfabetos e pessoas sem acesso ao texto escrito, temos também o problema do "analfabetismo digital". Apesar das campanhas de diminuição da exclusão digital, ainda é grande, no país, o número de pessoas que tem pouco ou nenhum contado com os meios digitais.

Podemos dizer, então, que o público dos consultórios atuais, veiculados pela internet, ainda faz parte da minoria escolarizada do país, que tem acesso a

computadores e internet. Entre os consulentes, que se identificam nos consultórios gramaticais, estão estudantes de segundo grau e pessoas com nível universitário, preocupados com o "bom" uso da língua portuguesa e com acesso ao mercado de trabalho, além de pais preocupados com a educação formal de seus filhos.

Apesar de tanto o público dos consultórios gramaticais veiculados no início do século XX, quanto o público dos consultórios atuais da internet fazerem parte de uma minoria privilegiada do país, achamos que esse público se diverge. Isso é pressuposto pela caracterização de escolarizados, privilegiados pelo acesso aos meios de comunicação mais modernos hoje e no início do século.

O público escolarizado e com acesso a informação no início do século XX era de fato a elite brasileira. Hoje o acesso à escolarização básica e aos meios de comunicação modernos estendeu-se para a dita "classe média". Assim, os consultórios antes voltados para a "elite" questionadora dos itens gramaticais, hoje tem como público pessoas escolarizadas, buscando ascensão profissional e econômica, além de aceitação social, através do uso da norma culta e da demonstração, em entrevistas de trabalho ou em concursos públicos, de seus conhecimentos gramaticais.

Outro importante fator que deve ser considerado, ao se analisar os consultórios gramaticais na internet, é a flexibilidade material desse gênero. Os consultórios gramaticais do início do século XX , conforme já mencionamos, eram publicados primeiramente em jornais e revista e depois compilados em livros. Assim, as alterações e inclusões de novas consultas nessas compilações eram feitas apenas em uma nova edição desses livros.

Os consultórios gramaticais da internet, ao contrário, por possuir consultas expostas na tela do computador e não impressas em livros, jornais ou revistas, podem ser alterados com maior facilidade. Também podem ser incluídas facilmente, nessas seções de perguntas e respostas, novas consultas gramaticais. Observamos que nas seções de consultas gramaticais, expostas nos sites analisados nesta dissertação, há a atualização periódica das consultas gramaticais.

Essas atualizações podem ser observadas nos sites pela grande incidência de inclusões de novas consultas nas seções de perguntas e respostas. Diversos são os títulos de consultas marcados pela inscrição "novo" nos sites de Moreno e Consolaro.

Exemplos disso são:

1.“praga NOVO!” (Praga, Pergunte ao Doutor, *Sua Língua*); 2.“**Prefeitura ou prefeitura municipal?** Novo!” (Prefeitura ou prefeitura, Tira-dúvidas, *Por trás das Letras*); 3. “**Tisuname ou tsunami ou tisunâmi?** Novo!” (Tisuname ou tsunami ou tisunâmi?, Tira-dúvidas, *Por trás das Letras*); 4. “**Til - onde colocá-lo?** Novo!” (Til – onde colocá-lo?, Tira-dúvidas, *Por trás das Letras*)

Muitas dessas novas consultas, incluídas nos consultórios gramaticais da internet, demonstram dúvidas, dos consulentes, relacionadas a novos fatos da realidade cotidiana, noticiados pela imprensa. Isso ocorre, no primeiro exemplo, no qual a discussão sobre o termo “praga” foi impulsionada por uma polêmica, na imprensa brasileira, sobre a tradução do vocábulo latino *plaga*, utilizado pelo papa em uma exortação a seus fiéis.

Outra consulta, em que a dúvida dos consulentes está relacionada a fatos de realidade, noticiados pela imprensa, é a pergunta sobre a grafia correta de *Tsunami* em português, visto que a imprensa, ao se referir à forte onda com alto poder destrutivo, grafa o termo de diversas maneiras.

Diferentemente dos sites *Sua Língua* de Moreno e *Por trás das Letras* de Consolaro, que é organizado por ordem alfabética, o site de Dílson Catarino, *Gramática On Line*, é organizado em ordem cronológica. Assim cada nova consulta, que é incluída na seção “Dúvidas” é exposta no início da seção. Desse modo, não é necessário, nesse site, que as consultas mais novas sejam indicadas (pela palavra “novo”), como ocorre nos outros dois sites analisados.

Observamos, no entanto, que, no momento em que caracterizamos o consultório gramatical do site *Gramática On Line* nesta dissertação[34], havia nesse site 250 consultas e que em janeiro de 2008 esse número se alterou para 253.

Quanto à organização dos consultórios gramaticais, percebemos que essa não se alterou consideravelmente ao mudar de suporte material (passagem do suporte impresso

[34] O primeiro levantamento sobre o número de questões da seção “Dúvidas” do site *Gramática On Line* foi feito em março de 2007, conforme já mencionamos.

para o digital), pois poucos são os mecanismos próprios desse suporte utilizados pelos consultores ao expor suas seções de consultas gramaticais.

Há, entretanto, em *Por trás das Letras* de Hélio Consolaro, o uso de links tanto para "ligar" as diferentes seções do site, quanto para expor outros sites com assuntos relacionados à gramática e língua portuguesa. Esses links "internos" são utilizados como respostas a dúvidas sobre temas já mencionados em outras seções do site. Isso aparece, por exemplo, no assunto "parônimas e homônimas", no qual há um link para um texto sobre o assunto, pertencente à seção "Gramática/Lingüística".

Os links para outros sites citados em *Por trás das Letras* são, entre outros, de dicionários, da Academia Brasileira de Letras (ABL) e de outros sites de metalinguagem da língua portuguesa. Já em *Gramática On Line*, só há link para sites organizados por Catarino como o *Fovest* da *Folha On Line* e o *Blog do Prof. Dílson*. Nesse site não há links internos entre as seções. Em *Sua Língua* de Moreno não há nenhuma forma de link ou outro mecanismo típico do suporte digital.

Um aspecto que pode ser considerado uma marca dos consultórios gramaticais e que aparece no discurso tanto dos enunciadores dos consultórios gramaticais impressos no início do século XX, quanto no do par conversacional dos consultórios gramaticais modernos, com suporte digital, é a intolerância e o preconceito lingüísticos.

3.3. Marcas de Preconceito e Intolerância Lingüísticos nos Consultórios Gramaticais

Para se falar de intolerância e preconceito lingüísticos, é necessário, antes de adentrar ao tema, definir o significado das palavras intolerância e preconceito, demonstrando o que há em comum entre esses conceitos e o que os difere. Além de mostrar como o binômio tolerância/intolerância se tornou presente no mundo ocidental moderno.

Após essas considerações, falaremos especificamente do preconceito e da intolerância lingüística e em seguida passaremos a analisar suas marcas nos consultórios gramaticais.

3.3.1. Concepções de Preconceito e Intolerância

O conceito de intolerância faz parte da nossa sociedade há séculos, porém, conforme o mundo foi se transformando, esse conceito também se modificou. Segundo Bobbio (1992: 2003), a princípio, o termo era usado ao se tratar apenas de aceitação ou não da religião ou postura política de minorias. Desse modo, quando os filósofos dos séculos XVII e XVIII, John Locke e Voltaire, escreveram sobre esse tema em suas respectivas obras *Carta acerca da Tolerância* e *Tratado sobre a Tolerância*, preocupavam-se com a intolerância religiosa, muito praticada naquele momento. Hoje o termo foi generalizado e é também utilizado ao se referir à intolerância direcionada a qualquer tipo de minoria (étnica, lingüística etc.).

Cardoso (2003:57) também observou que na modernidade o conceito de intolerância/tolerância sofreu ampliação, pois no renascimento o termo tolerância se referia basicamente à liberdade religiosa e já no século XIX, esse passou a referir-se à liberdade de pensamento, de expressão e de ações.

Assim, acreditamos ser necessário diferenciar o sentido desses dois tipos de intolerância: 1.intolerância a crenças e opiniões diversas, que implica um discurso sobre a verdade. Ex. intolerância política e religiosa; 2. intolerância face ao diferente, por motivo físico ou social. Ex. intolerância com o negro, o pobre, o homossexual, entre outros.

Para Bobbio (1992:204), esses dois sentidos de intolerância possuem diferentes causas. "A primeira deriva da convicção de possuir a verdade; a segunda deriva de um preconceito". Após diferenciar o significado histórico e geral de tolerância, esse teórico diz que diferentes "verdades" religiosas devem ser toleradas, sem que adeptos das várias religiões "abram mão" de suas doutrinas, porém, diferenças raciais, étnicas, entre outras, devem ser aceitas e respeitadas, não apenas toleradas.

Conforme afirma o sociólogo Rouanet (2003:10), o mundo judaico-cristão herdou, juntamente com a idéia monoteísta de um Deus único, a intolerância religiosa, não existente na Antiguidade Clássica, politeísta e dessa forma hospedeira de deuses de

outros povos.

Segundo Voltaire (apud Cardoso 2003:43), tanto os gregos quanto os romanos eram muito tolerantes com as diferentes religiões, a ponto de os atenienses ter um altar destinado aos deuses estrangeiros, que não podiam conhecer. Assim, os motivos de condenações na Antigüidade eram, em geral, por rebeldia civil, não por problemas religiosos.

Foi na idade média, com o apogeu da igreja católica, que a intolerância religiosa ganhou traços alarmantes. Nos séculos XVI e XVII, devido ao grande número de conflitos causados pela intolerância com as religiões minoritárias, o comportamento tolerante com as minorias religiosas foi ordenado, e esse conceito passou a ser jurídico. (Habermas, 2003:10) . Mas foi somente com o Iluminismo que a tolerância passou a ser um princípio de ordem geral, imposto pela razão, não mais uma concessão outorgada pela autoridade estatal (Falcon, apud Bueno, 2006:24).

Para Cardoso (2003:85), há, no cerne das idéias de liberdade presentes no ideal iluminista e no regime liberal europeu, profundas ambigüidades, pois

> de um lado a razão iluminista emancipou o indivíduo, ao dissolver o dogmatismo religioso e a superstição, de outro, com seu caráter instrumental, ela acabou colocando os homens em constante tensão e luta contra a natureza exterior e interior e dos homens entre si.

Esse momento segue uma lógica mercantil, em que ciência e trabalho alienam o homem moderno, que para obter sucesso renuncia a si mesmo enquanto ser humano.

Outra contradição apontada por Cardoso (2003:89) são os fatos ocorridos no território americano: escravidão e violência contra negros e o massacre indígena, juntamente com a imposição da cultura branca européia a esses povos.

Como explicação desses fatos, devemos salientar que as idéias de tolerância e liberdade clamadas naquela época foram elaboradas aos moldes europeus e assim, as outras culturas foram julgadas a partir de parâmetros do eurocentrismo. Segundo a visão do colonizador europeu, os povos americanos e negros faziam parte de uma cultura primitiva. Assim, deveriam ser civilizados mesmo contra vontade, pois não possuíam vontade racional, livre a autônoma.

Com o renascimento e o desenvolvimento do iluminismo e das idéias

racionalistas, formou-se no mundo ocidental um paradigma cultural de ser humano que era o do homem (masculino), branco, adulto, europeu ocidental, cristão, culto, racional e materialmente desenvolvido. "Encontra-se aí a raiz de grande parte dos preconceitos em relação à mulher, ao homossexual, ao negro, ao índio, á criança, ao velho, aos imigrantes, aos membros de religiões não cristãs, aos incultos, aos pobres etc.(Cardoso, 2003:15). Apesar das constantes discussões acerca da diversidade cultural e da aceitação às diferenças, esse paradigma de ser humano"desenvolvido" persiste até hoje.

No mundo atual, a luta pela sobrevivência e a concorrência no mercado de trabalho, juntamente com a ideologia de valorização da cultura nacional, fez ressurgir na Europa uma nova era de intolerância diante dos movimentos migratórios de trabalhadores de países periféricos.

Desse modo, no final do século XX, incentivado por ações da Unesco, ressurgiu o debate sobre a intolerância no mundo todo. Entre 1994 e 1995 foram realizadas sete grandes conferências internacionais sobre o tema[35]. Nesses debates a intolerância ganhou novas definições e contextualizações. Os diversos participantes dessas conferências, no entanto, concordaram ser necessária a educação para a tolerância.

Diversos intelectuais como Marcuse (1970:89), Bobbio (1992:110/111) e Cardoso (2003:14) contrapõem uma definição positiva de tolerância a uma definição negativa desse conceito. Bobbio (1992:110/111) salienta ainda que o conceito oposto intolerância também tem dois significados, negativo e positivo e que tolerância em sentido positivo se opõe a intolerância em sentido negativo e vice-versa.

Assim, seguindo esses conceitos, tolerância pode significar: 1. aceitar o outro, o diferente; ter consciência da alteridade (tolerância positiva) 2. indulgência culposa, condescendência com o mal por preguiça ou cegueira de valores (tolerância negativa). E intolerância : 1. severidade, rigor, firmeza (intolerância positiva) 2. indevida exclusão do diferente (intolerância negativa).

Ao utilizarmos livremente esses conceitos, referimos à tolerância em sentido positivo e à intolerância em sentido negativo. No entanto, nas sociedades democráticas, discute-se os limites da tolerância, ou seja, o que deve ser permitido e o que deve ser

[35] Cardoso (2003) faz um pequeno resumo dos temas debatidos nessas sete conferências internacionais, promovidas pela Unesco.

vetado, sem que isso seja autoritarismo. Para Marcuse (1970:113) a suspensão do direito de expressão apenas se justificaria se a sociedade estiver em perigo extremo, porém, o que define uma sociedade em perigo também são critérios subjetivos e questionáveis.

Bobbio (1992:213) e Rounet (2003:11) pregam a não tolerância com os intolerantes. Este ainda afirma que não devemos aceitar passivamente o inaceitável, como as guerras, a violência urbana das grandes cidades, a miséria dos países de terceiro mundo, entre outros.

Muitas vezes, o uso dos termos intolerância e preconceito é feito indiscriminadamente como se esses verbetes fossem sinônimos, pois esses dois termos têm em comum a não aceitação do outro, do diferente. Leite (2008), no entanto, com base nas definições de tolerância e intolerância dos filósofos Voltaire (1994[1764]) e Bobbio (1992), aponta como principal diferença entre os verbetes o fato do traço semântico mais forte das definições de intolerância ser um comportamento, uma reação explícita a uma idéia ou opinião. Já o preconceito, ao contrário, pode ser uma idéia, que jamais se revele. Desse modo, ele não leva o sujeito à construção de um discurso acusatório sobre a diferença.

Assim, podemos dizer que o preconceito "não tem origem na crítica, mas na tradição, no costume ou autoridade" (LEITE, 2008) e "pode construí-se sobre o que nem foi pensado, mas assimilado culturalmente" (LEITE, 2008) e "a intolerância, por sua vez, nasce, necessariamente, de julgamentos, de contrários e se manifesta discursivamente. É resultado da crítica e do julgamento de idéias, valores, opiniões e práticas." (LEITE,2008)

Levando esses conceitos para o âmbito da linguagem, Leite (2008) diz ainda que o preconceito lingüístico:

> é a discriminação silenciosa e sorrateira que o indivíduo pode ter em relação à linguagem do outro, é um não-gostar, um achar feio ou errado um uso (ou uma língua), sem a discussão do contrário, daquilo que poderia configurar o que viesse a ser bonito ou correto. É um não-gostar sem ação discursiva clara sobre o fato rejeitado. A intolerância, ao contrário, é ruidosa, explícita, porque, necessariamente, se manifesta por um discurso metalingüístico, calcado em dicotomias, em contrários, como, por exemplo, tradição x modernidade, saber x não-saber e outras congêneres.

Passaremos agora a falar especificamente do preconceito e da intolerância lingüística

3.3.2. O Preconceito e a Intolerância Lingüística

Como sabemos, a língua é um fenômeno social, pleno de valores e ideologia. Assim, para analisarmos discursivamente os enunciados produzidos nos consultórios gramaticais, devemos levar em conta o contexto histórico-social em que os textos são produzidos, pois é através da língua que os falantes mostram suas ideologias. Conforme afirma Bakhtin (1981:36) "A palavra é o fenômeno ideológico por excelência".

A intolerância e o preconceito lingüístico são fatos de atitude lingüística, que revelam o comportamento de um falante frente à linguagem do outro. Essa metalinguagem preconceituosa e ou intolerante, muitas vezes, tem como ponto de partida outros preconceitos, de diferentes ordens, social, político, religioso, racial etc.

Assim, a relação língua/usuário/sociedade é fundamental para se fazer reflexões sobre a língua, seus usos e variações. Todas as variedades de uma língua possuem o mesmo valor lingüístico, porém, adquirem valores sociais diferentes. O valor social das variedades lingüísticas está diretamente relacionado ao valor social de seus falantes.

Dessa forma, podemos dizer que a variante lingüística de pessoas com grande prestígio social e econômico também possui grande prestígio e é utilizada como base para fixação da variante padrão da língua. Uma variação lingüística (infração à tradição gramatical) ao ser usada por falantes de uma classe social de prestígio, apesar de ser vista com "maus olhos" por gramáticos e falantes mais tradicionais, não é tão estigmatizada quanto uma variação usada apenas por falantes de baixa classe social e pode até se tornar uma mudança lingüística, ou seja, tornar-se regra e ser aceita pelos falantes.

O preconceito social, juntamente com o preconceito contra diversas variedades da língua, gera crenças comuns como a da decadência lingüística e a de que alguns falantes não sabem falar sua própria língua, entre outras. Na base desse

preconceito está a idéia de que a língua é imutável e de que há apenas um uso lingüístico "correto" que é o uso pautado nas regras prescritivas da norma padrão.

Segundo Leite (2005b:184), no entanto," O que realmente existe é um mosaico de normas, um leque de possibilidades de realização da língua, e entre essas possibilidades há uma realização, falada ou escrita, que se aproxima mais do que prescreve a gramática normativa". Assim, podemos definir língua como um contínuo de variedades. Essas variedades lingüísticas são formadas graças às características sócio-regionais de seus falantes e à situação de comunicação, em que a língua é atualizada.

Halliday (1974:105) afirma que todo falante aprende como sua L1 (língua materna) uma variedade da língua de sua comunidade lingüística[36]. E diz ainda que "a variedade de uma língua que um indivíduo usa é determinada por quem ele é". E em seguida explica que ao dizer "quem ele é" refere-se a "de onde ele vem", pois a região de origem do falante é um dos fatores que interferem em seu uso lingüístico.

Segundo o autor, além da região de origem do falante, outro fator que interfere na formação das variedades lingüísticas é a classe social que o usuário da língua pertence ou se esforça em penetrar. Desse modo, Halliday (1974:105-109) define como dialeto as variedades lingüísticas faladas por grupos de falantes com características sócio-regionais semelhantes.

A classificação dos diferentes dialetos é feita de acordo com os usuários da língua, no entanto, há ainda outro fator que causa a variação lingüística, o uso que é feito da língua, ou seja, há uma convenção, segundo a qual certo uso lingüístico é adequado a certas situações ou contextos. "O nome dado a uma variedade da língua diferenciada de acordo com o uso é registro." (HALLIDAY, 1975:111).

Ao falar e escrever, os indivíduos combinam dialeto e registro, produzindo então diferentes variedades de uma língua. Halliday (1975:119) dá à fala individual de cada falante o nome de idioleto, porém, afirma que se analisarmos a língua de um indivíduo em um determinado espaço de tempo, provavelmente, perceberemos variações em seu idioleto, pois "as transformações ocorrem não somente na transmissão da língua de uma geração á seguinte, mas também nos hábitos de falar do indivíduo no curso de sua

[36] Segundo Halliday (1974:100), comunidade lingüística é um grupo de pessoas que se consideram falantes de uma mesma língua.

vida".

Também segundo esse autor, "a condição normal da língua é modificar-se" (HALLIDAY, 1975:106) e nada determina que os diversos dialetos de uma língua modifiquem-se em uma mesma direção. Dessa forma, os dialetos tendem a se diversificarem, por isso, as sociedades modernas necessitam de que um dialeto seja escolhido pela comunidade lingüística como norma padrão, menos propícia às modificações lingüísticas, pois esse é formalizado e suas regras prescritas nas instituições educacionais.

Esse dialeto, em tese, em uma sociedade com alto índice de educação formal, servirá como língua franca, utilizada por falante de diferentes dialetos, em situações sociais formais. Conforme já mencionamos, não existem normas lingüísticas superiores e inferiores, no entanto, a norma padrão, escolhida como tal pela comunidade lingüística por fatores histórico-sociais, e as variedades da língua que se aproximam dessa norma, possuem maior prestígio social que as demais normas do idioma.

Quanto ao conceito de norma, Leite (2005b:187) afirmou que há várias teorias sobre esse assunto e citou três diferentes perspectivas teóricas que a define. São elas: 1. a perspectiva lingüística de Coseriu (1987); 2. a perspectiva pragmática de Rey (2001) e a perspectiva antropológica de Aléong (2001).

Coseriu[37] (1987:13-56) ao reanalisar a famosa dicotomia saussuriana (fala"parole"/língua"langue"), utilizou esse conceito como intermediário entre a fala (individual e concreta) e a língua (coletiva e abstrata). Desse modo, a norma é o resultado dos elementos lingüísticos que são ao mesmo tempo concretos (atos de fala) e sociais (em acordo com a forma de se expressar de seu grupo social).

Bartsh (1987:150-192) discutiu como diversos autores entenderam o termo norma. Grosso modo, os lingüistas aceitam o termo como "realização social dos usos lingüísticos", definição que aparece tanto em Hjelmslev, quanto em Coseriu.

O autor de *Norms of language* também diferenciou normas e regras, definindo aquelas como obrigatórias e estas como facultativas. Para esse autor, as normas possuem força normativa e o desvio delas é recebido com correções e sanções

[37] Segundo Leite (2005b:188), Hjelmslev foi o primeiro estudioso a introduzir o conceito de norma na lingüística e Coseriu retomou o conceito criado pelo lingüista dinamarquês ao construir sua teoria tripartite "sitema, norma e fala".

negativas, já as regras pressupõem um jogo ou um ritual e são obrigatórias apenas para quem participa do jogo. Essas, no entanto, podem se transformar em norma, quando toda a comunidade for incluída no jogo ou ritual.

Rey (2001:120-132), diferentemente de Coseriu[38], reconheceu a existência de diversas normas lingüísticas e, assim, definiu três tipos de normas: objetiva, prescritiva e subjetiva. Para esse autor, norma objetiva é tudo que é freqüentemente utilizado na língua. Essa é a noção concreta de norma, pois leva em consideração a língua em uso. A norma prescritiva é um conjunto de regras, baseado na variação lingüística considerada culta, que é imposto ao falante. Ao modelo de língua considerado ideal e, dessa forma, abstrato dá-se o nome de norma subjetiva.

Já Aléong (2001:147) insere diretamente as reflexões sobre as normas lingüísticas no âmbito dos estudos antropológicos, pois afirma que a norma é a constatação de que a língua é um fato social, pois serve para a comunicação e o ato de comunicação pressupõe a existência de dois ou mais falantes em interação.

Esse autor afirma ainda que a sociedade é "organizada segundo princípios ou regras que enquadram e condicionam o comportamento individual. O princípio de base é o da regulação social que impõe normas sociais ou esquemas de comportamento"(ALÉONG, 2001:147). Assim, sendo a linguagem um fato social, "pode-se conceber a existência de normas sociais do comportamento lingüístico, que determinam ou, melhor, condicionam o conteúdo e as formas de interação lingüística" (ALÉONG, 2001:150).

Assim como Rey (2001:120-132), Aléong (2001:153) aceita a existência de diversas normas lingüísticas e faz distinção entre elas. Esse autor distingue normas implícitas de normas explícitas, ao definir norma implícita como os usos concretos pelos quais os falantes de uma língua se expressam e normas explícitas como o conjunto de regras lingüísticas prescritas aos falantes.

Tanto Rey (2001:116/117), quanto Aléong (2001:148), em seus textos, mencionados nesta dissertação, partem da diferenciação dos termos normal e normativo

[38] Coseriu (1987:13-56) fala apenas em norma lingüística (no singular) e Rey (2001:120-132) foi mais a fundo nessa definição e reconheceu a existência de diversas normas em uma mesma língua. A inegável importância de Coseriu (1987:13-56) para o estudo desse tema, no entanto, foi definir de forma mais clara a noção de norma lingüística, já introduzida por Hjelmslev(1943, apud LEITE, 2005b:193).

para definir norma, pois, para esses lingüistas, o conceito de norma pode se aproximar tanto da definição de normal quanto de normativo.

Dentro dessa teoria, normal significa o que é observado frequentemente no comportamento real e normativo constitui-se regras feitas através de juízo de valores. Assim, o termo normal se aproxima das definições de norma implícita de Aléong e de norma objetiva de Rey e o termo normativo, das definições de norma explícita de Aléong e de norma prescritiva de Rey.

Segundo Rey (2001:125/126), cada língua possui apenas um sistema e tudo que foge àquele sistema é agramatical. Há, no entanto, atualizações aceitas pelo sistema que são consideradas erradas pela norma. O olhar ingênuo de usuários e estudiosos de língua, porém, não vê essas atualizações como fatos de variação, mas como erros no sistema lingüístico e seu falante como alguém que não sabe sua língua. Pode-se dizer, no entanto, que esses fatos lingüísticos de variação, considerados errados, são apenas inadequados à norma padrão.

Faraco (2002:39-42), porém, salientou que não devemos confundir norma-padrão com norma-culta, pois aquela é abstrata e corresponde ao modelo ideal a ser usado[39] e esta é a norma social de um grupo fortemente escolarizado, que possui, desse modo, cultura letrada e por isso se auto-denominou de culto.

De acordo com outro lingüista, Bueno:

> podemos dizer que a norma padrão tem um aspecto fortemente marcado pela ideologia, enquanto a norma culta é basicamente social e serve para manutenção de uma determinada hierarquia sócio-lingüística. É a partir de uma norma-culta instituída e considerada como uma "lei" reconhecida e aceita pela sociedade, que surgem os julgamentos a respeito das demais variantes constitutivas de uma língua. (BUENO, 2006:35/36)

Apesar da norma culta não ser a norma padrão, ela está mais próxima do padrão lingüístico, pois é utilizada por falantes cultos que conhecem as regras prescritivas da gramática normativa (baseada na norma padrão).

Ainda segundo Faraco (2002:42), a norma padrão tem grande importância enquanto força centrípeta, ou seja, força que busca a conservação e a estabilização lingüística. Essa norma, no entanto, nunca anulará a diversidade lingüística, que é o

[39] A definição de norma padrão de Faraco (2002:42) muito se aproxima da definição de norma subjetiva de Alain Rey (2001:128/131).

retrato da pluralidade social e cultural de um país.

Mesmo com o desenvolvimento da sociolingüística e dos conceitos, já mencionados, de variação e mudança lingüística, o ensino das línguas modernas hoje ainda é pautado quase que exclusivamente na gramática normativa ou prescritiva, que dita ou prescreve regras. Essa tradição é uma herança do mundo greco-romano que postulou o "bom uso" da língua, tendo como modelo a escrita literária de autores do passado e não levando em consideração as mudanças lingüísticas e as variedades dialetais. Embasadas nessa tradição, também chegam até nós as idéias de língua bela ou feia, boa ou má e de língua correta ou incorreta.

O cerne da intolerância e do preconceito lingüístico no Brasil está justamente na aceitação da norma-padrão como sinônimo de língua correta e no grande fosso lingüístico existente entre essa norma e as normas lingüísticas realmente utilizadas pela população brasileira.

Conforme afirmou Bueno (2006:37),“ a formação da norma-padrão no Brasil foi construída por uma mínima parcela da população que determinou 'os rumos do país' e, conseqüentemente, alijou a maior parte da sociedade não apenas das decisões, mas também das representações de nacionalidade".

Desse modo, a variante-padrão brasileira foi construída com base na tradição lusitana e na escrita de literatos do passado. Isso, de acordo com Faraco (2002:43), demonstra, além de nossa forte tradição normativa, herdada dos países de língua latina, o desejo da elite brasileira de viver em um país branco e europeizado.

Como a distância existente entre o padrão artificial lingüístico do Brasil e a norma realmente falada no país sempre foi imensa, mesmo se tratando da norma culta, surgiram então os movimentos puristas do final do século XIX, entre eles os consultórios gramaticais, e as idéias de caos e decadência lingüística, junto com essas idéias também apareceram fortemente o discurso preconceituoso e intolerante sobre a língua falada no país.

Em países com alto índice de analfabetismo, como o Brasil, em que muitos usuários da língua, por não ter acesso à escolaridade básica, não conhecem a norma padrão, o fosso lingüístico entre a língua falada pela maior parte da população e essa norma ainda é maior que em países desenvolvidos. Desse modo, no país, o número de

pessoas que acreditam no "caos" lingüístico é enorme e é comum ouvirmos frases como "eu não sei falar direito português "ou "português é uma língua muito difícil".

Em um país com tanta desigualdade como o Brasil, o preconceito e a intolerância são sentidos tanto pelo pobre, quanto pelo negro, pelo nordestino e pelo analfabeto. No entanto, a raiz de todos esses preconceitos é a intolerância social contra o pobre, pois o negro, o nordestino e o analfabeto sofrem preconceito principalmente por fazerem parte da parcela mais pobre da sociedade. Não que não exista no Brasil o preconceito racial contra o negro e o nordestino, mas quando esse negro ou nordestino faz parte da parcela da sociedade escolarizada e elevada economicamente, o preconceito e a intolerância são amenizados e muitas vezes disfarçados.

Assim, concluímos que grande parte do preconceito e da intolerância lingüística guarda em sua raiz o preconceito e a intolerância social, contra o pobre, pouco escolarizado ou analfabeto, que não utiliza a norma culta para se comunicar. Junto com esse preconceito vem a idéia de que o falante de norma popular (pobre) tem dificuldade para pensar e por isso fala de forma "tosca".

Esses preconceitos aparecem com grande freqüência na imprensa brasileira. Exemplos disso são: 1. a afirmação do jornalista João Gabriel de Lima, em sua reportagem *Falar e Escrever, eis a questão*, feita para a revista Veja, que insinua que quem não fala norma-culta não sabe pensar.[40] 2. a depreciação da fala do presidente Lula e por extensão da linguagem popular, feita pela jornalista Dora Krammer, em seu artigo *Em Nome da Lei do Menor Esforço*.[41]

Segundo Leite (2005a:81), no entanto, a intolerância lingüística não é muito mencionada e ou analisada, como outras formas de intolerância e preconceito, e assim, passa despercebida pela opinião pública, porém, ela

> existe e é tão agressiva quanto outra qualquer, pois atinge o cerne das individualidades. A linguagem é o que o homem tem de mais íntimo e o que representa a sua subjetividade. Não é exagero, portanto, dizer que uma crítica à linguagem do outro é uma arma que fere tanto quanto todas as armas.

[40] "Os brasileiros que tentam melhorar seu português estão aprendendo a pensar melhor" (Veja, ed. 1725,n.44, ano 34:112, apud LEITE, 2003:177)

[41] "há de haver uma explicação para o empenho do governo em geral e do presidente Luiz Inácio da Silva em particular na consolidação do pensamento banal, da palavra tosca e do ato irrelevante como valores representativos do caráter nacional" (O Estado de São Paulo, 26/01/2005,apud LEITE, 2008)

A seguir passaremos a analisar a intolerância e o preconceito lingüístico nos consultórios gramaticais impressos no início do século XX, e nos consultórios modernos, veiculados pela internet.

3.3.3. Estudo de Casos de Preconceito e Intolerância Lingüística nos Consultórios Gramaticais

Com base nas definições de preconceito e intolerância, passaremos a analisar casos de preconceito e intolerância lingüística no discurso dos consultórios gramaticais impressos no início do século XX e nos veiculados atualmente na internet. Assim, procuraremos comparar o discurso dos consultórios gramaticais nesses dois diferentes momentos da história da língua portuguesa brasileira.

Iniciaremos nossa análise pelo discurso metalingüístico presente nos consultórios gramaticais do início do século XX, utilizados nesta dissertação.

Analisaremos tanto o discurso dos consultores quanto dos consulentes, pois, conforme já mencionamos, todo falante demonstra seu ponto de vista e ideologias através de seu discurso, com os consulentes isso não é diferente. Assim, observamos que não só os consultores desse gênero discursivo constroem enunciados metalingüísticos intolerantes e ou preconceituosos, esse tipo de enunciado também aparece no discurso dos consulentes.

3.3.3.1. Intolerância e Preconceito Lingüístico nos Consultórios Gramaticais Impressos no Início do Século XX

Conforme já mencionamos, os consultórios gramaticais iniciaram-se no final do século XIX como parte dos diversos movimentos de conservação da língua que, naquele momento, fez frente ao processo de inovação lingüística que se desenvolvia no país.

Desse modo, podemos afirmar que a maioria dos consultores gramaticais (se não

todos), que respondiam às dúvidas dos consulentes nesse gênero discursivo analisava a língua de forma extremamente tradicional. No discurso desses consultores, portanto, podemos detectar tanto marcas claras de intolerância lingüística quanto de preconceito lingüístico.

Da mesma forma, fica clara a postura prescritiva não só dos consultores, que respondem às dúvidas dos consulentes com base nas regras propostas pela norma padrão do português, mas também dos consulentes que procuram os consultórios gramaticais em busca de regras fixas para "problemas" gramaticais. Assim, percebemos ainda que muitos dos enunciados dos consulentes podem também ser considerados preconceituosos ou intolerantes.

3.3.3.1.1. O Preconceito Lingüístico

O preconceito lingüístico como aparece, muitas vezes, entre as idéias lingüísticas tanto dos consultores quanto dos consulentes, pode estar implícito no discurso e nem ser notado. Detectamo-lo, porém, através de determinadas idéias lingüísticas presentes nos enunciados dos consultórios. Ideologias que sugerem o preconceito são: 1. a confusão entre a norma padrão do português e essa língua como um todo; 2. O "dever" de cada usuário da língua de falar e escrever sempre em norma padrão e 3. O "dever" dos usuários da língua seguirem sempre o uso lingüístico feito por literatos do passado.

Transcreveremos alguns trechos de enunciados dos consultórios gramaticais do início do século XX para demonstrar as marcas de preconceito lingüístico presentes nesses textos Nesse primeiro exemplo, Figueiredo disse claramente que usuários de determinada forma gramatical não sabem português:

Exemplo 1

"Um amigo dos Caturras pregunta-me da Beja a razão porque, (aliás, por que) se escreve – O AZUL CLARO E O CÔR DE ROSA SÃO AGRADÁVEIS À VISTA: e não – O AZUL CLARO E A CÔR DE ROSA, etc.

Escreve-se assim, quando se não sabe português. O azul, o vermelho, o amarelo, acumulam as funções de adjetivos e de substantivos masculinos; a côr de rosa foi sempre feminina, e só póde antepor-se-lhe o artigo o (masculino), quando o artigo indica o objeto que tem côr de rosa, ou côr de roman, ou côr de cidra...Exemplo: - Dos teus vestidos, prefiro o cor de rosa, isto é, o vestido cor de rosa. –

Compreende o Amigo?" (Figueiredo, 1911:230)

Nesse caso, o consultor fala diretamente que quem não faz a concordância entre o artigo "a" e o substantivo "côr" não sabe português, no entanto, é comum ouvirmos frases como a mencionada pelo consulente. Nesse tipo de enunciado, o artigo masculino do primeiro substantivo (o azul) influencia o uso do artigo masculino para cor de rosa (o cor de rosa).

No exemplo 2, Figueiredo, ao responder à consulta de um consulente que questionou o fato do consultor usar o léxico preguntar ao invés de perguntar, disse:

Exemplo 2

"(...) Nunca inventei nada. Preguntar é forma corrente no espanhol, língua irman da nossa; e em vocábulos paralelos de línguas irmans não póde haver uma etimologia para um lado e outra para outro.

O povo diz preguntar, o que é razão de alto valor. O dialecto português de Ceilão, reflexo do português quinhentista, tem ainda pruguntar. O cancioneiro da ajuda diz preguntar; o autor da Eufrosina (pág. 71, 88 e 94, pelo menos), escreveu preguntar; o nosso velhíssimo dicionarista Jerónimo Cardoso traz preguntar e não perguntar (...)

Vê-se que preguntar é fórma antiga, nacional e exacta. Mas, com o tempo, foi-se corrompendo o vocábulo e, nos princípios do século XVIII, já o Bento Pereira, na sua Prosódia, registava as duas fórmas: a exacta preguntar, e a corruta, perguntar. Nos fins daquele século, a corrutela havia-se generalizado entre os escritores(...)" (FIGUEIREDO, 1929a: 9).

Esse trecho demonstra a preferência do consultor por palavras antiga, utilizadas

por grandes literatos do passado e registrada em antigos dicionários. Podemos, então, classificar esse consultor como purista, pois além de ele não aceitar com facilidade termos advindos de outras línguas, "bradou" também contra as mudanças lingüísticas.

Esse consultor utilizou o uso popular e o dialeto de Ceilão como justificativas do vocábulo "preguntar" por essas variedades da língua estarem mais perto do uso antigo desse vocábulo.

Após citar dicionário e literatos antigos, como modelares usuários da língua, que empregaram em seus texto o verbo "preguntar", Figueiredo descreve a transformação ortográfica desse termo, utilizando o verbo "corromper" para descrever essa mudança lingüística (transformação do léxico preguntar em perguntar).

Com essa escolha lexical do verbo "corrompendo", da expressão "forma corruta", e do substantivo "corrutela" para descrever o surgimento da palavra "perguntar", esse gramático indicava que, para ele, esse termo novo era o empobrecimento do antigo léxico que havia se estragado ou se decomposto. Assim, indiretamente, acusou os usuários do léxico moderno (perguntar) de adulterarem sua própria língua, levando-a à decadência.

No exemplo 3, Figueiredo não aceitou a forma brasileira do léxico "percentagem", que é "porcentagem", termo utilizado até hoje no Brasil e dicionarizado como sinônimo de percentagem[42]:

Exemplo 3

" – 'Percentagem? Ou porcentagem?' –

Porcentagem é forma brasileira, moderna e inútil. A palavra percentagem formou-se na vigência da preposição per, e como tal se tem mantido e se manterá." (FIGUEIREDO, 1929a:129/130)

Ao enumerar os adjetivos "brasileira", "moderna" e "inútil" para caracterizar a forma "porcentagem", Figueiredo deu aos termos "brasileiro" e "moderno" tom pejorativo, pois colocou esses dois adjetivos, juntamente com o adjetivo inútil. Assim,

[42] Fontes: Ferreira (1995:496, 519) e Houaiss (versão digital)

sugeriu que termos brasileiros modernos, que se distanciam da palavra latina da qual foi derivado, é criação inútil.

Com essa postura, o consultor demonstrou seu preconceito e sua não aceitação das mudanças lingüísticas. Para ele, quanto mais próximo um vocábulo estiver de sua palavra latina de origem, mais correto e coerente é esse vocábulo.

No português brasileiro, entretanto, a preposição "per" que deu origem ao termo "percentagem" se transformou na preposição "por", daí o léxico "porcentagem", atualmente mais utilizado no Brasil que a palavra que o originou "percentagem", pois como não temos mais a preposição "per", o termo porcentagem parece ser mais lógico.

Quanto à previsão de Figueiredo de que a palavra "percentagem" se manteria, apesar que não se basear em fatos de língua, foi acertada, pois essa ainda aparece, mesmo em dicionários brasileiros com sinônimos de porcentagem. O que esse gramático não previu foi que o termo "porcentagem" passaria, ao menos no português brasileiro, a fazer parte da norma culta, sendo mais usado que o termo que lhe deu origem. Desse modo, um termo utilizado por falantes do português, mesmo que em território americano, não poderia ser considerado inútil, como o caracterizou Figueiredo.

No bojo dessa postura do consultor está o preconceito com a língua portuguesa atualizada no continente americano. Como esse gramático, em sua consulta, não levou em consideração os usos lingüísticos do português brasileiro, ao falar dos dois léxicos em questão, podemos afirmar que ele acreditava ser o português europeu mais puro e correto que o americano.

No exemplo 4, há o preconceito com palavras híbridas, consideradas mal formada tanto pelo consulente quanto pelo consultor:

Exemplo 4

" - Pergunta o consulente se não teria sido melhor que o sr. dr. Plácito Barbosa intitulasse o seu dicionário Dicionário da nomenclatura médica portuguesa do que Dicionário da terminologia médica portuguesa como lhe chamou o ilustre escritor.

Terminologia é palavra híbrida; mas, apesar-de seu vício de origem, está

geralmente aceita e naturalizada. Registram-na os lexicógrafos: veja-se o Dicionário Contemporâneo, o Dicionário manual etimológico de Francisco Adolfo Coelho (...)

Em páginas exemplares de vernaculidade como as de Camilo Castelo Branco e as de Rui Barbosa, encontramos o composto híbrido terminologia" (BARRETO, 1921a:153)

A sugestão do consulente, que era a substituição do léxico "terminologia" por "nomenclatura" no título do dicionário de Plácito Barbosa, demonstra que esse leitor desabonava o vocábulo escolhido por Barbosa para fazer parte do título de sua obra. Provavelmente, havia, naquele momento, gramáticos que rejeitavam esse termo e o consulente de Barreto conhecia essa postura metalingüística.

Pelo enunciado do consultor, presente no exemplo, podemos intuir que o motivo para a palavra "terminologia" não ser aceita, por gramáticos e professores de português mais conservadores, era o fato desse termo ser híbrido, ou seja, "palavra formada por elementos tomados de línguas diferentes"[43]

Assim, deduzimos que o consulente de Barreto era contra o uso de palavras híbridas, provavelmente, por considerá-las mal formadas. No âmago dessa postura está a idéia de que existem palavras puras e bem formadas e palavras impuras e mal formadas. Esse preconceito fazia parte das idéias lingüísticas desse interlocutor das consultas gramaticais, que com sua dúvida, deixou explícita sua forma de pensar e seu preconceito.

Já o consultor Barreto defendeu o termo por esse já ser aceito por grande parte dos lexicógrafos e utilizado por escritores como Camilo Castelo Branco e Rui Barbosa, porém, caracterizou o vocábulo como vicioso, ao mencionar que esse tinha um "vício de origem".

Desse modo, podemos dizer que seu discurso também é preconceituoso, pois esse consultor classificava os léxicos híbridos como inferiores a outros termos e só os aceitava quando esses já estavam consolidados na língua culta e eram utilizados por literatos, considerados por ele, exemplares.

Barreto, em muitos de seus consultórios, utilizou como critério, para

[43] Dicionário Houaiss, versão digital.

classificar atualizações lingüísticas em “corretas” ou “incorretas”, o uso ou não desses fatos lingüísticos em obras literárias. No exemplo 5, o próprio consultor comentou essa sua postura:

Exemplo 5

“Está correcta a frase: - ‘Em justiça chama-se a isto uma coartada.’

Se meu consulente tivesse lido António Feliciano de Castilho e Camilo Castelo Branco, não teria dúvidas sobre a correção da frase, porque devia lembra-se de que são estes dos mais apurados escritores portugueses do século passado. Diante dos seguintes exemplos as dúvidas não têm razão de subsistir, e sómente quando me sinto esteado em autoridades da língua é que me abalanço a afirmar o que é correcto ou incorrecto. A não ser assim, não tenho jeito para legislador: ‘ Em lógica chama-se a isso petição de princípios.’ (A.F. de Castilho, Método português de leitura, vol. III, p.43). – ‘E há-de chamar-se a isto um casamento feliz?’ (Camilo, Doze casamentos felizes, ed. De 1863, p.220).” (BARRETO, 1944:195)

Estava implícita, na postura desse consultor, a idéia de que o padrão lingüístico, que deveria ser seguido pelos usuários da língua, era postulado pelos escritores portugueses do século XIX, ou seja, a língua considerada “correta” era a utilizada na literatura portuguesa antiga.

Para Barreto, a norma padrão, baseada em exemplos literários portugueses, era a única forma lingüística correta. Assim, como Figueiredo e Almeida, esse consultor julgava ser a norma padrão a própria língua. Desse modo, não aceitava com grande facilidade os uso lingüísticos que fugiam de seu modelo de língua correta. O preconceito lingüístico, nesse caso, consiste justamente em considerar apenas fatos lingüísticos que estão na literatura como corretos e os usos lingüísticos correntes como incorretos.

Podemos observar, nos consultórios gramaticais do início do século XX, não só alguns preconceitos lingüísticos, como os aqui exemplificados, mas também algumas marcar de intolerância. Passemos, então, para a análise da intolerância lingüística nos

consultórios gramaticais dessa época.

3.3.3.1.2. O Discurso Intolerante

Diferentemente do preconceito lingüístico, na intolerância lingüística, a não aceitação da linguagem do outro, ou seja, da variação lingüística que foge á norma padrão, leva o sujeito a um discurso acusatório sobre a diferença. Assim, essa "outra" linguagem das normas não padrão e seus usuários são classificados de forma muito pejorativa.

A forma como o consultor Figueiredo referia-se, freqüentemente, a seus consulentes, são exemplos da intolerância que esse consultor tinha em relação ao discurso que se diferenciava do seu. Na consulta a seguir Figueiredo criticou de forma irônica o consulente:

Exemplo 1

" Sr. Caturra Junior. E bem caturra, ora veja – emquanto para mim etc. Garret – veja Dicc. Contemporâneo (...)

Caturra Senior

Temos um caturra da nova espécie, um caturra de má fé, com uns adubos de ignorância. Dei-lhe a palavra, e vou esvurmar-lhe a palermice, porque bem póde ser que a sua ignorância seja comum a várias gentes que se dizem sábias.

O nosso homem (...) viu no Dicionário Contemporâneo uma citação de Garret, e julgou que, com ela, poderia justificar o emprego de emquanto a , em vez de quanto a.

O que Garret disse foi : emquanto para mim por taes os tenho. Onde se vê que o emquanto exprime uma circunstância de tempo, e não de relação.

Bom é que o pseudo-Caturra entenda o que lê e fale depois" (FIGUEIREDO, 1911:50)

Nesse caso, o consultor foi intolerante com o consulente que tentou justificar o

uso de “enquanto a” por “quanto a”, através de um exemplo de Garret. Provavelmente, a sugestão do leitor tenha surgido por haver, naquela época, usuários da língua que, como ele, não faziam a diferenciação proposta por Figueiredo entre quanto (para circunstância) e enquanto (para tempo).

A não aceitação da mistura dessas conjunções fez o consultor chamar diretamente o consulente de ignorante (“Temos um caturra da nova espécie...com adubos de ignorância”) e palerma (“Vou esvurmar-lhe[44] a palermice”). Em seguida, Figueiredo expandiu sua crítica a outros usuários desse fato lingüístico (“Pode ser que a sua ignorância seja comum a várias gentes que se dizem sábias”). Assim, explicitou sua intolerância com esse fato lingüístico, não consolidado pela norma culta, e com seus usuários.

No texto a seguir, o consultor dirigiu sai crítica ao autor de determinado enunciado questionado pelo consulente e não aceito por Figueiredo como “correto”:

Exemplo 2

“A.C.A. (...) interroga-me:

- ‘Pode-se fazer de tom um adjetivo, como fez F., quando escreveu - cabelos tons de um louro quente -?’-

O aludido autor pertence ao gênero microbial Excentricus novissimus,, descoberto em França, no tempo do decadismo ou nefelibatismo; mas, naquele caso, não se serviu de tom como adjetivo. Cabelos tons de loiro é ultra-excêntrico, mas é-o sobretudo pelo plural de tom. Se êle dissesse cabelos tom de loiro quente, o autor dava na vista, mas podia justificar-se, porque temos casos, em que um substantivo, aposto a

[44] Segundo Houaiss (versão digital), esse verbo significa “1. espremer pus de (tumor ou pústula); retirar pus espremendo; 2. formar (pus); supurar; 3.Derivação: por extensão de sentido (*da acp. 1*). expedir, expulsar (algo) imprestável, nefasto;4.Derivação: por extensão de sentido. extirpar ou sair como pus; 5. Derivação: sentido figurado (*da acp. 1*). limpar (algo) do que é nocivo, prejudicial; 6. Derivação: sentido figurado. fazer (comentários, observações etc.) críticos, criticar duramente.”. Provavelmente, Figueiredo, em sua consulta, utilizou esse verbo em sua última acepção, pois entendemos que ele queria dizer que iria criticar duramente a palermice do consulente. Conforme já observamos, no entanto, esse consultor, em grande parte de seus enunciados, utilizava a ironia e a ambigüidade como estratégia discursiva. Desse modo, temos como hipótese que a escolha desse léxico para descrever sua ação não foi gratuita e que Figueiredo, com isso, sugeriu também que com suas palavras expulsaria a ignorância do consulente e limparia a língua do que lhe era nocivo.

outro elípticamente, pode ser qualificativo Exemplo: 'Uma sáia côr de rosa' (...)" (FIGUEIREDO, 1929a:224)

Ironicamente Figueiredo demonstrou seu desacordo com a expressão "cabelos tons de loiro" ao afirmar que essa só poderia ser escrita por "um micróbio Excentricus novissimus". Assim, salientou sua intolerância com o uso lingüístico em questão e com novidades lingüísticas em geral, pois além de comparar pejorativamente o autor da frase com um micróbio, usou uma expressão em latim ("brincadeira" com as denominações científicas utilizadas pela biologia) para criticar atualizações de fenômenos lingüísticos novos e excêntricos.

A novidade e a excentricidade são vistas pelo consultor como defeitos, pois levam ao desvio da norma padrão e isso é inadmissível na visão de língua desse gramático. Da mesma forma, a citação do período do decadismo francês e a idéia de nefelibatismo são mencionadas de forma pejorativa e crítica.

Acreditamos que o consultor, com a escolha do termo decadismo relacionado a um uso lingüístico não tolerado por ele, tinha como intenção sugerir a idéia de decadência lingüística, não a relação do fato lingüístico com o estilo literário denominado decadismo. O uso do termo nefelibatismo, (estado de quem é nefelibata[45]) e a citação do país França juntam-se para dar ainda à idéia pejorativa de novidade (para ele, a França é o país das novidades inúteis) e de fuga da realidade e não obediência de regras (presentes no sentido do termo nefelibata).

Já no exemplo 3, Figueiredo marcou sua intolerância com determinado uso lingüístico, com a metáfora da peste:

Exemplo 3

" De J.P.

- 'Posso dizer que um vapor fundeou em frente d'Alfandega?' –

Pode mas não deve; e, fazendo-o, confunde-se com os pobres neógrafos, que

[45] "1. que ou quem vive nas nuvens"; "2. Derivação: sentido figurado.Uso: pejorativo. que ou o que não obedece às regras literárias (diz-se de escritor)" ; "3.Derivação: sentido figurado, por extensão de sentido.Uso: pejorativo. que ou quem é muito idealista, vive fugindo da realidade" (HOUAISS, versão digital)

rabiscam ‘passeios n’avenida, ‘árvore d’avenida (...)

O apóstrofo é uma das pestes que têm assolado modernamente a pátria de Camões. É uma importação francesa, e no Francês representa geralmente um e suprimido: d’amour (de amour), d’avoir (de avoir) (...); e com as mesmas funções passou para cá sem necessidade nenhuma: ‘d’Almeida’, ‘d’agora’, ‘d’amor’, que eu escrevo de amor, de agora, de Almeida, como escreve os que tem a escrita nalguma conta.

Como se não bastasse porém aquela inutilidade em tais casos, vários ilustres anônimos estenderam a aplicação do apóstrofo até o fazerem representar um a, coisa que nem na França se vê. E, assim, escrevem d’alfândega, d’avenida, d’associação, em vez de da associação, da alfândega, da avenida...

Como êles vêem pouco, alegam talvez que em da alfândega, não soa o a de da, e por isso o dispensam. Mas então não escrevam minha avó, tua amada, uma avezinha, visto que o a de uma, tua, minha, não soa, para eles: e escrevam minh’avó, tu’amada, um ‘avezinha.

Mas limpem depois a mão à parede.” (FIGUEIREDO, 1929a:292/293)

Novamente Figueiredo demonstrou grande aversão e intolerância com novidades lingüísticas utilizadas no português por influência francesa. Via no contato lingüístico do português com o francês o início da decadência lingüística portuguesa. Denominou de “pobres neógrafos” quem fazia uso, por influência da sintaxe francesa, do apóstrofo para suprimir tanto o “e” de “de”, como na França, quanto o “a” de “da” (inovação sintática portuguesa, influenciada pelo francês).

Com o termo “neógrafo”[46], utilizado pejorativamente e o verbo “rabiscar”, esse consultor sugeriu que quem utilizava essa “nova grafia” não escrevia, mas “rabiscava” termos inovadores que adulteravam a sintaxe e a ortografia portuguesa.

Uma das marcas mais forte da intolerância desse gramático com o uso lingüístico posto em dúvida pelo consulente, contudo, é o uso da metáfora da peste para caracterizar o apóstrofo. Como sabemos, peste é “um mal contagioso”[47] ou “uma

[46] “Aquele que defende ou pratica uma neografia”. Neografia: “Qualquer novo sistema ortográfico; nova grafia” (FERREIRA, 1995:453)
[47] Fonte: Houaiss, versão digital.

epidemia que acarreta grande mortandade" [48]. Esse termo, no entanto, entre outras acepções também significa: "tudo que corrompe física e moralmente"; "coisa funesta"; "excesso de qualquer coisa prejudicial ou danosa"; "mau cheiro, fedor"; "Regionalismo: Portugal. Uso: informal. coisa malfeita, ordinária". (HOUAISS, versão digital)

Nesse caso, acreditamos que, com a escolha do vocábulo "peste" como comparação implícita de variação lingüística "incorreta" ou "mal utilizada", Figueiredo buscou justamente que o leitor levasse em consideração todas essas acepções do termo. Com a idéia de uma doença contagiosa ou grave epidemia, esse consultor remeteu-se à, já mencionada, metáfora médica de que a língua esta doente e precisa ser tratada pelos consultores, nos consultórios gramaticais.

Segundo esse gramático, a língua portuguesa (de Camões, escritor exemplar), antes pura, naquele momento, estava "assolada" (destruída, devastada) pela peste (apóstrofe aos moldes franceses). Seguindo essa linha de raciocínio, da mesma forma que uma epidemia devasta uma cidade, um "erro lingüístico" destrói uma língua.

Essa peste, no entanto, também pode significar um "problema lingüístico" (coisa mal feita, ordinária) que corrompe e prejudica a língua (para levar em consideração outras três acepções do termo peste). Quanto à idéia de mal cheiro ou fedor, presente também nesse léxico, podemos dizer que ela explica o final do texto, em que Figueiredo após "sugerir" (como crítica) o uso geral do apóstrofe, toda vez que não se pronuncia um dos "as" em uma junção "a –a", mandou que após esse uso se limpassem as mãos (suja pelo uso da peste – apostrofe). Com essa frase final "Mas limpem depois a mão à parede", o consultor sugeriu que usos lingüísticos incorretos são sujos (contaminados) e assim, sujam quem os usa.

Além disso, Figueiredo alegou contra esse uso que ele era inútil, como se não houvesse regras lingüísticas prescritas pela norma padrão que não fossem funcionais, mas explicadas por uma determinada tradição e cultura lingüística. Acreditamos que o uso da apóstrofe no português do início do século XX, demonstrava justamente a influência francesa em nossa língua.

Essa regra, portanto, provavelmente por não ter se tornado uso freqüente entre

[48] Fonte: Houaiss, versão digital.

os falantes cultos, nem ter sido inclusa entre as regras sintáticas prescritas pela norma padrão, desapareceu de nosso idioma moderno. Outras influências francesas, todavia, tornaram-se regra e hoje fazem parte de nossa língua, sem que esta tenha se corrompido.

Acreditamos que, atualmente, com a influência da língua inglesa em nosso idioma, podemos comparar o uso do apóstrofe à moda francesa ao uso do apóstrofe inglês em denominações de estabelecimentos comerciais como Samuca's Bar[49] ou Fabrini's Bar[50] . A utilização do apóstrofe "inglês" no português moderno, portanto, restringe-se a um uso específico da língua (nome de estabelecimentos comerciais). Da mesma forma, o uso do apóstrofe "francês" , provavelmente, não se generalizou em nosso idioma por ter sido atualizado apenas em situações ou norma lingüística restrita.

Assim como em Figueiredo, nos consultórios gramaticais de Almeida também há muitas marcar da intolerância lingüística desse consultor e professor de português e de seus consulentes. Da mesma forma que em Figueiredo, essa intolerância aparece, principalmente, com uso de termos que desabonam tanto os fatos lingüísticos, considerados errados, quanto seus usuários. Um exemplo disso é:

Exemplo 4

"S.O.S. – Campinas – 'A 'careta' do Rio tem escripto CANÓDROMO para indicar a pista para corridas de cães. Não é mais razoável que se diga CANÍDROMO?'

- S.O.S. talvez não tenha culpa do canídromo. Pensamos adivinhar o raciocinio de S.O.S.: Se nos compostos latinos o primeiro elemento assume a desinencia i só poderemos obter *canídromo*, visto ser latino o primeiro elemento (lat. Canem -cão). A 'Careta' por sua vez raciocinou: Nos compostos gregos o primeiro elemento deve trazer a desinência o visto ser grego o elemento dromo (gr. dromos-corrida, pista).

Bons pensamentos, bôas palavras, bôas obras, mas... muitos peccados. Cynódromo é que deverão dizer ambos os confitentes, se estão arrependidos de suas faltas.

[49] Bar situado em Búzios (ver site www.buziosonline.com.br). Consulta feita em 2008.
[50] Bar situado no Butantã, São Paulo (S.P.). (ver site www.fabrinisbar.com.br).Consulta feita em 2008.

Entre as muitas palavras do nosso léxico recebem algumas o nome hybridas; consiste o hybridismo na formação de um composto com elementos de línguas diversas. Temos muitos exemplos de hybridos, consagrados (...); mas se tal acontece ou é por serem os componentes muito usados, separadamente, no vernáculo, ou porque a isso obriga a necessidade. (...)

Se queremos indicar a pista para corrida de cães, empregando para lugar de corrida o elemento grego dromo, também grego deve ser o primeiro elemento e teremos a palavra cynódromo legitimamente formada. (...)

Notemos aqui a natural preferência às palavras correctamente formadas de elementos gregos (...)" (ALMEIDA, 1939:29-31)

Nessa consulta, Almeida utilizou para marcar sua intolerância com os termos utilizados respectivamente pelo consulente e por um escritor da Revista Careta, canídromo e canódromo, a metáfora religiosa, com a qual comparou o uso dessas palavras com pecados, confessados ao consultor, e que deveriam ser reparados.

Assim, Almeida classificou os usuários de um ou outro termo de "pecadores lingüístico". Conforme já mencionamos, com esse tipo de discurso, os defensores da língua padrão equiparavam a norma padrão a uma doutrina religiosa; as prescrições lingüísticas ás imposições da moral religiosa e si mesmo aos chefes religiosos.

Ao se igualarem a chefes religiosos, esses defensores de um único padrão lingüístico acreditavam possuírem a verdade lingüística, a exemplo dos lideres religiosos que também pensam ser detentores da "verdade".

O "pecado" cometido pelo consulente e pelo escritor da Revista Careta foi o uso de palavras híbridas, ou seja, formadas por elementos de mais de uma língua. A defesa do consultor pelo léxico "cynódromo", formado apenas por elementos gregos e as classificações que deu ao termo, "legitimamente formado" e "corretamente formado", reforçam o discurso de intolerância contra as palavras híbridas, consideradas, então, ilegítimas e incorretas.

Vale ressaltar ainda que dos três termos mencionados, canódromo, canídromo e cinódromo (modernização de cynódromo), apenas o primeiro aparece no Houaiss

(versão digital)[51]. Esse dicionário, além de dar a definição do termo "local destinado a corridas de cães", explicou ser esse um léxico próprio da região sul do Brasil. Percebemos, então que, no decorrer dos anos, o único termo que se consolidou, apesar de restrito e regional, foi o híbrido "canódromo", já utilizado, naquela época, na Revista Careta. Desse modo, podemos observar que nem sempre o termo mais aceito pelos gramáticos e professores de português prevalece na língua.

No quinto exemplo, as marcas de intolerância já aparecem no início do enunciado do consulente. Vejamos:

Exemplo 5

"Andrade Figueira pede-nos 'salvar o vernaculo de uma tentativa de crime, cuja paternidade, diz o nosso consulente, attribuo a alguns jornalistas ...quando se referem às próximas providencias no sentido de dotar a nossa 'Urbs' de transporte subterraneo'.

'Há já alguns annos que ...jornalistas insistem em denominar metrô esses trens subterraneos. Penso que metrô deve ser abreviação usada em Paris para a palavra Metropilitain, o que lá deve justificar-se.

Mas teremos nós aqui alguma companhia Metropolitana que explore o serviço de transporte subterraneo? – Claro que não; é portanto absurdo empregarem os jornaes a palavra metrô com a intenção de irem habituando o nosso povo...'

Figueira termina pedindo-nos 'suggerir uma palavra que, sendo vernacula, designe á nossa moda os taes metrôs parisienses ou os subways dos yankees'.

A insistencia de que fala Figueira em assim denominarem os jornalistas os nossos futuros trens subterraneos, provém realmente do facto de abreviarem o Metropolitain dos franceses, pois estes são os primeiros a assim o fazer.

Á semelhança dos franceses, os italianos têm Metropolitana e os espanhoes, Metropolitano, dizendo ambos, geralmente, a palavra inteira. (...)

Mas em Berlim, em Nova York e em Londres a denominação francesa não teve acceitação; assim é que os alemães dizem untergrund (subsolo, em português) (...)

Venha agora o nosso...

[51] Nenhum dos termos foram encontrados em Ferreira (1995).

Subviano

Isso para indicar o carro subterraneo (...)

Para significar a linha , (...), poderemos muito acertadamente dizer...

Subvia

a par do vernaculo tranvia, fórma tambem usada em espanhol.

E por ultimo, para indicar esse systema especial de viação...

Subviação (...)"

(ALMEIDA, 1939:53-56)

Esse consulente, assim como fez com freqüência os consultores da época, personificou a língua (vernáculo) e colocou-a como vítima de seus usuários, que, segundo ele, tentavam um crime contra ela (a língua). Assim, identificou como "crime" o uso em jornais da época do galicismo "metrô" para indicar os trens subterrâneos que eram construídos no Brasil.

Essa postura demonstrou a intolerância do consulente com o léxico "metrô", justamente por esse termo ser a abreviação do léxico Francês "Metropolitain". Dessa forma, o consulente declarou achar absurdo o uso do galicismo "Metrô", sem que haja no Brasil uma companhia metropolitana que "explore os serviços do transporte subterrâneo".

Podemos dizer, então, que essa postura do consulente juntamente com o pedido ao consultor de palavras portuguesas para denominar o "trem subterrâneo", que era construído no Brasil, deixa clara a intolerância do consulente com os estrangeirismos em nossa língua.

Almeida, apesar de, nessa consulta, pouco se manifestar sobre o assunto, demonstrou seu apoio à postura do consulente com as sugestões de palavras portuguesas para designar o trem subterrâneo, a linha em que esse se movimentaria e esse sistema de viação.

Naquela época, muitos gramáticos e professores de português puristas, assim como fez o consulente de Almeida, "bradaram" contra o galicismo metrô e sugeriram nomes portugueses para substituí-lo, contudo, o léxico "metrô" consolidou-se na língua e atualmente é aceito por todos os usuários do português.

Apesar de, como já observamos, o consultor Mário Barreto ser menos conservador e purista que Figueiredo e Almeida, em alguns de seus enunciados, também podemos encontrar marcas da intolerância lingüística. Um exemplo disso são os termos que utilizou, em uma de suas consultas, para classificar uma determinada tradução do romance *Rêver et vivre* de Jean de la Brète:

Exemplo 6

"Li a tradução, a que se refere o Sr. Gomes, do romance *Rêver et vivre* de Jean de la Brète, tradução feita há pouco em Porto-Alegre e editada pela Livraria Globo da mesma cidade. Quem a verteu do francês ocultou-se nas iniciais A.P. Não me importa quem seja o tradutor: quando se esconde, razões terá para isso. Creio que a razão, a maioral de tôdas, a capitalíssima razão é o estar-se aplicando ao estudo do português, para depois publicar livros que levem a sua firma. A tradução que A.P. acaba de nos dar está muito suja de nódoas gramaticais e sintácticas e de palavras mal aclimadas na nossa língua. São viciações próprias do falar popular e de escritores principiantes ou simples amadores, pois que os nossos artistas da língua são timbrosos e irrepreensíveis a êste respeito. Entre as expressões viciosas ou desleixadas que na referida versão enxameiam e cuja correcção é do domínio das escolas, notam-se até erros de conjugação de verbos que não têm desculpa ou, antes, que a têm como formas populares, mas que não fazem parte do português médio em que deve consistir a linguagem da gente culta. (...)

Com carradas de razão metem os puristas as más traduções entre as causas que contribuem para a ruína da boa linguagem. Por desgraça é justa a acusação, que se lhe faz, de que não são correctas. As traduções baratas de certas editoras pervertem o gôsto em não poucos jovens, que cândidamente crêem ser bom português tudo quanto se escreve em letra redonda, e ignoram a maneira pouco escrupulosa como procedem

certos livreiros para fazer traduzir obras literárias ou scientíficas doutras nações, desluzindo as graças e elegâncias do original em português mascavado." (BARRETO, 1944:268-272)

Barreto, para descrever a tradução de A.P., referida pelo consulente, utilizou a locução adjetiva "suja de nódoas gramaticais e sintáticas e com palavras mal aclimadas na nossa língua". Com essa descrição, esse consultor mostrou sua intolerância com determinados usos da norma não-padrão e com seus usuários, pois declarou que A.P. "sujou" sua tradução com a atualização desses fenômenos sintáticos, não prescritos pela gramática normativa, os quais foram comparados, por esse gramático, a manchas de sujeira, e com o uso de estrangeirismo (palavras não aclimadas ao português)

Em seguida, o consultor chamou esses usos lingüísticos de viciações (ou vícios) e desleixos próprios "do falar popular e de escritores principiantes ou simples amadores". Assim, ao caracterizar pejorativamente o falar popular e a linguagem de escritores principiantes ou amadores, demonstrou todo seu preconceito e intolerância com essas "personagens sociais".

Por outro lado, Barreto mostrou diferenciar usos lingüísticos que não fazem parte do sistema da língua portuguesa, caracterizados como "erro que não tem desculpa" de usos específicos de normas populares ("formas populares", "que não fazem parte do português médio em que deve consistir a linguagem da gente culta").

O consultor, porém, após ter dado diversos exemplos de "erros gramaticais", que aparecem na citada tradução[52], juntou novamente usos lingüísticos que fogem ao sistema de nossa língua a formas do português popular, ao dizer que esses "erros" (más traduções) "contribuem para a ruína da boa linguagem" e ao classificá-los de "português mascavado", ou seja, impuro, imperfeito, estragado ou adulterado.

Com essa pequena análise de exemplos de consultas gramaticais com marcas de preconceito e intolerância lingüística nos consultórios impressos no início do século XX, podemos concluir que, apesar da intolerância e do preconceito com usos lingüísticos não prescritos pela gramática tradicional e com seus usuários ser mais

[52] Esses exemplos foram extraídos da transcrição da consulta de Barreto por não ser nosso objetivo analisá-los.

comum nas consultas de Figueiredo e Almeida, também podemos observar essa postura em Barreto.

O grande número de exemplos de casos de preconceito e intolerância lingüística nos enunciados de Figueiredo, além de demonstrar a postura conservadora desse consultor gramatical, polêmico e intransigente, se deve também, entretanto, ao fato de analisarmos um número maior de obras desse autor.

Passaremos a seguir a analisar os casos de preconceito e intolerância lingüística nas consultas atuais, veiculadas pela internet.

3.3.3.2. Os Consultórios Gramaticais na Internet e o Discurso Preconceituoso e Intolerante

Conforme já afirmamos, após a década de 80 do século passado, observou-se o ressurgimento e a consolidação, na mídia, dos consultórios gramaticais, os quais são atualmente procurados pela "nova classe escolarizada", que tiveram acesso à educação com a democratização do ensino. Esses usuários do português se interessam por esse tipo de trabalho metalingüístico, principalmente, por acreditar não saber falar bem seu idioma e por achar que isso poderia atrapalhá-los no mercado de trabalho.

Desse modo, mesmo com o desenvolvimento da lingüística moderna e da sociolingüística no Brasil, a ênfase dos trabalhos metalingüísticos, veiculados na imprensa atual e feitos no formato consultório gramatical, ainda tem sido a gramática prescritiva e a norma padrão, pois os interessados por esse tipo de trabalho acreditam que é a falta de conhecimento sólido dessas regras que os deixa inseguros em suas atualizações lingüísticas.

Os consultores gramaticais que respondem às consultas desses consultórios, em sua grande maioria, assim como seus consulentes, também demonstram ainda possuir idéias tradicionais sobre a língua portuguesa e, assim, além de consolidarem os antigos "mitos" sobre a língua, como a idéia de caos lingüístico e da falta de preparo dos brasileiros para falar sua língua, marcam também seus discursos com seus preconceitos e sua intolerância com determinados usos do português corrente.

Observaremos a seguir como o preconceito lingüístico aparece nas consultas gramaticais, pertencentes ao *corpus*, que são veiculadas atualmente na internet.

3.3.3.2.1. O Antigo Preconceito nos Consultórios Gramaticais Veiculados na Moderna Mídia, a Internet

Assim como fizemos ao analisar o discurso preconceituoso presente nos consultórios gramaticais do início do século XX, observaremos tanto o discurso do consultor quanto do consulente, pois ambos demonstram seu preconceito lingüístico através de seus enunciados.

Na consulta a seguir, podemos observar o preconceito lingüístico presente nos enunciados de um casal de consulentes que divergem sobre o nome de um tradicional doce luso-brasileiro.

Exemplo 1

"ELE: "Professor Moreno, gostaria de saber se é correto o nome do doce **arroz-de-leite**, sinônimo de **arroz-doce**. Minha mulher insiste que está errado. Está grafia consta no **Aurélio**, enquanto a que ela diz ser a correta, **arroz-com-leite**, não consta. Por favor, esclareça-nos. Muito obrigado."

Ernesto - Porto Alegre

ELA: "Caro professor Moreno, há uma debate entre mim e meu marido a respeito do nosso famoso doce regional, o **arroz-doce**, que já está virando polêmica familiar. Eu sou do interior e ele de Porto Alegre. Quando começamos a namorar, acharam estranho eu falar **arroz-com-leite**, pois todos falavam **arroz-de-leite**. Desde então o debate vem crescendo e está se tornando cada vez mais acirrado. Eu argumento que **de leite** não se faz arroz. Pode-se fazer um **doce** de leite, uma **rapadura** de leite, mas nunca **arroz**. Eles argumentam que é o nome do doce e que, por isso, pode. Tive a idéia de entrar em contato quando li sua explicação sobre **déjà vu** - o que não é torna-se aceito e tido como verdadeiro e correto. Será que teremos também o "*cunós" ou

"*cunóis" tido como correto algum dia? Um abraço."

Marta - Porto Alegre

Meus caros Ernesto e Marta: façam as pazes, porque os dois têm razão. O tradicional doce português, o **arroz-doce**, pode ser chamado tanto de **arroz-de-leite** quanto de **arroz-com-leite**. Não tentem encontrar uma ordem onde ela inexiste: infelizmente o uso da preposição na denominação dos pratos de nossa cozinha não segue a estrutura-padrão de nossos sintagmas. Entendo a posição da Marta: o arroz-doce é feito "**com**" leite, e não "**de**" leite. No entanto, uma pesquisa detalhada em livros de culinária consagrados me fez suspeitar que não é tão simples assim. Encontrei feijão **de** azeite, feijão **de** alho, cocada **de** ovos, arroz **de** polvo, arroz **de** marisco, arroz **de** frango, arroz **de** alho, arroz **de** coco (Luís Câmara Cascudo), arroz **de** pequi, arroz **de** leite (Gilberto Freyre) - em todos eles, aposto que a Marta substituiria o "**de**" pelo "**com**".

Em alguns cardápios, inclusive, vi distinguirem "**arroz-com-leite**", prato salgado em que o arroz é cozido no leite e não na água, do "**arroz-de-leite**", incluído entre as sobremesas. Em outros, no entanto, o próprio **arroz-de-leite** aparece como salgado; um típico restaurante do Rio Grande do Norte oferece à gula dos fregueses vários pratos da cozinha regional do Seridó, entre eles carne-de-sol com **arroz-de-leite**, rabada de boi, guiné torrado, buchada, entre outros. Deu para perceber? Neste caso, não existe um padrão sedimentado quanto ao emprego do "**com**" ou do "**de**".

Agora, Marta, senti uma ponta de ironia quando perguntas se um dia teremos como correto o famigerado "***cunós**" ou, pior ainda, o "***cunóis**" - assim como se eu tivesse insinuado que o errado passará a ser certo, já que a maioria fala assim. Nada disso; o caso do **arroz-de-leite** é bem diferente. Não estamos falando em substituir uma forma do Português culto (**conosco**) por uma do Português falado "substandard" ("***cunóis**") - a distância é grande demais para ser transposta-, e sim usar uma preposição em vez de outra (fato comum e freqüente em nosso idioma). Querem um conselho? Depois de ler este artigo, comemorem em torno de um belo prato de arroz-**de**-leite (ou **com** leite) morninho, com uma canelinha por cima, o fato de ambos terem razão. E voltem sempre! Um abraço para os dois. Prof. Moreno" ("Arroz-de-Leite,

arroz-com-leite"; "Pergunte ao Doutor"; *Sua Língua*)

Tanto Ernesto quanto sua esposa Marta acreditavam na existência de um único sinônimo para "arroz-doce" e, assim, na exclusão do termo utilizado pelo outro. Na raiz dessa postura está a idéia de certo/errado, pois o casal aceitava somente a forma utilizada, por si próprio, como correta e, ao buscar o auxilio do consultor, procurava o léxico correto para denominar o doce.

Essa postura demonstra o preconceito do casal com termos regionais, não utilizados na região em que eles nasceram e foram criados. Seria, então, uma forma de não aceitação da fala do outro. O argumento de Ernesto para invalidar o léxico utilizado pela esposa foi o fato desse termo não constar no dicionário Aurélio. Já sua esposa recorreu ao significado das preposições "de" e "com" para justificar o uso do termo "arroz-com-leite" e invalidar o léxico utilizado em Porto Alegre, "arroz-de-leite".

Provavelmente, Marta buscou o recurso de utilizar a gramática a favor do termo mais usado na sua região de origem porque, em Porto Alegre, sofria e sentia o preconceito por utilizar termos próprios do interior, não dessa capital. Ela, em seu enunciado, apontou para o fato dessa diferença na forma de se referir ao arroz-doce ser regional, pois salientou ser do interior e seu marido de Porto Alegre, no entanto, para defender seu uso, também foi preconceituosa com a forma mais atualizada na capital de seu estado.

O consultor salientou, contudo a existência de várias formas para se referir ao mesmo doce e, desse modo, afirmou estarem corretas as duas formas de referência ao arroz-doce. Assim, demonstrou levar em consideração, em sua análise, os usos regionais para a denominação de pratos típicos de determinadas regiões e também, conforme mencionou em outras consultas, a não possibilidade dos dicionários possuírem todos os léxicos atualizados em um idioma.

Outro exemplo de consulta gramatical, na qual tanto o consulente quanto o consultor Moreno explicita seu preconceito é:

Exemplo 2

“Caro professor Moreno: outro dia, em conversa acontecida no horário do jantar, minha filha de 15 anos, estudante do 2º Grau, aluna premiada no colégio, falou mais ou menos assim: "fulano estava **elegantíssimo**"; na mesma hora retruquei, dizendo que o correto seria **elegantérrimo**. Minha filha então argumentou que os dois eram corretos. Na mesma semana, na revista Marie Claire, li alguma coisa que parecia vir em defesa aos meus argumentos, num artigo que colocava a palavra "**elegantíssimo**" em itálico, como que em tom pejorativo e depois fazia uma referência a outro "**elegantérrimo**" em tom mais enfático. As duas maneiras estão corretas? Se estão corretas, existe uma que seria mais elegante utilizar? Antecipadamente agradeço. Paulo Pércio Quintani Guelpeli - Palmas (TO)

Meu caro Paulo: tua filha mereceu o prêmio de melhor estudante: ela é que está com a razão. O superlativo de elegante é elegantíssimo. Nosso idioma forma seus superlativos por meio de uma simples fórmula morfológica: [**adjetivo** + **íssimo**]; assim brotam, naturalmente, belíssimo, grandíssimo, duríssimo, caríssimo. Alguns (muito poucos - não chegam a 50, de 50.000) têm também outra forma alternativa, usando a forma latina. É o caso de **doce** (docíssimo e dulcíssimo), **negro** (negríssimo e nigérrimo), etc. (dá uma olhada em superlativos eruditos). Em alguns dessas formas latinas aparece o sufixo superlativo -érrimo, que também vais encontrar em paupérrimo, macérrimo (incluo, lá no fim, uma discussão sobre esta palavra; não perguntaste, eu sei, mas não pude resistir ...), celebérrimo - todos, como podes ver, com um inegável toque erudito.

Acontece, Paulo, que certos setores da imprensa - principalmente ligados à moda e ao colunismo social - passaram a usar liberalmente este sufixo, criando formas como chiquérrimo, riquérrimo, elegantérrimo; já ouvi boazudérrima (e, para meu espanto, uma forma totalmente inusitada, que não existia nem no Latim: carésima, gostosésima, peruésima!). Não tenho nada contra elas; as palavras, como os seres humanos, têm direito de existir, mesmo que não sejam lá boa coisa. Até gosto de usar algumas, quando quero fazer ironia ou brincadeira; só não vou empregá-las quando estou falando ou escrevendo em tom mais formal ou profissional.

Nesse sentido, a tua pergunta final é **extremamente adequada**: "se ambas estão

corretas, existe uma que seria mais elegante utilizar?" . É isso aí, Paulo! Esse é o verdadeiro segredo de quem usa bem o Português: não se trata apenas de escolher entre uma forma correta e uma errada, mas sim escolher, entre duas formas corretas, **a mais adequada** para a situação. Elegantíssimo? Podes usar sempre, em qualquer contexto, em qualquer nível de linguagem. Elegantérrimo? Usa só no salão de beleza, na crônica social, na conversa entre amigos. Um abraço, e não deixes de dizer à tua filha que ela é que estava certa. Moreno

P.S.: Quanto ao **macérrimo**: eu disse, acima, que a composição vernácula de nossos superlativos é [**adjetivo** + **íssimo**] e que alguns apresentam, concomitantemente, uma forma mais erudita, proveniente do Latim. Assim acontece com **pobre**, que tem **pobríssimo** (pobre + íssimo) ou **paupérrimo** (no Latim, pobre é **pauper**, que encontramos também em **pauperismo**, **depauperar**, etc.); com **doce**, que tem **docíssimo** ou **dulcíssimo** (no Latim, doce é **dulcis**, radical que encontramos em **edulcorante**, **dulcificar** ou no nome **Dulce**). Pois bem, o adjetivo **magro** tem o superlativo vernáculo **magríssimo** ou a forma alatinada **macérrimo**; no Latim, magro é **macer**, radical que podemos encontrar em **emaciar** ou **macilento**. Com a nova "moda" do sufixo **-érrimo**, no entanto, criou-se também **magérrimo**, uma combinação popular, meio cruza de jacaré com cobra-d'água, onde se nota talvez uma analogia com **negro** - **nigérrimo**. "Existe essa forma?" - já me perguntaram várias vezes. A resposta é **sim**; é claro que existe, se a maioria da população a utiliza diariamente (e os dicionários registram). Agora, quanto a usá-la ou não, vale o que eu sempre digo a respeito dessas variantes: camisa-pólo com bermuda é roupa bonita e decente, mas não serve para todas as ocasiões. Traje de recepção? **Macérrimo**. Traje de passeio ou esporte? **Magríssimo**. Camiseta com sandália, ou pijama com chinelo? **Magérrimo**". ("elegantíssimo ou elegantérrimo"; "Pergunte ao Doutor"; *Sua Língua*).

A indagação do consulente sobre a forma correta de colocar o adjetivo "elegante" no grau superlativo evidencia o preconceito que esse usuário da língua tem com a forma "elegantíssimo", não utilizada por ele. No final de seu enunciado, podemos observar não apenas sua preocupação com o modo "correto" de usar a língua, mas também com a forma mais elegante.

A pergunta do consulente sobre correção e elegância lingüística pressupõe a existência de usos verdadeiramente corretos e elegantes, como se essas classificações fossem fixas. Como resposta à pergunta do consulente, Moreno falou sobre usos adequados a determinadas situações de fala, no entanto, ao afirmar que a forma "elegantíssimo" pode ser usada em qualquer contexto, pareceu acreditar que os léxicos pertencentes à norma culta devam ser aceitos indiferente do contexto e nível de fala.

Podemos entender isso como uma forma implícita de preconceito, pois, apesar do discurso sobre variação lingüística estar presente no enunciado de Moreno, a forma de falar sobre o superlativo culto e o popular diferem em seu enunciado. Com sua resposta às indagações do consulente, sugeriu que somente o uso popular deve ser adequado ao contexto e que o uso culto pode ser utilizado sempre.

Acreditamos, porém, que o uso do superlativo "elegantíssimo" em situações informais, como em um bate-papo entre amigos ou em usos específicos, como em revistas de moda, possa ser interpretado como uma forma pedante de se expressar ou provoque, no interlocutor, a sensação de estranheza.

Ao discorrer sobre o grau superlativo do adjetivo magro, o consultor utilizou a metáfora das diversas vestimentas utilizadas em diferentes situações do dia-a-dia para, novamente, demonstrar que tem consciência da existência das diversas variações lingüísticas de nossa língua, todavia, a comparação da formação híbrida do termo "magérrimo com um cruzamento de jacaré com cobra d'água, revelou seu preconceito com essa forma popular e, provavelmente, com outros termos de formação híbrida, pois o consultor selecionou, para comparar ao léxico híbrido, dois animais bastante nocivos.

A maior marca de preconceito ou até mesmo de intolerância disfarçada no enunciado de Moreno apareceu quando esse afirmou não ter nada contra os léxicos populares "chiquérrimo", "riquérrimo", "elegantérrimo", "boazudérrima", "carésima", "gostosésima", "peruésima", pois "as palavras (...) têm o direito de existir mesmo que não sejam lá boa coisa".

Nesse caso, pensamos ser essa afirmação preconceituosa ou intolerante porque, com ela, o consultor insinuou que as formas populares de formação do grau superlativo dos adjetivos, mencionadas por ele, não são boas. Mesmo afirmando que não é contra esse fenômeno lingüístico e que até os usa, por brincadeira ou ironia, sugeriu que essas

formas de utilização dos superlativos são inferiores aos usos cultos do superlativo, por isso, essas só devem ser usadas de forma irônica ou por brincadeira.

No exemplo 3, novamente Moreno apontou a existência de diversas normas lingüísticas, com vários níveis de formalidade, o que salienta que esse consultor procura entender a língua como a reunião de diversas normas lingüísticas. Podemos observar, no entanto, no enunciado desse consultor, algumas marcas de seu preconceito com a variação popular de um fato lingüístico:

Exemplo 3

"Yara pergunta:
Como devo escrever **DOZE HORAS**? **12:00h**? Com ou sem o **S**? (...)

Yara: a única maneira correta de grafar horas (embora, a meu ver, um tanto antipática) é usando o "**h**" minúsculo, **sem ponto** e **sem** "**s**": 12h. Se quiseres indicar os minutos, aí fica pior: **12h22min** (é assim mesmo: **min**, sem ponto, sem "**s**"). Aquele sistema de que todos nós gostamos (**12:30**, **16:24**) deve ser reservado para a escrita informal ou para setores especializados (Aviação, Forças Armadas, etc.). Quando é para valer, é como eu disse mais acima. (...) ("grafia de horas e plural de siglas"; "Pergunte ao Doutor"; *Sua Língua*).

Nesse caso, Moreno, antes de afirmar que a forma de indicar horas por escrito com dois pontos deve ser restrita a usos informais e setores especializados, disse que só existia uma única forma correta de escrever horas. Desse modo, o consultor sugeriu que as formas lingüísticas utilizadas em situações informais ou especializadas, que se distanciam das regras prescritas pela norma padrão, são, então, incorretas.

Outra expressão presente no enunciado de Moreno que demonstra seu preconceito com a maneira informal de grafar horas é a última frase do exemplo "Quando é para valer, é como eu disse mais acima", pois com essa afirmação subentende-se que, para o consultor, os usos informais não são "para valer". Desse modo, entendemos que o discurso de Moreno é preconceituoso, pois nele o consultor

classificou um determinado uso lingüístico informal de incorreto e sem validade.

A não aceitação de fatos lingüísticos que não seguem as regras prescritas pela gramática normativa, mas que são adequados em situações de informalidade, como corretos também aparece nas consultas gramaticais da seção "Dúvidas" do site de Dílson Catarino. Um exemplo disso é:

Exemplo 4

"Dúvida

Qual a frase certa? **Não pise à grama** ou **Não pise na grama**?

Resposta

O verbo pisar é transitivo direto, ou seja, exige complemento sem preposição alguma: **Não pise a grama** é a maneira certa de usar essa frase.

Modernamente, porém, aceita-se o uso de **pisar** com a preposição **em**: **Não pise na grama**, então, tem sido aceito por muitos gramáticos e dicionários brasileiros." ("Não pise na grama/não pise à grama"; "Dúvidas"; *Gramática On-line*).

No exemplo, assim como fez diversos interlocutores de Moreno, o consulente de Catarino demonstrou acreditar na existência de formas lingüísticas certas e erradas. E o consultor, apesar de salientar que atualmente muitos gramáticos aceitam o uso do verbo pisar com a preposição em, afirmou que a maneira correta de usar esse verbo é como transitivo direto. Desse modo, pareceu sugerir que o uso aceito modernamente não é correto e assim evidenciou seu preconceito com frases do tipo "Não pise na grama", classificada por ele como incorreta.

Há nas consultas gramaticais de Catarino muitos enunciados nos quais o consultor e ou o consulente classificam, assim como foi feito pelo par enunciativo do exemplo 4, usos informais ou populares como incorretos. No exemplo 5, tanto o consulente quanto o consultor utilizaram, em seus enunciados, a idéia de certo e errado:

Exemplo 5

"Dúvida

QUAL É A PALAVRA CERTA MORTADELA OU MORTANDELA?

Resposta

Mortadela é a única palavra certa." ("Mortadela ou Mortandela"; "Dúvidas"; *Gramática On-line*).

Nesse caso, contudo, o léxico "mortandela" considerado errado pelo consultor, não apenas faz parte do português informal como a frase "Não pise na grama", utilizado popularmente por falantes com vários níveis de escolaridade, mas é atualizado restritamente por falantes com pouca ou nenhuma educação formal. Desse modo, acreditamos que o preconceito dos usuários da língua, de modo geral, seja maior com esse fato lingüístico (uso do léxico mortandela) que com o uso da frase "Não pise na grama".

Isso aparece na resposta de Catarino às duas consultas, pois, no exemplo 4, o consultor, conforme afirmamos, não aceitou o uso popular como correto, mas salientou que esse é aceito por outros gramáticos, já ao falar sobre os léxicos "mortandela" e "mortadela" afirmou que somente esta é palavra certa. Deduzimos, então, que, para esse consultor, os milhões de brasileiros que usam o léxico mortandela erram.

Percebemos assim que o preconceito com usos lingüísticos próprios de falantes com baixa escolaridade e com baixa renda é maior que com fatos lingüísticos apenas informais. Desse modo, comprovamos a suposição, já mencionada nesta dissertação, de que o preconceito lingüístico possui em sua base o preconceito contra o pobre.

Outro fato lingüístico, também utilizado por falantes de baixa renda, que é bastante criticado pelos gramáticos e professores de português é a flexão do advérbio "menos" para o feminino "menas". Observemos, sobre esse assunto, o enunciado de Hélio Consolaro na seção "Tira-Dúvidas" do seu site *Por trás das Letras*:

Exemplo 6

"Menos ou menas?

A palavra menos não deve ser modificada para o feminino, porque é advérbio. Exemplo: Naquele instante não tive menos coragem do que antes. "Menas" não existe." ("Menos ou menos?"; "Tira-Dúvidas"; *Por trás das Letras*).

Após as explicações gramaticais prescritas pela gramática normativa, que justificam a não flexão do léxico "menos", o consultor Consolaro afirmou a não existência da palavra "menas". Por esse termo ser atualizado por diversos falantes com pouca escolaridade, não podemos declarar sua inexistência enquanto léxico da língua portuguesa. O consultor, portanto, tem conhecimento desse uso lingüístico popular, mas por não aceitá-lo afirmou que o termo não existe.

É justamente a não aceitação desse uso que marca o preconceito do consultor com esse fenômeno lingüístico e, por extensão, com outros usos populares, pois afirmar que determinados usos, que não pertencem à norma padrão, não existem na língua portuguesa significa não considerar as normas lingüísticas populares como português e, assim, excluir os falantes com pouca escolaridade do grupo de falantes do português.

Com essa pequena análise do preconceito lingüístico nas consultas gramaticais veiculadas atualmente na internet, podemos observar que, assim como ocorria nas consultas do início do século XX, os consulentes dos consultórios veiculados modernamente na internet, ainda vêem a língua como uma instância invariável, não como um conjunto de normas e variedades. Desse modo, buscam, com suas consultas, as formas lingüísticas "corretas" ou "existentes".

Já os consultores das seções de consultórios gramaticais da internet, apesar de, em muitos de seus enunciados, reconhecerem que há, em cada língua, diversas normas lingüísticas, demonstram, em diversas respostas a seus consulentes, seus preconceitos com variações lingüísticas não pertencentes à norma padrão. Isso pode ser observado através da forma pejorativa com a qual esses professores de português falam sobre usos lingüísticos populares ou informais, considerados por eles inexistentes e ou incorretos.

Da mesma forma que nos consultórios veiculados em jornais e revistas do século XX, encontramos também nos enunciados dos consultórios gramaticais veiculados na internet marcas de intolerância lingüística, as quais serão exemplificadas a seguir.

3.3.3.2.2. Intolerância Lingüística nos Consultórios Gramaticais da Internet

Da mesma forma que fizemos ao analisar as marcas de intolerância lingüística nos consultórios gramaticais do início do século XX, apontaremos, nos exemplos selecionados para demonstrar o discurso intolerante em enunciados dos consultórios gramaticais da internet, principalmente, as formas como essa intolerância atinge a integridade moral dos falantes de formas lingüísticas que não fazem parte da norma padrão. Essa agressão à integridade moral de usuários do português popular ou informal se deve ao modo pejorativo com o qual os interlocutores das perguntas e respostas dos consultórios veiculados na internet se referem aos usos lingüísticos não padrões e a seus usuários.

Um exemplo de enunciado, no qual Moreno classificou pejorativamente determinado uso lingüístico e seu usuário, demonstrando, dessa forma, sua intolerância lingüística é:

Exemplo 1

"'Caro (a) professor(a), gostaria de saber se é permitida a grafia do número 3 como **treis** em cheques. Grato.' Guilherme Albuquerque

Meu caro Guilherme: em primeiro lugar, que negócio é esse de "professor(a)"? Na página de abertura do Sua Língua podes clicar na seção "Sobre o Autor"; ali verás quem sou eu. Em segundo lugar, escreve no **cheque** do jeito que quiseres, desde que o caixa aceite. Isso não depende das regras de ortografia; se escreveres ***tres**, ***treis**, ***trez**, ***trêz** ou ***treiz**, todas estão erradas quanto à norma, que é **"três"**, mas podem valer (quem sabe?) no mundo bancário. Da mesma forma, ***hum** é uma aberração ortográfica, mas tem livre curso em cheques e títulos de crédito **manuscritos** (para evitar a fácil modificação para "cem"; agora, usar ***hum** em texto **datilografado** é de uma burrice amazônica!). ***Seicentos** está errado, mas a maioria dos caixas paga um

cheque escrito assim, porque não lhes cabe ficar corrigindo a grafia errada dos outros. Entendes, portanto, que o "**permitida**", na tua pergunta, nada tem a ver com a norma ortográfica vigente. Abraço. Prof. Moreno" ("Treis e Hum no cheque";"Pergunte ao Doutor"; *Sua Língua*)

Nessa consulta, Moreno, ao comentar o uso dos termos "treis" e "hum" em cheques, afirmou que o léxico "hum" no lugar de "um" é "uma aberração ortográfica" e que o uso desse termo em textos datilografados é "de uma burrice amazônica". Com esses comentários, o consultor evidenciou intolerância, pois demonstrou não aceitar esse uso lingüístico, típico do jargão bancário e classificou os usuários dessa grafia como "burros", que agem com "burrice amazônica".

Nesse outro exemplo, Moreno, ao responder à consulta de uma consulente, também professora, classificou pejorativamente os alunos de modo geral e especificamente os alunos dessa professora, que não pronunciavam "corretamente" a palavra "fluido":

Exemplo 2

"'Olá, tudo bem? Adorei sua página. Muito explicativa e didática. Ótima para tirar dúvidas do dia a dia. Aproveitando essa particularidade, tenho uma dúvida. **Não** do que é **certo** ou **errado**, mas de como **explicar** uma coisa de forma que outras pessoas parem de cometer o mesmo erro. Sou professora de Materiais Dentários em uma Faculdade de Odontologia. Dentro de minha disciplina, trabalhamos muito com propriedades reológicas de Materiais, ou seja com sua viscosidade. E volta e meia, meus alunos, e até mesmo o meu assistente, insistem em dizer que o material é '**FLUÍDO'** e não o correto, que é **FLUIDO**. Já fiz de tudo, até parar a aula para explicar que é igual a **gratuito**, mas não tem jeito. Será que você poderia me ajudar a dar tal explicação de uma forma bem convincente? Assim, pelo menos, eles pensariam antes de dizer. Obrigada e parabéns pela página.'

Fernanda

_____

Minha cara Fernanda, conheço muito bem a sensação: às vezes parece que nunca chegaremos a dissipar as névoas da ignorância. No entanto, como sabes muito bem, nós professores não desanimamos com pouca coisa; voltamos, e voltamos, e voltamos, até que apareça o caminho que leva à mente dos alunos (dito de maneira mais chã: acreditamos, no fundo, que água mole em pedra dura tanto bate até que fura). Por isso, o melhor que posso fazer é trazer-te alguns subsídios teóricos para apoiar a tua justa batalha. Eu já escrevi sobre fluido ou fluído (dá uma olhada), mas vou reforçar alguns pontos e acrescentar outros.

É necessário que teus alunos percebam que não estás insistindo em ninharias, mas que se trata de **dois vocábulos diferentes**, com prosódia (posição da sílaba tônica) e acentuação distintas. De um lado, temos o vocábulo nominal (pode ser tanto substantivo, como adjetivo) **FLUIDO**; a pronúncia é **FLUI-do**, com a primeira sílaba pronunciada como **fui** ou **Rui**. Como a vogal tônica é o "**U**", é evidente que não cabe pôr um acento sobre o "**I**". Este é o vocábulo que aparece em "mecânica dos **fluidos**", "**fluido** de freio", "substância **fluida**", "a sala está com maus **fluidos**" (para quem acredita), ou, finalmente, no início do poema **Antífona**, de Cruz e Sousa:

Ó Formas alvas, brancas, Formas claras
De luares, de neves, de neblinas!
Ó Formas vagas, **fluidas**, cristalinas...
Incensos dos turíbulos das aras.

Sei que não é muito próprio para uma aula de Materiais Dentários, mas talvez até fosse estratégico mostrar a teus alunos como o terceiro verso ficaria destruído se o adjetivo "**fluidas**" fosse pronunciado como eles querem.

Do outro, temos o particípio do verbo **fluir**, **FLUÍDO**, à semelhança de **caído**, **saído**: "O filme era tão bom que eles não se deram conta que mais de duas horas haviam **fluído**"; "Havia um vazamento no tambor do freio, e todo o **fluido** havia **fluído** para o chão da garagem". Acho importante ressaltar, na tua argumentação, que este vocábulo leva acento pela regra do hiato.

Acontece que há uma tendência popular a mudar a prosódia de termos como **gratuito**, **circuito**, **fortuito**. Em muitas rádios já se ouve "entradas gratu-**I**-tas", "curto-

circu-**I**-to", com o "**I**" tônico - o que é um contra-senso, porque, se fosse tônico, deveria levar o mesmo acento de **ruído** e **caído**. Este é o processo que está agindo sobre o **fluido**, levando as pessoas descuidadas a pronunciá-lo da mesma forma que o particípio **fluído**. Isso ainda se aceita nos que não tiveram a sorte de ter estudo; agora, vamos combinar: alunos da Odonto, futuros profissionais, não têm desculpa! Eles têm a obrigação de zelar pelo apuro de sua linguagem tanto quanto pelo de seu avental ou seu jaleco - e não estou falando apenas de algum detalhe secundário que eu, reacionariamente, esteja tentando preservar, mas sim da **diferença entre dois vocábulos distintos**, o que não é pouca coisa. Espero que isso te ajude a domar as feras!Abraço.Prof.Moreno" ("Fluido e Fluído – Como explicar?", "Pergunte ao Doutor";*SuaLíngua*)

Com a frase inicial de sua resposta à consulente "(...) às vezes parece que nunca chegaremos a dissipar as névoas da ignorância.", Moreno colocou-se como o professor que leva a sabedoria a seus alunos ignorantes, que não sabem falar corretamente sua língua. Desse modo, demonstrou sua intolerância com falantes de fenômenos lingüísticos não prescritos na gramática tradicional. Esse preconceito apareceu novamente ao classificar os falantes de "fluído" no lugar de "fluido" como "feras" a serem domadas pela professora, falante da norma culta.

No último parágrafo de seu enunciado, esse consultor reconheceu que a pronúncia "fluído" é uma tendência popular, que deve ser aceita na variação popular da língua, uso lingüístico de pessoas "que não tiveram a sorte de ter estudo", contudo, também classificou os usuários dessa nova prosódia do termo "fluido" de descuidados. Assim, podemos dizer que esse consultor, apesar de demonstrar conhecimento de normas e variações lingüística, analisa a língua de forma tradicional e salienta, então, em alguns casos, sua intolerância lingüística.

Também podemos observar, no site de Consolaro, sua intolerância com o jargão bancário "Hum mil reais" por "Mil reais" apresentada pela idéia presente no enunciado desse consultor de que o uso de léxicos, não escritos conforme a norma padrão, agride a ortografia:

Exemplo 3

"**Hum mil reais ou mil reais?**

Melhor será escrever sempre mil reais (mesmo em cheques). Os bancários defendem a inclusão de "hum" para evitar fraudes. A adoção de dois traços (=) antes do extenso é uma boa prática. Assim se evita a fraude e não agride a ortografia." ("Hum mil reais ou mil reais?" "Tira-Dúvidas"; *Por trás das Letras*).

Essa forma de evidenciar a intolerância lingüística, conforme já mencionamos, utiliza a metáfora médica de que os usuários ferem, agridem e maltratam a língua. Com isso, o consultor classificou os usuários da forma lingüística não padrão, analisada, como agressores e violentos, que, por deformarem e maltratarem a língua portuguesa, com seus usos incorretos, não devem ser tolerados.

Percebemos, então, com nossa análise, que, apesar dos consultores modernos, com consultórios veiculados pela internet citarem, em seu discurso metalingüístico, a existência de diversas normas lingüísticas, há, em grande parte de seus enunciados, como nos consultórios do início do século XX, marcas de preconceito e intolerância lingüística. Assim, podemos dizer que esses consultores gramaticais oscilam entre as modernas teorias lingüísticas, como a sociolingüística e a forma tradicional de análise da língua.

Nesta dissertação, recolhemos, conforme pode ser observado, um número menor de exemplos de intolerância lingüística, nos consultórios gramaticais modernos, veiculados pela internet, que nos consultórios impressos no início do século XX. Isso ocorreu, provavelmente, porque os consultores gramaticais da atualidade, apesar de ainda serem bastante conservadores e tradicionais, em suas análises de fatos lingüísticos não prescritos pela norma padrão, são mais cuidadosos ao tratar desse assunto e, assim, amenizam e escondem parte de sua intolerância lingüística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como principais objetivos observar como são tratados os fatos lingüísticos nos enunciados do gênero consultórios gramaticais e detectar marcas de preconceito e intolerância lingüísticos nesse gênero. Com essa finalidade, analisamos consultórios gramaticais impressos no início do século XX em jornais e revistas, reunidos posteriormente em livros, e consultórios gramaticais, veiculados atualmente na internet.

Primeiramente, procuramos examinar o contexto histórico-social em que esses consultórios gramaticais, originados em diferentes épocas, consolidaram-se. Observamos, então, que esse gênero discursivo surgiu no final do século XIX e foi bastante publicado e lido no início do século XX, período em que os debates e as polêmicas sobre a conservação e a inovação do idioma português eram intensos, no Brasil e em Portugal. Desse modo, podemos dizer que esses consultórios gramaticais, por prescreverem as regras da norma padrão, sem levar em consideração as mudanças lingüísticas do idioma, faziam parte das iniciativas conservadoras, criadas com a finalidade de tentar estancar o movimento de inovação lingüística bastante forte, naquele momento.

Observamos, entretanto, que o uso de consultórios gramaticais para sanar dúvidas sobre as regras prescritivas da norma padrão diminuiu entre as décadas de 40 e 80 do século XX, provavelmente, isso tenha ocorrido por influência das idéias lingüísticas inovadoras dos modernistas, principalmente de Mário de Andrade, que tentou demonstrar as diferenças entre o português americano e europeu e pregou o uso de uma linguagem brasileira escrita mais próxima da língua falada no Brasil, como forma de consolidação da nossa identidade cultural.

Na década de 80 do século passado, contudo, os consultórios gramaticais voltaram a ser bastante utilizados como metalinguagem do português. Acreditamos que a "volta" desse gênero discursivo foi impulsionada pela idéia de caos lingüístico, causada pela democratização da educação, que levou os usuários da língua a pensarem não saber falar sua própria língua e pela popularização dos meios de comunicação de

massa como detentores do saber e da cultura, em nossa sociedade.

Procuramos também caracterizar os consultórios gramaticais como gênero discursivo e chegamos a duas importantes conclusões: 1. o que caracteriza os consultórios gramaticais como gênero discursivo e o difere de outros gêneros, que também possuem o discurso lingüístico como tema, é o uso do par adjacente pergunta /resposta para que os temas gramaticais sejam desenvolvidos; 2. os consultórios gramaticais da internet não podem ser considerados um novo gênero discursivo ou um gênero emergente, pois, ao passarem a ser veiculados pela internet, não se modificaram suficientemente para serem considerados um novo gênero. Desse modo, podemos classificá-los, então, como gênero tradicional com suporte digital.

Ao comparar os consultórios gramaticais impressos no final do século XX com os consultórios, veiculados atualmente na internet, observamos que os enunciados desse gênero discursivo, escritos em épocas e suportes diferentes, apresentam semelhanças e diferenças. Pensamos que, devido ao diferente contexto histórico-social em que os consultórios gramaticais foram veiculados na mídia impressa ou digital, modificou-se o público interessado por esse tipo de enunciado, antes lido pela elite escolarizada e atualmente pelos diversos falantes alfabetizados. Muitos dos interlocutores dos consultórios gramaticais modernos acreditam não saber falar sua língua e que através dessas consultas poderiam dominar seu idioma e assim conseguiriam melhores empregos.

Além de o público alvo dos consultórios gramaticais ter se modificado, alterou-se também o número de consultas sobre diferentes temas da língua portuguesa, pois o interesse por um ou outro tema gramatical modificou-se. Um exemplo disso é a diminuição do número de consultas sobre ortografia, pois, no início do século XX, a grafia dos vocábulos ainda não havia sido uniformizada e provocava muitas dúvidas ortográficas, mesmo após a reforma ortográfica de 1911, que demorou a ser aceita e consolidada.

A passagem dos consultórios impressos (jornais, revistas e livros) para o consultório gramatical digital (internet) também provocou algumas mudanças nas características desse gênero. Elas são: 1. maior flexibilidade na inclusão de novas consultas, sem a necessidade de novas publicações como nos livros; 2. acesso a

diferentes links com assuntos afins ao dos consultórios gramaticais consultados.

Entre as semelhanças dos enunciados dos consultórios gramaticais de dois diferentes momentos da história da língua portuguesa, estão: 1. postura autoritária dos consultores como principal estratégia discursiva de legitimação; 2. uso tanto do distanciamento como do engajamento como estratégia de credibilidade; 3. uso da dramatização e da polêmica como estratégia de captação; 4. discurso metalingüístico tradicional, baseado na gramática prescritiva; 5. marcas de preconceito e intolerância em seus enunciados.

Pensamos ser as marcas de intolerância e preconceito lingüísticos uma característica dos consultórios gramaticais, pois essas marcas aparecem tanto nos consultórios do início do século passado quanto nas consultas digitais, veiculadas atualmente. Isso ocorre porque a postura conservadora dos consultores gramaticais de analisarem a língua como se ela fosse imutável, não um fenômeno vivo, não se modificou.

Observamos, entretanto, que o discurso dos consultores nos consultórios gramaticais modernos, veiculados pela internet, oscila entre o discurso moderno da sociolingüística e o tradicional, pois podemos encontrar nos enunciados desses consultores gramaticais termos como "inadequação lingüística", "aceito na língua falada", "não aceito pela norma padrão", juntamente com "erro bravio", "corromper a língua", entre outras palavras que demonstram a forma tradicional como esses professores de língua portuguesa entendem a língua e seus fenômenos de variação e mudança lingüística.

Assim, pensamos que, conforme afirma Leite (2001:2), o estudo das diversas normas lingüísticas não deve ser adquirido por uma série de regras categóricas, mas

> (...) de modo global (...). Nesse contexto é que se pode afirmar ser o lingüista o profissional qualificado para tratar adequadamente desse problema, já que não é hipinotizado pela gramática tradicional, e não vai desqualificar alguém que não tenha seguido uma daquelas regras prescritivas que, a bem da verdade, a maioria dos usuários, até os mais cultos, não segue com naturalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fontes:

ALMEIDA, N. M. de. *Questões Vernáculas* 1ª. parte. 2ª. ed. São Paulo: Escola Profissionais Salesianas, 1939.

BARRETO, M. Consultas. Revista de Língua Portuguesa, n.5, ano I, maio de1920.

_____ . Consultas. Revista de Língua Portuguesa, n.9, ano II, janeiro de 1921a.

_____ . Consultas. Revista de Língua Portuguesa , n.12, ano II, julho de 1921b.

_____ . Ú*ltimos Estudos*. Rio de Janeiro: EPASA, 1944.

FIGUEIREDO, C. de. *Falar e Escrever: Novos Estudos Práticos da Língua Portuguesa ou Consultório Popular de Enfermidades da Linguagem*. Vol.III.4. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1929a.

_____. *Lições Práticas da Língua Portuguesa*. vol.I. 5. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1911.

_____.*O Que Se Não Deve Dizer: Bosquejos e Notas de Filologia Portuguesa*. Vol.I 5. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1929b.

Estudos:

ALENCAR, J. de. "Pós-escrito" in PINTO, E. P. *O Português do Brasil: Textos Críticos e Teóricos 1 – 1820/1920, Fontes para Teoria e História*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

ALÉONG, S. "Normas Lingüísticas, Normas Sociais: Uma Perspectiva Antropológica" in BAGNO, M.(org.) *Norma Lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.

AUTHIER-REVUZ, J. "Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)" in Cadernos de Estudos Lingüísticos *19*. Campinas: UNICAMP/IEL, 1990.

_____. "Observações no Campo do Discurso Relatado" in *Palavras Incertas – As Não-Coincidências do Dizer*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2001.

AZANHA, J. M. P. “Democratização do Ensino: Vicissitudes da Idéia no Ensino Paulista” in AZANHA, José Mário Pires. *Educação – Alguns Escritos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

BAKHTIN, M. “Estudo das Ideologias e Filosofia da Linguagem” in BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____ . “Os Gêneros do Discurso” in BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARTSH, R. “Norms and Rules in Linguistics” in *Norms of Language*. London/NY:Longman, 1987.

BATALHA, L. *História Geral dos Adágios Portugueses*. Paris/Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1924.

BENVENISTE, É. “Estrutura das Relações de Pessoa no Verbo” in BENVENISTE, É. *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo: Nacional/da Universidade de São Paulo, 1976.

BOBBIO, N. “As Razões da Tolerância ” in BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*: Campus, 1992.

BUENO, A. M. *Intolerância Lingüística e Imigração*. 2006. 2 vol. Disseretação (Mestrado) – Faculdades de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CABAÑAS, M. A. *Marcas de Intolerância no Combate aos Estrangeirismos : O Caso dos Galicismos na Língua Portuguesa*. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. 5.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

CARDOSO, C..M. *Tolerância e seus limites – Um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade*. São Paulo: UNESP, 2003.

CASCUDO, L.C. *Locuções Tradicionais no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

COSERIU, E.“Sistema, Norma e Fala” in *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

DIAS, G. “Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal” in PINTO, E. P. *O Português do Brasil: Textos Críticos e Teóricos 1 – 1820/1920, Fontes para Teoria e História*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

FARACO, C.A. “Norma-Padrão Brasileira – Desembaraçando Alguns Nós” in BAGNO, M.(org) *Lingüística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

FRANCO, F.C. *Sabedoria Popular – Provérbios e Alguns Ditos*. Tavira: Almondina, 1995.

HABERMAS, J. Teoria da Adaptação. Folha de São Paulo, São Paulo, 5 de jan. 2003, Mais. 10-14.

HALLIDAY, M.K.A et al. “Os Usuários e os Usos da Língua” in *As Ciências Lingüísticas e o Ensino de Línguas.* Petrópolis: Vozes, 1974.

HENDGES, G.R. “Citando na Internet: Um Estudo de Gênero da Revisão da Literatura em Artigos Acadêmicos Eletrônicos” in MEURER, J.L. e MOTTA-ROTH, D.(org.). *Gêneros Textuais e Práticas Discursivas – Subsídios para o Ensino da Linguagem*. Bauru: EDUSC, 2002.

LEITE, M. Q. Intolerância e Linguagem: Um Estudo de Caso. *Rev. Anpoll*, n.14, 175-188, jan./jun, 2003.

_____. Intolerância Lingüística na Imprensa. *Linha d’Agua*, 2005a, n.18, 81-96,dezembro.

_____. *Metalinguagem e Discurso: a Configuração do Purismo Brasileiro*. São Paulo: Humanitas /FFLCH/USP, 1999.

_____. *Preconceito e Intolerância na Linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Que Atitude Tomar Diante da Gramática?. Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, p. 01 - 03, 12 dez. 2001.

_____ . “Variação Lingüística: Dialetos, Registros e Norma Lingüística” in SILVA, L.A.da (org.) *A Língua que Falamos – Português: História, Variação e Discurso*. São Paulo: Globo, 2005b.

MAINGUENEAU, D. *Análise de Textos de Comunicação* - Cap. 5 e 6. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI, L.A. “Gêneros Textuais: Configuração, Dinamicidade e Circulação” in KARWOSKI, A.M., GAYDECZKA, B. e BRITO, K.S. *Gêneros Textuais:Reflexão e Ensino*. Palmas: Kaygangue, 2005a.

_____. “Gêneros Textuais Emergentes no Contexto da Tecnologia Digital” in MARCUSCHI, L.A. e XAVIER, A.C. *Hipertexto e_ Gêneros_ Digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005b.

_____. “Organização de Seqüências” in MARCUSCHI, L.A. *Análise da Conversação*. 5. ed. São Paulo: Ática: 2003.

MARCUSE, H. “Tolerância Repressiva” in WORFF, P.R.; MOORE JR., B; MARCUSE, H. (org.). *Crítica da Tolerância Pura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MOTA, L. *Adagiário Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1987.

NASCENTES, A. *Tesouro da Fraseologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945.

PRATA, M. *Mas Será o Benedito? – Dicionário de Provérbios, Expressões e Ditos Populares*. 14.ed. São Paulo: Globo, 1998.

PRETI, D. “A Propósito do Conceito de Discurso Urbano Oral Culto: A Língua e as Transformações Sociais” in PRETI, Dino (org.). *O Discurso Oral Culto*. 2.ed.São Paulo: Humanitas – FFLCH/USP, 1999.

REVISTA VEJA. São Paulo, edição 2025, ano 40, n. 36 – 12 de setembro de 2007.

REY, A. “Usos, Julgamentos e Prescrições Lingüística” in BAGNO, M. (org.) *Norma Lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.

RIBEIRO, J. *Frases Feitas– Estudo Conjetural de Locuções, Ditados e Provérbios*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Paulo de Azevedo LTDA, 1960.

RODRIGUES, P.L. Marcas de Intolerância nas Colunas Metalingüísticas: Um Estudo de Caso. 2004. 115f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ROUNET, S.P. *Os Eros da Diferença*. Folha de São Paulo, 9 de fevereiro de 2003.

SANCHES, E. *Língua Brasileira*. 1. Tomo. Série Brasiliana, vol. 179. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

SILVA, N. R. da. *O Papel de Napoleão Mendes de Almeida no Cenário dos Estudos Lingüísticos Brasileiros: Conservação e Intolerância*. 2005. 113f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SOARES, M. “O Fracasso da/na Escola” in SOARES, Magda. *Linguagem e Escola: Uma Perspectiva Social*.10. ed. São Paulo: Ática, 1993.

SOBRINHO, B. L. “Reação Clássica” in SOBRINHO, Barbosa Lima. *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1977.

TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Dicionários:

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1995.

Sites

Fontes:

www.gramaticaonline.com.br
www.portrasdasletra.com.br
www.sualingua.com.br

Consultados:
www.buziosonline.com.br
www.cade.com.br
www.ciberduvidas.sapo.pt
www.fabrinisbar.com.br
www.google.com.br
www.lagioconda.com.br/gastronomie.asp
www.towerhotel.com.br/restaurante.html
www.oestediario.com.pt

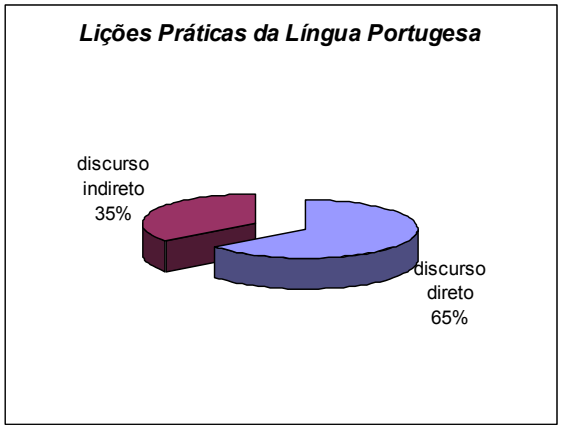
Dicionário:

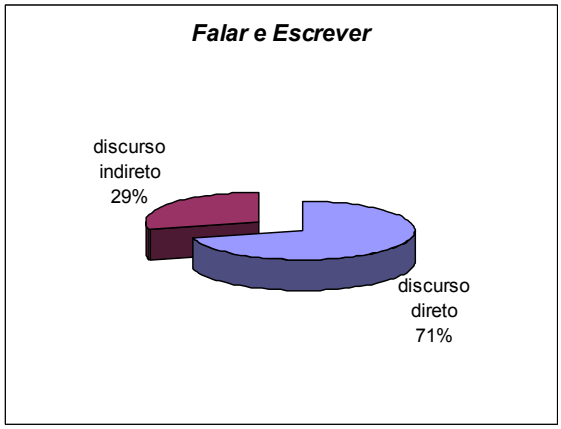
www.houaiss.uol.com.br

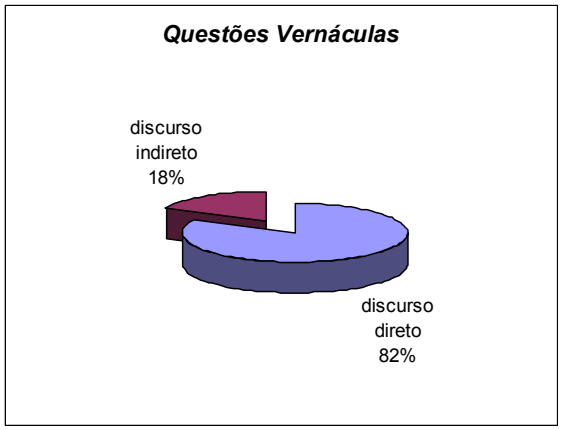
ANEXOS:

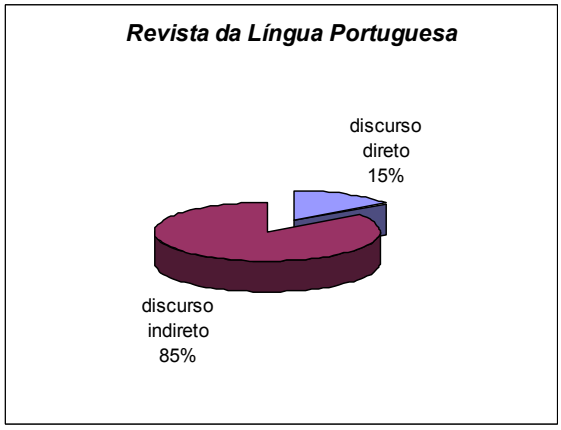
ANEXO 1 – Gráficos – As Perguntas nos Consultórios Gramaticais

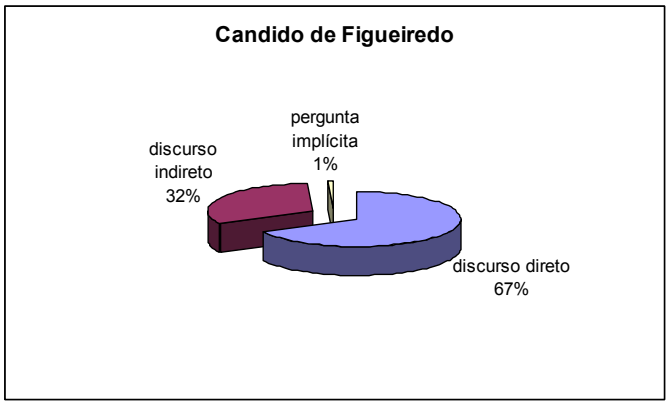
Consultórios Gramaticais Impressos no Século XX

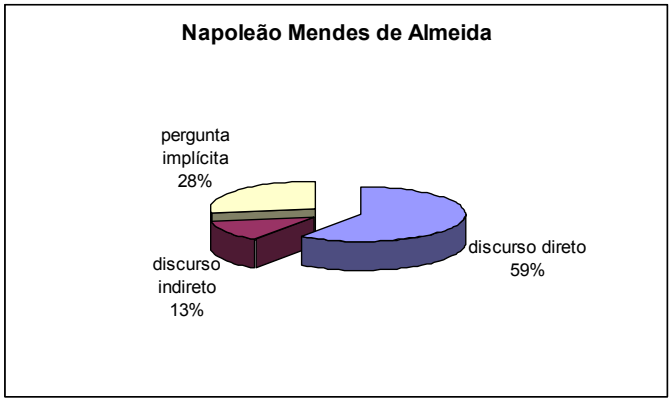


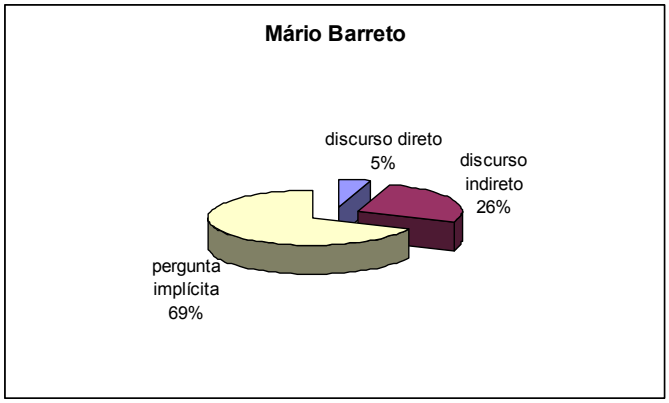


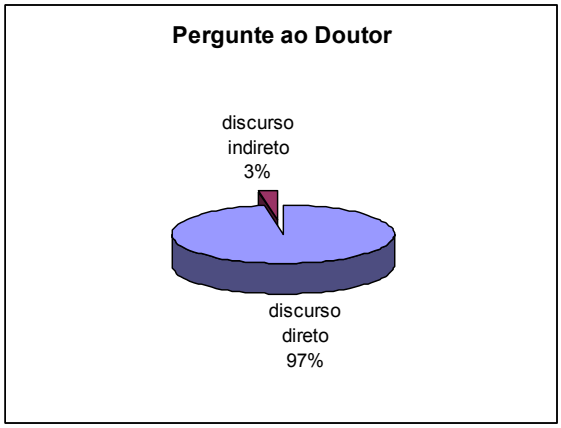


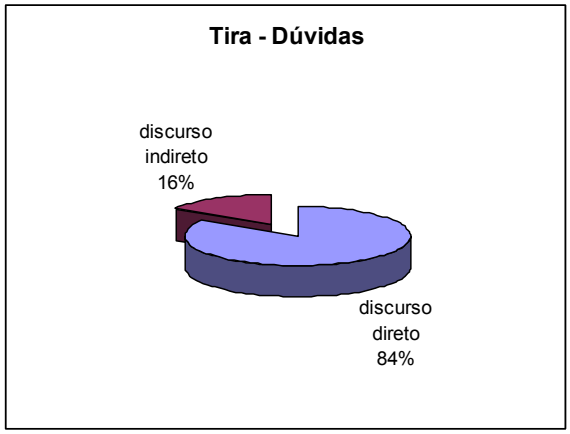


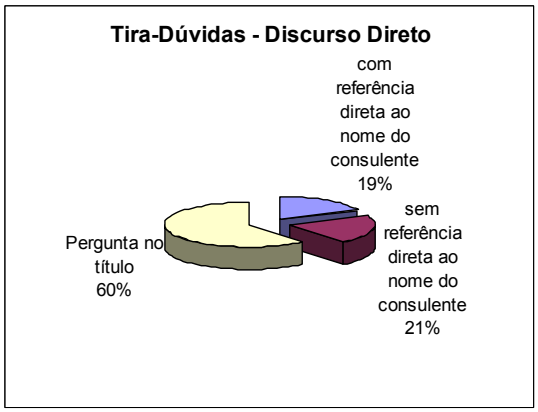

Candido de Figueiredo
pergunta implícita 1%
discurso indireto 32%
discurso direto 67%

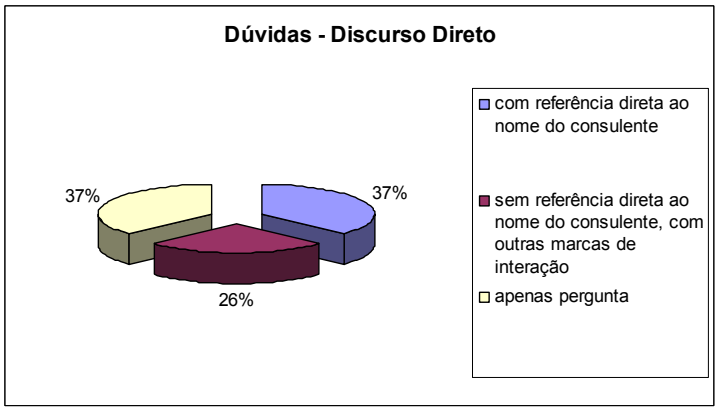

Napoleão Mendes de Almeida
pergunta implícita 28%
discurso direto 59%
discurso indireto 13%


Mário Barreto
discurso direto 5%
discurso indireto 26%
pergunta implícita 69%


Pergunte ao Doutor
discurso indireto 3%
discurso direto 97%

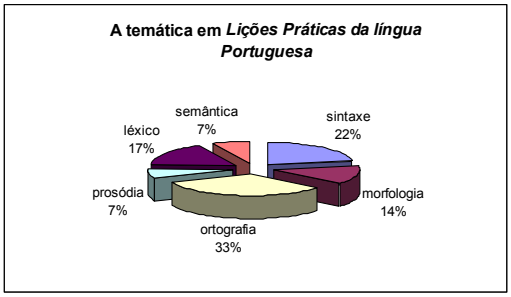

Tira - Dúvidas
discurso indireto 16%
discurso direto 84%

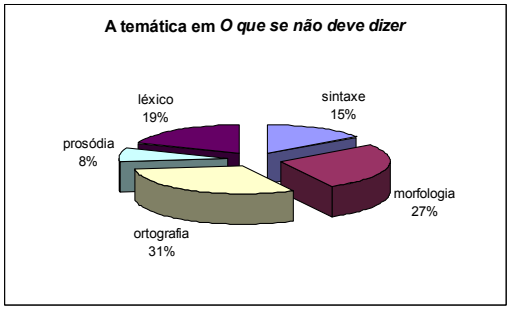

Tira-Dúvidas - Discurso Direto
com referência direta ao nome do consulente 19%
sem referência direta ao nome do consulente 21%
Pergunta no título 60%

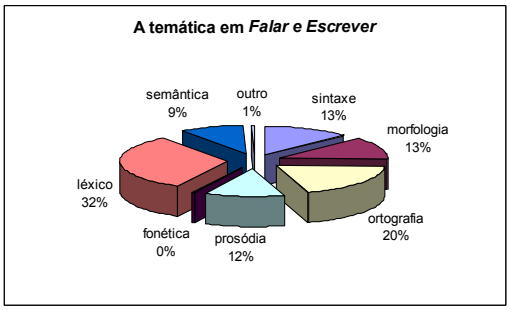

Dúvidas - Discurso Direto
37%
37%
26%
com referência direta ao nome do consulente
sem referência direta ao nome do consulente, com outras marcas de interação
apenas pergunta

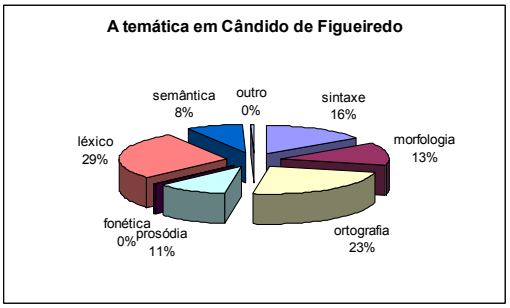
ANEXO 2 - Gráficos – A Temática nos Consultórios Gramaticais

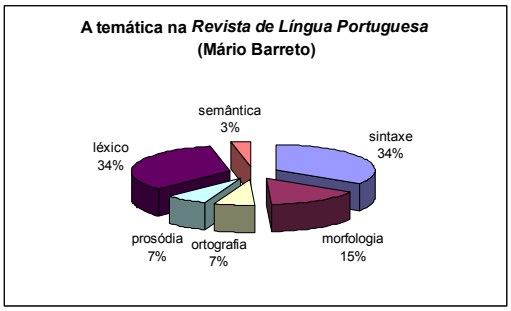
A Temática nos Consultórios Gramaticais Impressos no Século XX

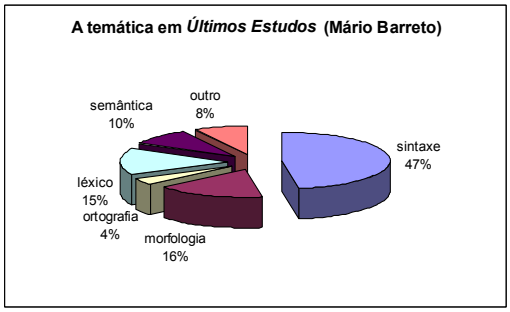


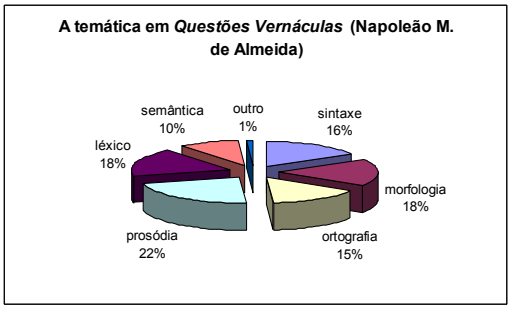


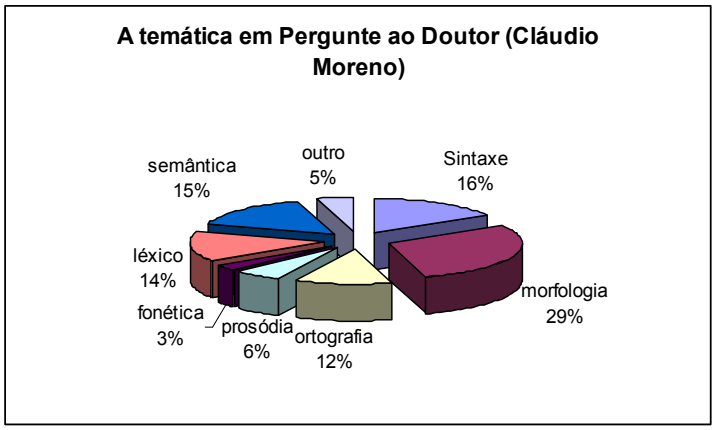


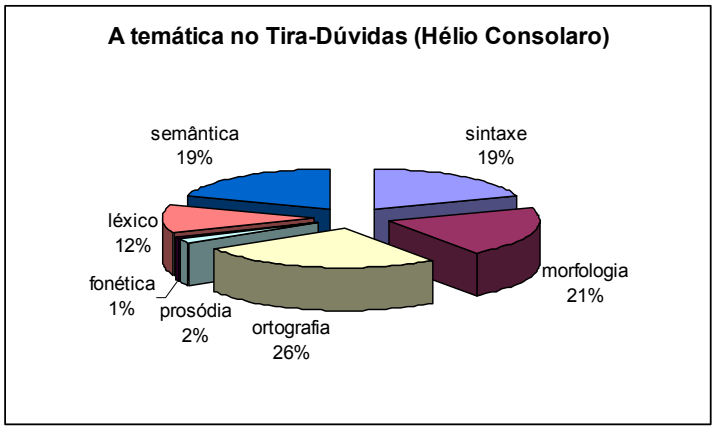


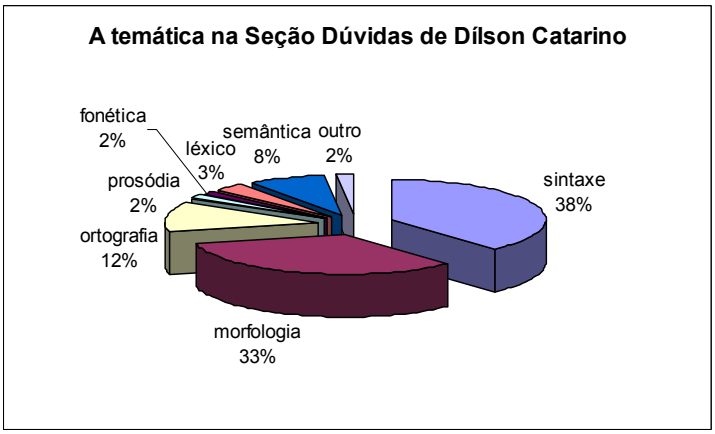







A temática em Pergunte ao Doutor (Cláudio Moreno)
semântica 15%
outro 5%
Sintaxe 16%
léxico 14%
morfologia 29%
fonética 3%
prosódia 6%
ortografia 12%


A temática no Tira-Dúvidas (Hélio Consolaro)
semântica 19%
sintaxe 19%
léxico 12%
morfologia 21%
fonética 1%
prosódia 2%
ortografia 26%


A temática na Seção Dúvidas de Dílson Catarino
fonética 2%
semântica 8%
outro 2%
léxico 3%
prosódia 2%
sintaxe 38%
ortografia 12%
morfologia 33%

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo